



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA AGROALIMENTAR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS-PPGSA**

FERNANDA FERNANDES BARBOSA

**CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
COLETIVA DA MULHER NA APICULTURA**

POMBAL – PB
2019

FERNANDA FERNANDES BARBOSA

**CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA
DA MULHER NA APICULTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais da Universidade do Federal de Campina Grande – UFCG, campus Pombal como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sistemas Agroindustriais.

Orientadores: Prof. D.Sc. Patrício Borges Maracajá
Prof. D.Sc. Paulo Henriques da Fonseca

B238c Barbosa, Fernanda Fernandes.
Contribuições para construção da identidade coletiva da mulher na apicultura / Fernanda Fernandes Barbosa. – Pombal, 2019.
95 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá".

"Coorientação: Prof. Dr. Paulo Henriques da Fonseca".

Referências.

1. Apicultura. 2. Associativismo. 3. Agricultura. I. Maracajá, Patrício Borges. II. Fonseca, Paulo Henriques da. III. Título.

CDU 638.1(043)



Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar



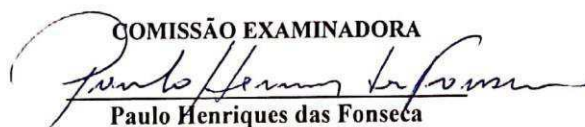
CAMPUS DE POMBAL

“CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DAS MULHERES NA APICULTURA”

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Mestre (M. Sc.) em Sistemas Agroindustriais.

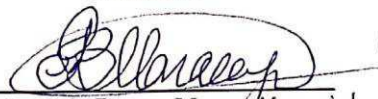
Aprovada em 26/08/2019

COMISSÃO EXAMINADORA



Paulo Henriques das Fonseca

Orientador



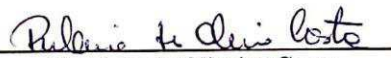
Patrício Borges Maracajá

Orientador



Aline Costa Ferreira

Examinadora Interna



Rubênia de Oliveira Costa

Examinadora Externa



André Japiassú

Examinador Externo

POMBAL-PB

2019

CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS

RUA: JAIRO VIEIRA FEITOSA, 1770 - CEP.: 58840-000 - POMBAL - PB

SECRETARIA DO PPGSA: 3431-4016 COORDENAÇÃO DO PPGSA: 3431-4069



Scanned with
CamScanner

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda a sabedoria, razão primeira de toda ação de graças, único senhor do tempo e da história, que na sua caridade inesgotável nos permite conhecer o amor como o sol interior que condensa e reúne em seu foco ardente todas as aspirações, nos transportando para fora de nós mesmos e nos permitindo realizar o aparente impossível.

A Nossa Senhora, mãezinha do céu, que sempre me amparou em seu colo nos momentos mais árduos de minha existência; reestabeleceu minhas forças e sempre intercede por mim junto a JESUS, seu filho amado.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais – PPGSA, pelo carinho, tempo e dedicação.

Ao Prof. Caetano José de Lima, Ex-Presidente da Federação Paraibana de Apicultores – FEPAM pela confiança em partilhar os arquivos para que esse trabalho fosse realizado.

Aos meus pais, Mazinho (in memoriam) e Nenzinha, pelo o amor e por todos os cuidados e oportunidades concedidas, em especial de ter sido gerada e educada numa família feliz. A minha avó Laura (in memoriam) exemplo de força, determinação e bondade, por toda a dedicação, zelo e guloseimas. Aos meus Irmãos, Bruno e Valdemar Júnior, fiéis escudeiros nessa jornada.

Ao meu amor, Aldeone Pereira, pela presença vivificante e edificadora em minha existência. Como diz aquela música que elegeu como nossa “... todos os caminhos trilham pra gente se ver, todas as trilhas caminham pra gente se achar, viu”! ... E desde que os nossos caminhos se cruzaram que minha vida se transformou numa odisséia maravilhosa de boas novas, as quais compartilhamos, e cuja a sua presença é força suficiente para me elevar ao mais alto cume.

Ao Professores D.Sc. PATRÍCIO BORGES MARACAJÁ e Doutoranda ALINE CARLA DE MEDEIROS, pessoas generosas, que não se deixaram embriagar pela aridez do mundo acadêmico, são pontes transportando os transeuntes por sob os vales do distanciamento da Universidade e sociedade. Agradecimento extensivo ao Prof. D.Sc. Paulo Henriques da Fonseca, também, meu orientador e que chegou oportunamente, somando conhecimento, incentivo e encorajamento. Ressalto que ambos não mediram esforços e ofereceram oportunidades para a produção deste trabalho.

“É necessário empreender esforços no sentido de promover cidadania, acesso aos direitos, o combate às desigualdades e a promoção das mulheres às condições de vida com Justiça e dignidade”.

Abreu

RESUMO

A apicultura é uma atividade que transcende a dimensão econômica. Apresentando um forte apelo social por sua prática ocorrer no âmbito da produção familiar, por demandar baixos investimentos para a manutenção e a expansão da produção e por seus efeitos ambientais. Apesar do crescimento de pesquisas visando explicitar a importância da sustentabilidade na atividade de criação de abelhas, é perceptível lacunas, dentre elas está a necessidade de analisar a promoção do desenvolvimento social e sustentável através da inserção da mulher em práticas associativas para apicultores e sobre as suas contribuições para a identidade coletiva da Mulher na Apicultura. Objetiva-se com este estudo analisar a importância do associativismo apícola frente aos desafios da sustentabilidade no desenvolvimento dos espaços coletivos observando a inserção da mulher na Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM. A coleta de dados procedeu-se mediante pesquisa documental crítica nos documentos disponibilizados pela FEPAM, bem como a pesquisa bibliográfica, cujo os dados foram analisados a partir dos métodos de análise de conteúdo e o materialismo histórico - dialético. Após a análise realizada, conclui-se que os dados obtidos com a presente pesquisa revelam a inexistência, invisibilidade e em alguns casos, a presença e participação irrelevante das mulheres nas Associações estudadas e, principalmente, na FEPAM diante de sua relevante importância social e política a nível de Estado.

Palavras-chave: Apicultura. Trabalho Associado. Gênero.

ABSTRACT

Beekeeping is an activity that transcends the economic dimension. It has a strong social appeal because its practice occurs in the context of family production, for demanding low investments for the maintenance and expansion of production and for its environmental effects. Despite the growth of research aimed at clarifying the importance of sustainability in the activity of bee keeping, gaps are noticeable; among them is the need to analyze the promotion of social and sustainable development through the inclusion of women in associative practices for beekeepers and about their contributions to women's collective identity in beekeeping. The objective of this study is to analyze the importance of the associative apiculture facing the challenges of sustainability in the development of collective spaces observing the insertion of women in Paraiba Federation of Beekeepers – FEPAM. Data were collected through critical documentary research in the documents provided by FEPAM, as well as bibliographic research, whose data were analyzed using content analysis methods and historical - dialectical materialism. After the analysis, it concluded that the data obtained with the present research reveal the inexistence, invisibility and in some cases, the presence and irrelevant participation of women in the studied Associations and, mainly, in FEPAM in view of their relevant social and political importance at the state level.

Keywords: Beekeeping. Associated Work. Genre

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Perfil da mulher rural.....	52
Figura 2. Cor e raça das mulheres rurais.....	53
Figura 3. Empreendimentos rurais que são dirigidos por mulheres.....	54
Figura 4. Mapa de localização do Estado da Paraíba.....	59
Figura 5. Mapa Físico do Estado da Paraíba.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Indicadores Mulheres – 4º trimestre de 2017	48
Gráfico 2: Rendimento habitual mensal e de todos os trabalhos e razão de rendimentos por sexo	49
Gráfico 3: Taxa de frequência escolar líquida ajustada no Ensino Médio, por sexo e cor ou raça (%)	50
Gráfico 4: Porcentagem da população que vive em área urbana, por região.....	51
Gráfico 5: População residente por situação domiciliar, Urbana x Rural no Estado da Paraíba	61
Gráfico 6: População segmentada por sexo no Estado da Paraíba	61
Gráfico 7: Dados referentes a Associação dos Criadores de Abelha de Poço José de Moura – ACAPOM.....	70
Gráfico 8: Dados referentes a Associação dos Apicultores do Sertão Paraibano – ASPA	
Gráfico 9: Dados referentes a Associação Rural Apícola de Jatobá – ARAJ	71
Gráfico 10: Dados referentes a Associação dos Meliponicultores do Município de Matinhas – AMEM	72
Gráfico 11: Dados referentes a Associação de Apicultores e Meliponicultores do Curimatau Ocidental Paraibano – AARCOP	73
Gráfico 12: Dados referentes a Associação Meliponicultores de Alagoa Nova e Adjacências – AMAANA	74
Gráfico 13: Dados referentes a Associação dos Apicultores do Brejo e Curimatau Paraibano	74
Gráfico 14: Dados referentes a Associação dos Produtores de Mel e Apicultores do Município de Nazarezinho – PB	75
Gráfico 15: Dados referentes a Associação Mel Toda Flor.....	76
Gráfico 16: Dados referentes a Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Cariri Oriental Paraibano – AAMCORP	76
Gráfico 17: Dados referentes a Associação dos Apicultores do Alto Piranhas – AAPIS	
Gráfico 18: Dados referente a Associação Pratense de Apicultura – APA.....	77
Gráfico 19: Dados referentes a Associação Triunfense dos Apicultores Criadores de Abelhas Melíferas Europeias – ATACAMEL.....	77

Gráfico 20: Dados referentes a Associação dos Apicultores Orgânicos de São Bentinho – EMANAMEL	78
Gráfico 21: Associação dos Apicultores do Vale do Rio do Peixe – PB – APIVALE.....	79
Gráfico 22: Dados referentes ao somatório de todas as associações analisadas.....	80
Gráfico 23: Dados referentes a FEAPE/FEPAM.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações sobre a produção Mundial de Mel em 2017	23
Quadro 2: Definição técnica de cooperativa e associação.....	34
Quadro 3: Comparativo entre Associação e Cooperativa	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela 1: Produtos das abelhas e suas indicações.....	21
Tabela 2: Produção brasileira de mel (em toneladas).....	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMCORP	Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Cariri Oriental Paraibano
AAPIS	Associação dos Apicultores do Alto Piranhas
AARCOP	Associação de Apicultores e Meliponicultores do Curimatau Ocidental Paraibano
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACAPOM	Associação dos Criadores de Abelha de Poço José de Moura
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AMAANA	Associação Meliponicultores de Alagoa Nova e Adjacências
AMEM	Associação dos Meliponicultores do Município de Matinhas
APA	Associação Pratense de Apicultura
APIVALE	Associação dos Apicultores do Vale do Rio do Peixe
ARAJ	Associação Rural Apícola de Jatobá
ASPA	Associação dos Apicultores do Sertão Paraibano
ATACAMEL	Associação Triunfense dos Apicultores Criadores de Abelhas Melíferas Europeias
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Mundial e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBA	Confederação Brasileira de apicultura
CONAMEL	Congresso de Nordeste de Apicultura e Meliponicultura
COOPIL	Cooperativa dos Apicultores de Catolé do Rocha
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
EMANAMEL	Associação dos Apicultores Orgânicos de São Bentinho
EMATER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária
EPAME	Encontro paraibanos de apicultores e Meliponicultores
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEAP	Federação das Entidades Apícolas da Paraíba
FEPAM	Federação Paraibana de Apicultores
FPA	Fórum Paraibano de Apicultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPGSA	Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFP	Universidade Federal do Piauí
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNAMEL	União Nordestina de Apicultura e Meliponicultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS.....	17
1.1.1 Objetivo geral	17
1.1.2 Objetivos específicos.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 APICULTURA: ATIVIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL	19
2.2 ASSOCIATIVISMO: POTENCIALIDADE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO	27
2.3 MULHERES: INVISIBILIDADE, TRABALHO E EMPODERAMENTO.....	39
3 METÓDO E MATERIAL	58
3.1 LÓCUS DE ESTUDO	58
3.1.1 Características históricas, socioeconômicas e demográficas do Estado da Paraíba	58
3.1.2 Caracterização e histórico do desenvolvimento da atividade apícola na Paraíba e surgimento da FEPAM	63
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	66
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	94

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais – PPGSA da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, em 2019, consistindo em uma análise inovadora da luta pelo empoderamento das Apicultoras e do reconhecimento das particularidades de gênero.

Frequentando as aulas da disciplina de Apicultura, ministrada pelo meu orientador o Prof. D.Sc. Patrício Borges Maracajá e seus convidados: Doutoranda Aline Carla de Medeiros e Mestrando Leon Denis Batista do Carmo, nasceu a necessidade de pesquisar sobre Mulheres na Apicultura, tendo em vista que nas falas e os textos estudados sempre se referiam aos Apicultores, evidenciando um distanciamento ou uma inexistência de mulheres que precisava ser refutada ou afirmada.

Apesar do crescimento de pesquisas visando explicitar a importância da sustentabilidade na atividade de criação de abelhas, se percebe lacunas, dentre elas está a necessidade de analisar a promoção do desenvolvimento social e sustentável através da inserção da mulher em práticas associativas para apicultores e sobre as suas contribuições para a identidade coletiva da Mulher na Apicultura. Lacuna esta, que esse texto busca suprir, bem como oferecer pistas para a continuação desse processo, desse movimento de construção e reconstrução de saberes.

Reconhecer, registrar, escrever, sistematizar, colocar em letras, “apresentar em registro público para dar autenticidade” à história das mulheres Apicultoras na Paraíba, seus afazeres e lutas, é parte do reconhecimento de que elas são sujeitos políticos, produtoras e detentoras de saberes indispensáveis para reprodução, para manutenção de formas de vida e de produção diferenciadas, em que a relação com a terra e com a produção de alimentos vai além da lógica de mercado, além da lógica do capital.

As recentes transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, se fazendo necessária a constante adoção de diferentes estratégias socioeconômicas pelas unidades de produção rural familiares. Dentre as estratégias adotadas está a atividade apícola e o trabalho das mulheres, que contribuíram de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar e para a inserção de métodos da agricultura sustentável.

Esse reconhecer nos convoca para promover mudança profunda de paradigmas, de reaprender a enxergar e de se abrir para a troca de saberes, para descobrir nova forma de olhar e estar no mundo, denunciando o que ficou de fora da história oficial e reconhecendo o que emerge, o novo, com suas práticas, suas falas, seus olhares, suas subjetividades, suas

multiculturalidades. Convoca-nos, enfim, para nova Ecologia Política, que representa produção de saberes para a transformação social (SANTOS, 2007).

É nesse campo de lutas e disputas pelo pensar, pelo olhar, pelo reconhecer, a que se vem se perguntando: Onde estão as mulheres na construção da Apicultura? Qual a importância delas para a produção apícola? Como se dá a participação de mulheres na apicultura no Estado da Paraíba? Elas se identificam e se reconhecem/são identificadas e reconhecidas como apicultoras? Como essas mulheres são recebidas e percebidas pela Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM?

A opção pelo tema CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DA MULHER NA APICULTURA, ocorreu pela atual importância de sua abordagem, levando em conta o potencial de crescimento da atividade apícola como alternativa econômica, bem como da percepção da construção do conhecimento e da consciência dos apicultores e da coletividade em que estão inseridos, quanto à importância e necessidade para que o desenvolvimento dessa atividade se dê de forma sustentável, associada e promovendo a redução da desigualdade de gênero e o empoderamento¹ feminino.

Esta pesquisa proporciona uma análise inovadora sobre a Apicultura como espaço propício à luta pela cidadania, justiça voltada para a distribuição de recursos com base no reconhecimento das particularidades de gênero das mulheres apicultoras acompanhadas pela Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM, apresentando compreensões acerca do processo de construção de identidade coletiva dessas mulheres e de suas demandas, referenciadas pela sua dupla inserção, como mulheres e como apicultoras.

Tendo por base alguns conceitos de associativismo, sustentabilidade, gênero, trabalho, cidadania e dignidade da pessoa humana, foi realizado um diálogo entre o espaço político de organização da atividade apícola mencionado e as relações de gênero que lá se estabelecem. Onde foram analisados os diversos papéis exercidos por mulheres e de que forma se dá a inserção destas na atividade apícola, observando a dinâmica organizativa provocada por esta atividade, elucidando a inserção da mulher nos espaços coletivos associados e a promoção de alterações no seu papel social, na redução do empobrecimento e na consequente exclusão social. Registra-se, ainda, a percepção da Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM sobre a

¹Empoderamento é a ação social coletiva de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis. É impossível falar em feminismo e movimento negro sem falar de empoderamento. A palavra, um neologismo do educador Paulo Freire que tem origem no termo inglês “empowerment”, define um conceito fundamental para entender as aspirações desses movimentos sociais. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>. Acesso em: 10 jul. 2019.

inserção da mulher na atividade apícola, contribuindo para a redução da discriminação e desigualdades de gênero, bem como para a promoção das conquistas dos direitos para o exercício de cidadania das mulheres e contribuindo com a crescente atenção acadêmica acerca da temática.

Foi adotado com técnica de apreensão dos dados as pesquisas: documental crítica e reflexiva nos arquivos e documentos da FEPAM e, também, bibliográfica em livros, dissertações, teses, leis que versam sobre apicultura, gênero e trabalho associado. Os dados foram analisados a luz dos métodos: análise de conteúdo e o materialismo histórico-dialético.

O presente trabalho está estruturado em seções, seguindo a seguinte ordem: a presente introdução; exposição dos objetivos geral e específicos; seguido do referencial teórico, o qual está subdividido em subseções nas quais discorro sobre a Apicultura, associativismo e gênero; métodos e materiais, em que apresento o lócus da pesquisa e as estratégias metodológicas adotadas; resultado e discursão e as considerações finais, na qual lanço luz aos resultados obtidos com a presente pesquisa, revelando com isso a inexistência, invisibilidade e em alguns casos, a presença e participação irrelevante das mulheres nas Associações estudadas e, principalmente na FEPAM, diante de sua relevante importância social e política a nível de Estado.

Assim, como nos ensina Michelle Perrot (2005), há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando e/ou excluindo do texto histórico esses sujeitos, acreditando ser o texto histórico a verdade absoluta e inquestionável dos fatos reais.

Este trabalho é um marco no reconhecimento da luta das mulheres na construção da Apicultura na Paraíba e que nos indica novas questões e desafios para serem aprofundados. Para nós, que estudamos, pesquisamos, trabalhamos, lutamos e construímos a Apicultura e o gênero em diferentes espaços, este trabalho, além de ser o marco a que nos referimos, é um instrumento a mais na luta pela transformação do mundo no qual a mulher é invisível.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a importância do associativismo apícola na Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM, observando a inserção da mulher e buscando identificar as potencialidades da apicultura na construção da identidade coletiva da mulher e seu impacto na

redução das desigualdades de gênero e na conquista de direito para o exercício do empoderamento das mulheres.

1.1.2 Objetivos específicos

- ✓ Verificar se há e como ocorre a inserção de mulheres na Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM;
- ✓ Identificar como o trabalho da mulher é contabilizado/percebido pelas Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM;
- ✓ Conhecer qual o impacto é promovido pela Federação Paraibana dos Apicultores - FEPAM na redução da desigualdade de gênero, na conquista de direitos e consciência ambiental entre os associados, com foco para as mulheres;
- ✓ Analisar como as mulheres apicultoras se percebem e são percebidas na Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM, evidenciando as desigualdades de gênero;
- ✓ Elaborar material metodológico que proporcione a desmistificação da Apicultura como atividade imprópria para mulheres e realização de encontros formativos com os apicultores associados;
- ✓ Elaborar Artigo Científico para o grau de pós-graduação em Sistemas Agroindustriais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para estudar as contribuições para a construção da identidade coletiva da mulher na apicultura, se faz necessário estabelecer definições e conceitos para obter uma melhor compreensão conjuntural das temáticas: apicultura, gênero, trabalho associado.

2.1 APICULTURA: ATIVIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Segundo Vieira (*apud* LIMA, 2005), a apicultura é a parte da zootecnia que trata das abelhas e é, portanto, a arte ou ciência de criar as melhores abelhas para que, no menor tempo, nos forneçam os melhores produtos, pelos menores preços (custos) para que obtenhamos maiores lucros. Oferecendo uma série de vantagens, inclusive sobre outras criações, exige pequenas áreas para instalar os apiários, possibilita a polinização em massa, multiplicação das colheitas; há mercados internos e externos para toda a produção; seus produtos alcançam elevados preços e ainda nesta atividade o autor relata que podem ser aproveitados, com grande eficiência, a mão-de-obra de mulheres, crianças e pessoas idosas.

Pelas pesquisas arqueológicas², sabe-se que as abelhas existem há pelo menos 100 milhões de anos. Antes mesmo do surgimento do homem na Terra, as abelhas já existiam. De acordo com documentos de vários historiadores, remonta ao ano 2.400 a.C., no antigo Egito. Entretanto, arqueólogos italianos localizaram colmeias de barro na ilha de Creta datadas, aproximadamente, de 3.400 a.C. De qualquer forma, até onde se registra, o mel já era utilizado desde 5.000 a.C. pelos sumérios (GUIMARÃES, 1989; SILVEIRA, 2012).

O mel sempre foi considerado um produto especial utilizado pelo homem desde os tempos mais remotos. Evidências de seu uso pelos humanos aparecem desde a pré-história³, com inúmeras referências em pinturas rupestres⁴ e em manuscritos do Antigo Egito, Grécia e

2 Arqueologia é a ciência que estuda as culturas e os modos de vida das diferentes sociedades humanas - tanto do passado como do presente - a partir da análise de objetos materiais. É uma ciência social que estuda as sociedades através das materialidades produzidas pelos seres humanos sem limites de caráter cronológico^[1], sejam estes móveis — como por exemplo um objeto de arte — ou objetos imóveis — como é o caso das estruturas arquitetônicas. Incluem-se também no seu campo de estudos as intervenções feitas pelo homem no meio ambiente. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2015.

3 A pré-história corresponde ao período da história que antecede a invenção da escrita, desde o começo dos tempos históricos registrados até aproximadamente em 3 500 a.C.^[1] É estudada pela antropologia, arqueologia e paleontologia. Também pode ser contextualizada para um determinado povo ou nação como o período da história desse povo ou nação sobre o qual não há documentos escritos. Série de autores e consultores, Dorling Kindersley, *History* (título original), 2007, ISBN 978-989-550-607-1.

4 Arte rupestre é o termo que denomina as representações artísticas pré-históricas realizadas em paredes, tetos e outras superfícies de cavernas e abrigos rochosos, ou mesmo sobre superfícies rochosas ao ar livre. A arte rupestre divide-se em dois tipos: a pintura rupestre, composições realizadas com pigmentos, e a gravura rupestre, imagens

Roma. Sendo também um excelente adoçante natural, encontrado em abundância na natureza e que somente as abelhas são capazes de produzi-lo (EMBRAPA, 2006). Ele é usado como alimento pelo homem desde a pré-história, por vários séculos foi retirado dos enxames de forma extrativista e predatória, muitas vezes causando danos ao meio ambiente, matando as abelhas. (NOGUEIRA NETO 1997; SILVEIRA, 2012; VIDAL, 2013).

Os primeiros estudos formais sobre as abelhas e a apicultura foram realizados por Aristóteles. A partir de tais estudos, a apicultura difundiu-se entre gregos e romanos, povos que a aperfeiçoaram (OLIVEIRA et al., 2006). Apesar de os egípcios serem considerados os pioneiros na criação de abelhas, a palavra colmeia vem do grego, pois os gregos colocavam seus enxames em recipientes com forma de sino feitos de palha trançada chamada de colmo (PEREIRA et al., 2003).

Entretanto, com o tempo, o homem foi aprendendo a proteger os enxames, instalá-los em colmeias racionais e manejá-los de forma que houvesse maior produção de mel sem causar prejuízo para as abelhas. Nascia, assim, a apicultura. Durante quase toda a existência da humanidade, o mel foi praticamente a sua única fonte concentrada de substâncias açucaradas, mais precisamente de açúcares em solução. Até hoje o mel é um grande abastecedor de açúcares desdobrados em condições naturais, pois tem uma considerável procura por parte de milhões de pessoas (NOGUEIRA-NETO,1997)

No Brasil, a produção comercial do mel está diretamente relacionada a atividade apícola, cuja história teve início com a inserção das abelhas europeias *Apis mellifera* no Estado do Rio de Janeiro em 1839, realizada pelo Padre jesuíta⁵ Antônio Carneiro. No entanto, a apicultura brasileira avançou a partir da introdução das abelhas africanas (*Apis mellifera scutellata*) em 1956, que culminou na africanização das demais subespécies existentes no país. Após o desenvolvimento de técnicas adequadas de manejo, ocorrido na década de 1970, a apicultura passou a ser intensamente praticada em todos os estados brasileiros (SOUZA, 2004).

Autores como Vilela (1999; 2000a; 2000b) indica que o ano de 1975 “marcou o princípio da atividade apícola praticada de forma racional, voltada para o mercado, em contraste com a pequena comercialização de excedente praticada, até então pelos meleiros”.

gravadas em incisões na própria rocha. Em geral, trazem representações de animais, plantas e pessoas, e sinais gráficos abstratos, às vezes usados em combinação. Pessis, Anne-Marie. "Registros Rupestres: perfil gráfico e grupo social". In: *Clio - Série Arqueológica*, 1993.

⁵Os jesuítas são religiosos da Igreja Católica que fazem parte da Companhia de Jesus. Esta ordem religiosa foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola. A Companhia de Jesus foi criada logo após a Reforma Protestante (século XVI), como uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo. Portanto, esta ordem religiosa foi criada no contexto da Contrarreforma Católica. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, com a expedição de Tomé de Souza. Bacelar, Josenildo. Os jesuítas: companhia de Jesus. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/colonia/jesuitas.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

Atualmente, as abelhas são utilizadas tanto para exploração do mel como também produção de pólen, própóles, geleia real, apitoxina e plantações agrícolas para polinização.

Tabela 1: Produtos das abelhas e suas indicações

Produto	O que é	Usos
Própolis	Produto de origem vegetal, oriundo de substâncias resinosas, balsâmicas e grudentas que as abelhas coletam de certas plantas	Tratamento de doenças infecciosas, tem propriedades farmacológicas tais como: anti-inflamatória, antitóxicas, anestésicas, estimulantes, antioxidantes, bacteriostáticas, antissépticas e cicatrizantes.
Pólen Apícola	Diferente do pólen floral, a abelha aglutina-o com a saliva, para fixa-lo nas corbiculas (pernas) e transportar até a colmeia. Possui riqueza infinita de minerais, proteínas e fibras vegetais, pois a saliva de abelha é rica em aminoácidos, vitaminas e enzimas.	Consumido diariamente, traz ao homem benefícios no: humor, disposição, visão, vitalidade, diminuição do envelhecimento cerebral. Regulariza a anemia, aparelho digestivo, cardiovascular, urinário, hormônios sexuais e prostatismo.
Geleia real	Secreção das glândulas hipofaríngeas e mandibulares das abelhas operárias com 4 a 14 dias de idade.	Estimulante do organismo e vitalizante dos órgãos em geral, tratamento de pele, aumenta o apetite, formação de resistência contra a gripe e resfriado, combate as infecções do aparelho respiratório como asma, bronquites. É indicada ainda nos casos de tumores e câncer e, também, como revigoradora do sistema imunológico.
Apitoxina (veneno de abelha)	Extração da parte não tóxica do veneno da abelha, manipulado em laboratório	Tratamento do reumatismo dolorosos, dores musculares, artrose, artrite reumática, bursite, nevralgias (ciático e trigêmeos), tendinites.
Cera	Usada pelas abelhas para isolar orifícios na colmeia e na construção dos favos para depositar mel.	Unguentos, emplastos, bálsamos, pomadas, supositórios e xaropes, e como produtos de beleza: usa-se na confecção de batons, cosméticos e fabricações de pastas dentífricas.
Mel	Substância viscosa, adocicada e aromática, preparada pelas abelhas à custa do néctar que recolhem das flores. Sua variada coloração (amarelo claro a escuro), aroma, paladar e viscosidade são decorrentes fontes florais que os originam.	Alimentação em geral, adoçante e prevenções de doenças respiratórias, alérgicas, gripes e resfriados. Quanto mais escuro o mel for, mais sais minerais poderão ser encontrados na sua composição. O mel pode ser líquido, cristalizado, granulado ou cremoso, sendo características que decorrem devido as condições de temperatura em que são estocados.

Fonte: Coronel (2007 et al. *apud* construído pelos autores com base em Brasil, 2000): Crane (1983), FARGS (2005) e Wiese (2005).

O mel é um dos produtos da abelha que tem grande exploração comercial e é definido como produto alimentício produzido pelas abelhas melíferas a partir do néctar das flores ou das secreções procedentes de partes vivas de plantas ou de excreções de insetos sugadores de plantas que ficam sobre partes vivas de plantas, que as abelhas recolhem, transformam, combinam com específicas próprias, armazenam e deixam maturar nos favos da colmeia (BRASIL, 2000).

No Brasil, a Instrução Normativa Nº 11 de 20/10/2000, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, descreve detalhadamente as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para o mel. Essa normativa define a composição do mel como uma solução concentrada de açúcares, com predominância de glicose e frutose. Contém, ainda, uma mistura complexa de outros hidratos de carbono, enzimas, aminoácidos, ácidos orgânicos, minerais, substâncias aromáticas, pigmentos e grãos de pólen que podem conter cera de abelhas procedente do processo de extração (BRASIL, 2000).

Podemos ainda definir o mel de abelha como um produto de alto valor nutritivo e de grande aceitação por parte dos consumidores principalmente por ser determinado como um produto terapêutico, benéfico à saúde, um produto biológico muito complexo, cuja qualidade e composição físico-química mudam notadamente dependendo da flora visitada pelas abelhas, das condições climáticas e edafológicas da região onde este mel foi produzido, bem como o manejo pelo apicultor (RACOWSKI *apud* SILVA et al., 2009).

O mercado de mel tem crescido devido à enorme procura da sociedade por produtos naturais e saudáveis, em prol da melhoria da qualidade de vida. E no plano internacional, a demanda por mel brasileiro tem aumentado, também, porque o país produz um mel diferenciado, rico em cores e aroma. Isso se deve às riquezas naturais do país, como flora silvestre, diversidade climática, abundância da água, rusticidade e eficiência das abelhas africanizadas, dentre outros aspectos, permitindo ao Brasil produzir mel puro, livre de contaminação.

Com isso, formatou-se uma excelente oportunidade de negócio e fonte de renda para os homens do campo, associada à preservação ambiental. A consolidação desse mercado aconteceu em 2001, quando o mel brasileiro entrou no mercado mundial, mudando drasticamente o cenário apícola brasileiro.

O Brasil já foi 6º maior produtor de mel (ficando atrás somente da China, Estados Unidos, Argentina, México e Canadá), entretanto, ainda existe um grande potencial apícola

(flora e clima) não explorado e, assim, com maior possibilidade de se maximizar a produção, incrementando a atividade apícola.

Para tanto, é necessário que o produtor possua conhecimentos sobre biologia das abelhas, técnicas de manejo e colheita do mel, pragas e doenças dos enxames, importância econômica, mercado e comercialização (VILELA, 2003).

Atualmente, a China continua a encabeçar a produção de mel natural no mundo, o mel desse País é um dos mais baratos no mercado mundial, o baixo custo de produção faz da China um dos mais competitivos, se não o mais competitivo do mundo no mercado de mel. Em 2017, a China foi responsável por 29,2% de todo o mel produzido no mundo, sendo também o maior exportador mundial e o principal fornecedor para a União Europeia. A China vende seu mel com preços inferiores ao preço médio mundial, no entanto, importa pagando um dos maiores valores unitários a nível mundial (FAO, 2012 *apud* VIDAL, 2019).

Segundo Vidal (2019), o Brasil, apesar do vasto potencial para a produção apícola e de ser reconhecidamente um dos países exportadores de mel de alta qualidade, ocupou em 2017 a décima primeira posição na produção mundial de mel e responde por menos de 4,0% das exportações globais do produto.

Quadro 1: Informações sobre a produção Mundial de Mel em 2017

PAÍSES	PRODUÇÃO EM TONELADAS
Reino Unido, Tailândia, República Tcheca, Cuba, Croácia, Itália, Sérvia, Argélia, Marrocos, Guatemala e Ruanda	500 a 9.999
Vietnã, Quênia, Chile, Republica Centro Africana, Polônia, Nova Zelândia, Grécia, Austrália, Mali, França, Bulgária e Uzbequistão	10.000 a 19.000
Brasil, Canadá, Espanha, Tanzânia, Espanha, Coreia do Sul, Romênia, Hungria, Angola, Alemanha e Uruguai	20.000 a 49.000
Argentina, Índia, Irã, México, Ucrânia, Etiópia e Rússia.	50.000 a 80.000
Turquia	114.471
China	543.000
Total da Produção Mundial	1.860.712

Fonte: FAO (2012 *apud* VIDAL, 2019).

O mel é o principal produto explorado e comercializado pelos apicultores. Por ser considerado um alimento saudável, possuindo diversas vitaminas importantes para o ser humano, sua procura e comercialização tem sido crescente em todo o território nacional (SEBRAE, 2013).

O mercado de mel tem crescido devido à enorme procura da sociedade por produtos naturais e saudáveis, em prol da melhoria da qualidade de vida. E no plano internacional, a demanda por mel brasileiro tem aumentado, também, porque o país produz um mel diferenciado, rico em cores e aroma. Isso se deve às riquezas naturais do país, como florada silvestre, diversidade climática, abundância da água, rusticidade e eficiência das abelhas africanizadas, dentre outros aspectos, permitindo ao Brasil produzir mel puro, livre de contaminação.

Com isso, formatou-se uma excelente oportunidade de negócio e fonte de renda para os homens do campo, associada à preservação ambiental. A consolidação desse mercado aconteceu em 2001, quando o mel brasileiro entrou no mercado mundial, mudando drasticamente o cenário apícola brasileiro, passando está a se constituir como uma importante atividade econômica no Brasil, gerando postos de trabalho e renda, sobretudo no ambiente da agricultura familiar (PEREIRA et al., 2003).

Os potenciais da atividade apícola, no entanto, não se restringem à dimensão econômica, podendo ser considerada uma atividade que se apoia no tripé da sustentabilidade: importância econômica, social e ambiental (AMARAL, 2010).

A importância no plano social resulta do fato de que a apicultura demanda baixos investimentos tanto para o início quanto para a manutenção da produção, além de não exigir dedicação exclusiva por parte dos apicultores nem técnicas altamente especializadas. Ademais, gera grande número de postos de trabalho para a manutenção dos apiários, para o beneficiamento dos produtos derivados – o que favorece, sobretudo, os pequenos e médios agricultores e para a fabricação dos equipamentos propriamente utilizados para a produção apícola (SOMMER, 1996).

Propicia, ainda, condições favoráveis para práticas associativas e cooperativistas, uma vez que a extração do mel pode ser feita em pequenas escalas (por apicultores individuais), em contraste com as escalas mais elevadas exigidas nos processos de beneficiamento, feitos de forma associada ou cooperada (BOHLKE; PALMEIRA, 2006).

Outra importante dimensão da produção apícola é a ambiental. Isso ocorre, de um lado, pelo trabalho de polinização realizado pelas abelhas que, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), são responsáveis por no mínimo 70% da polinização das culturas que servem à alimentação humana (FRANÇA, 2012); de outro lado, pelo fato de a apicultura promover, por si mesma, uma ética de preservação ambiental, tanto por não degradar o ambiente natural quanto pela sua própria dependência em relação a ambientes naturais saudáveis (SILVA, 2010).

A apicultura é uma atividade que se apresenta como alternativa de renda para regiões carentes, utilizando mão-de-obra familiar⁶ e baixo custo de implantação. Isto faz com que a atividade tenha potencial para se desenvolver no Nordeste brasileiro. Para isto, é necessário aumentar as pesquisas e aperfeiçoar técnicas de manejo para viabilizar a exploração de maneira racional na região do semiárido (PIRES et al., 2009; SILVEIRA, 2012).

A criação de abelhas consiste em uma atividade que vêm sendo desenvolvida de forma tímida, mas com grande potencial de crescimento em nosso país e, com o avanço de sua produção, vem gerando trabalho e renda, inserindo, principalmente, a população rural no sistema econômico-produtivo, contribuindo, conseqüentemente, para a inserção social e promoção de cidadania.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não só recepiona o desenvolvimento dessa atividade, como também incentiva e fomenta, visando a promoção do bem comum, a redução das desigualdades sociais e regionais, a redução da pobreza, a valorização do trabalho humano e a promoção de existência digna dos brasileiros.

Segundo Vidal (2019), apesar da adaptação das abelhas (*Apis mellifera*) às condições climáticas do semiárido brasileiro, a apicultura, assim como as demais atividades agropecuárias, sofre com a escassez de chuvas.

A seca ocorrida no ano de 2012, seguida por mais cinco anos de chuvas irregulares e abaixo da média, provocou uma drástica redução na produção de mel na Região semiárida nordestina.

Entre 2014 e 2017, a produção de mel no Nordeste voltou a dar sinais de recuperação, no entanto, o volume produzido em 2017 ainda foi 20% inferior à produção obtida em 2011, ano anterior à seca.

Vale a pena destacar o crescimento contínuo da produção de mel no Maranhão a partir de 2014, que tornou o Estado o terceiro maior produtor da área de atuação do Banco do Nordeste – BNB.

⁶Refere - se a toda forma de cultivo da terra e produção rural cuja gestão e mão de obra sejam majoritariamente provenientes do núcleo familiar. Ao contrário da agricultura patronal, que dispõe da contratação de trabalhadores para atuação em grandes sistemas produtivos de médias e grandes propriedades, a agricultura familiar tem como característica a produção a partir de lotes menores de terra, com uma maior diversidade produtiva, onde a família é, ao mesmo tempo, proprietária, gestora e responsável por toda produção e comercialização (MENEZES et al., 2005). Uso da mão-de-obra familiar nos sistemas de produção do projeto de assentamento agroextrativista Praia Alta e Piranhiera, município de Nova Ipixuna – Pará. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/576190/uso-da-mao-de-obra-familiar-nos-sistemas-de-producao-do-projeto-de-assentamento-agro-extrativista-praialta-e-piranhiera-municipio-de-nova-ipixuna---para>. Acesso em: 06 ago. 2016.

Tabela 2: Produção brasileira de mel (em toneladas⁷)

Região/UF	2016	2017	Variação (%)
Norte	905,5	802,9	-11,3
Nordeste	10.399,8	12.757,6	22,7
MA	1.710,7	2.355,9	37,7
PI	3.048,8	4.404,7	44,5
CE	1.149,4	1.776,2	54,5
RN	204,0	174,9	-14,3
PB	156,6	156,4	-0,1
PE	372,1	255,8	-31,3
AL	110,3	167,9	52,2
SE	68,5	58,5	-14,6
BA	3.579,5	3.407,4	-4,8
Centro-Oeste	1.699,6	2.036,6	19,8
Sudeste	9.467,4	9.500,4	0,3
Sul	17.146,5	16.496,5	-3,8
BRASIL	39.618,8	41.594,0	5,0

Fonte: IBGE (apud Vidal, 2019)

Vidal (2019) considera que em 2017, foram produzidas 41,6 mil toneladas de mel no Brasil, dos quais 16,5 mil toneladas no Sul do País. Por conta dos efeitos da seca em 2012 e dos seguidos anos de chuvas abaixo da média, o Nordeste deixou de ser o maior produtor nacional de mel. Mas, observa-se que em 2017, a produção de mel voltou a crescer no Piauí e Ceará, resultado do melhor volume de chuvas que embora tenha sido abaixo da média, foi suficiente para o crescimento dos enxames. Porém, se faz necessário afirmar que o semiárido brasileiro é a região com maior potencial de produção de mel orgânico no País, pois a principal fonte de néctar e pólen é a vegetação nativa. Entretanto, já existem extensivas áreas implantadas com eucalipto na Bahia e no Maranhão. É importante ressaltar que em 2015, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a liberação comercial do eucalipto transgênico no Brasil (VIDAL, 2019).

⁷A tonelada (t) é uma unidade de medida de massa utilizada para descrever grandes quantidades.

Vidal (2019) apresenta que persistem ainda muitas dificuldades inerentes ao setor apícola nordestino que limitam o pleno desenvolvimento da atividade na Região. O apicultor possui baixo nível de profissionalização; existe dificuldade de acesso a tecnologias e assistência técnica; há carência de casas de mel devidamente equipadas e que atendam às exigências legais; limitada infraestrutura de laboratórios para pesquisa e controle de qualidade dos produtos e grande número de apicultores não dispõem de canais de comercialização adequados. O conjunto desses fatores resulta numa baixa rentabilidade para o apicultor.

Poucas regiões do mundo possuem um potencial de produção de mel orgânico comparado ao semiárido brasileiro, no entanto, o setor apícola dessa região tem passado por sérias dificuldades de produção devido à restrição hídrica (VIDAL, 2019).

De acordo com Khan (*apud* VIDAL, 2019), grande parte dos apicultores nordestinos beneficia sua produção em casa de mel comunitária (da associação ou cooperativa), pois para viabilizar uma casa de mel, mesmo pequena, é necessária uma escala mínima de produção.

A apicultura exige ainda que os apicultores trabalhem em mutirão na colheita e beneficiamento do mel. Os produtores que não são associados pagam pelo serviço de beneficiamento em casa de mel de associação/cooperativa ou em entrepostos. Um pequeno percentual de apicultores faz o beneficiamento do mel em locais improvisados.

Desse modo, a apicultura pode ser entendida como uma atividade que estimula a preservação dos ambientes naturais e combate a contaminação dos mesmos (SILVA, 2010). Além, como já foi explicitado, de proporcionar o trabalho associado que discutido a seguir, por este permitir a união de potencialidades para eliminar as dificuldades, que individualmente são intransponíveis e capazes de dificultar e até inviabilizar a produção Apícola.

2.2 ASSOCIATIVISMO: POTENCIALIDADE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO

O olhar sobre o associativismo como um processo que oportuniza modificações nos contextos sociais localizados onde ele começa a se desenvolver precisa ser discutido a partir de leituras teóricas de quem se dedicou a compreender e a conceituar este fenômeno e seus impactos nos associados e na comunidade onde se encontra inserido.

A prática de agregar objetivos similares através do associativismo é remota pois segundo Coronel (2007) ao relacionar algumas considerações sobre o associativismo diz que não se pode deixar de mencionar que essa iniciativa acompanha o homem em praticamente toda a sua caminhada sobre a Terra, ou seja, a cooperação é tão antiga quanto a própria raça humana.

E, talvez, sem ela, os seres humanos estivessem ainda vivendo em cavernas, pois, de uma forma ou de outra, a cooperação ajudou o homem a superar dificuldades a ele impostas e pode ser considerado um princípio básico da humanidade.

Sendo assim, Zamberlam & Froncheti (1992 *apud* CORONEL et al., 2007) afirmam que a cooperação é uma forma de organização de trabalho existente e que pode ser encontrada em todas as formas sociais e modos de produção⁸ (comunal primitivo⁹, escravista¹⁰, feudal¹¹, capitalista¹² e socialista¹³).

Para Cattani (2003 *apud* CORONEL et al., 2007), o termo cooperação tem o significado semântico de ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar, sempre em oposição à perspectiva individual e individualista, sinalizando um sentido de movimento coletivo.

Ainda, segundo Zamberlam & Froncheti (1992 *apud* CORONEL et al., 2007), a cooperação na produção agrícola existe desde o período da comunidade primitiva, quando surgiram formas simples ou elementares de trabalho coletivo. Por exemplo, um empréstimo de

⁸Modo de produção em economia, é a forma de organização socioeconômica associada a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Reúne as características do trabalho preconizado, seja ele artesanal, manufaturado ou industrial. São constituídos pelo objeto sobre o qual se trabalha e por todos os meios de trabalho necessários à produção (instrumentos ou ferramentas, máquinas, oficinas, fábricas, etc.) (SEGAL, 2016) Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/02.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

⁹Essa forma social de produção existiu, durante muitos milênios, na vida de todos os povos, sendo a mais primitiva etapa de evolução da sociedade. Foi nesse período mesmo — de comunismo primitivo — que começou o desenvolvimento da sociedade. Os homens viviam em estado selvagem. Alimentavam-se de vegetais, que encontravam ao acaso: legumes, frutas silvestres, raízes. A descoberta do fogo foi de muita importância, pois permitiu ampliar as fontes de alimentação (SEGAL, 2016). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/02.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

¹⁰Na sociedade escravista os meios de produção (terras e instrumentos de produção) e os escravos eram propriedade do senhor. O escravo era considerado um instrumento, um objeto, assim como um animal ou uma ferramenta. Assim, as relações de produção eram relações de domínio e de sujeição: senhores x escravos. Um pequeno número de senhores explorava a massa de escravos, que não tinham nenhum direito (SEGAL, 2016). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/02.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

¹¹O modo de produção feudal foi marcado pela relação senhores x servos. Os servos, apesar de não serem propriedade dos seus senhores, trabalhavam em troca de casa e comida, sempre um pouco para seus senhores e um pouco para si mesmos (SEGAL, 2016). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/02.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

¹² Este modo, provavelmente o mais conhecido, é caracterizado pelas relações assalariadas de produção. Os meios de produção são propriedade privada da burguesia e o trabalho assalariado. Movido por lucros, esse modo é demarcado por duas classes sociais principais: a burguesia e o trabalhador (SEGAL, 2016). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/02.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

¹³ A base econômica do socialismo é a propriedade social dos meios de produção, isto é, os meios de produção são públicos ou coletivos, não existindo empresas privadas. A finalidade da sociedade socialista é a satisfação completa das necessidades materiais e culturais da população: emprego, habitação, educação, saúde. Nela não há separação entre proprietário do capital (patrão) e proprietários da força do trabalho (empregados) (SEGAL, 2016). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/02.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

instrumentos de trabalho, utilização comum de meios de produção – pastagens, águas, terras – até as modernas sociedades com sofisticadas divisões técnicas de trabalho.

O cooperativismo constitui um fenômeno de organização coletiva característica das sociedades contemporâneas, sendo o surgimento das primeiras experiências entendidas como cooperativas datadas do início do século XIX, localizadas na Alemanha e Inglaterra (RECH, 2000).

Cattani (2003 *apud* CORONEL et al., 2007) salienta que as cooperativas estão baseadas nos valores e nos princípios do cooperativismo de viver melhor. O movimento cooperativista teve origem na Inglaterra, no século XIX, com os pioneiros de Rochdale¹⁴, motivados, entre outros aspectos, pela crescente marginalização dos pequenos artesãos da época, que foram sendo substituídos pelas máquinas de tear industriais que surgiram.

O movimento cooperativista se iniciou na Inglaterra, em 1844, em meio à Revolução Industrial, com o objetivo de unir forças dos trabalhadores, visando obter maiores e melhores resultados do trabalho de forma organizada. Com rápida expansão o cooperativismo se espalhou pela Europa e pelo mundo e, em 1881, já existiam mil cooperativas de consumo, com aproximadamente 550 mil associados (BRASIL, 2009).

Marx (1983 *apud* FAGOTTI, 2017) cria a “teoria do valor-trabalho”, que oportuniza uma reflexão importante sobre o início do cooperativismo. Nesta teoria ele reflete sobre os mercados de trocas vinculados a comunidades rurais e à economia familiar como elementos integrantes do circuito de “valor de uso”, que não se integravam ao mercado de trocas e de valorização do capital, além do aspecto político dado ao isolamento entre os camponeses, compreendendo este como fator objetivo e subjetivo para o não-desenvolvimento da representação desses enquanto classe. Marx mostra que a dinâmica interna - produto da condição de isolamento - no microcosmo de cada comunidade camponesa composta por famílias, intensificou o mercado de troca local, possibilitando a emergência de relações cooperadas que se desenvolviam paralelamente ao grande mercado capitalista. Por outro lado, tal condição dificultava a tomada de consciência de classe e da organização racional do trabalho.

14 Rochdale atualmente é uma cidade no Noroeste da Inglaterra. Mas em 21 de dezembro de 1844 era o bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), no qual 27 tecelões e uma tecelã fundaram a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale"^[1] com o resultado da economia mensal de uma libra de cada participante durante um ano. Tendo o homem como principal finalidade - e não o lucro, os tecelões de Rochdale buscavam naquele momento uma alternativa econômica para atuarem no mercado, frente ao capitalismo que os submetiam a preços abusivos e do desemprego crescente advindo da revolução industrial. Naquele momento a constituição de uma pequena cooperativa de consumo no então chamado "Beco do Sapo" (Toad Lane) estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista. Walton, John K. "Co-operative movement" *The Oxford Companion to British History*. Ed. John Cannon. Oxford University Press, 1997. Oxford (Online).

Em 1895, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), para representar mundialmente o cooperativismo, divulgar sua doutrina e preservar seus valores e princípios. A sede fica em Genebra (Suíça) e congrega mais de 222 organizações-membros em cem países, representando mais de 800 milhões de pessoas. Em 1946, a Aliança conquistou assento consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), sendo umas das primeiras organizações não governamentais a ter cadeira no organismo. O Brasil é filiado à ACI desde 1989 (BRASIL, 2009).

Nos tempos modernos, os períodos de crise caracterizam a sociedade, em especial pós-modernização dos processos produtivos, mais marcadamente após a Segunda Guerra Mundial. Esses períodos também corresponderam a determinados fenômenos no sentido da busca da união dos pequenos agricultores para a superação desses diferentes empecilhos, que são criados sob esse contexto, a cada decênio substancialmente alterado (CADONÁ; VELA, 1994 *apud* CORONEL et al., 2007).

Em Barros (1995 *apud* CORONEL et al., 2007), lê-se que o cooperativismo brasileiro surgiu em consequência da imigração de povos europeus, principalmente de origem germânica, os quais começaram a trabalhar no Sul do Brasil a partir de 1824. A vinda desses imigrantes foi estimulada pela política imperial de ocupação rápida das grandes áreas vazias dos estados daquela região.

Segundo Coronel et al. (2007), esses imigrantes desenvolveram atividade associativa variada, rica e diversificada. Foi a partir de 1850 que várias associações, de sociedades e de clubes, apareceram no cenário em que se encontravam os imigrantes europeus no Brasil. Nessas associações, as pessoas simplesmente se encontravam para cultivar a amizade e a boa conversa, para promover os esportes, a arte e a música ou para dar vida a iniciativas de assistência, de mútuo amparo e de promoção da saúde, ou para, enfim, pôr em marcha organizações destinadas a desenvolver projetos de maior envergadura.

Institucionalmente, as cooperativas foram formalizadas com a promulgação do decreto-lei Nº 22.239 em 19 de dezembro de 1932, regulamentando o funcionamento e as práticas destes espaços (FLEURY, 1983). Um aspecto importante para esta pesquisa é que com este decreto, o Estado passa não só a regulamentar, mas também a incentivar a fundação de novas cooperativas. Os motivos dessa intervenção do Estado na economia por meio do incentivo ao cooperativismo são entendidos por algumas correntes como um instrumento, dentre os outros, de modernização da agricultura e de inserção no mercado (FLEURY, 1983).

Analisando a história se percebe que no Brasil as experiências cooperativas foram atreladas a uma política de estado, se observarmos alguns decretos-leis. O Decreto-Lei¹⁵ Nº 59 de 1966 define a política nacional do cooperativismo:

Art. 1º Compreende-se como política nacional de cooperativismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma deste Decreto-Lei e das normas que surgirem em sua decorrência. § 1º O Governo Federal orientará a política nacional de cooperativismo, coordenando as iniciativas que se propuserem a dinamizá-la, para adaptá-las às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento. §2º O Poder Público atuará, através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as diferentes regiões do País as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 59 de 21 de Novembro de 1966).

Em 1971, foi publicado um novo Decreto-Lei que veio trazendo modificações ao até então vigente, mencionado anteriormente. As principais mudanças foram:

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas (LEI Nº 5.764, De 16 de Dezembro de 1971).

Em 1988, foi promulgada a nossa Constituição Cidadã¹⁶, na qual encontra-se as seguintes referências ao tema abordado:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e

¹⁵ O decreto-lei é espécie de ato normativo que foi substituído na Constituição de 1988 pela medida provisória.

¹⁶ Ficou conhecida como "Constituição Cidadã", por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964–1985) (OLIVEIRA, 2018) Disponível em: <http://www.senado.leg.br>. Acesso em: 05 ago. 2019.

planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo (BRASIL, 1988).

A Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 que instituiu o novo Código Civil brasileiro traz os artigos do 1.093 ao 1.096 voltados para regulamentar cooperativas. Neles são expostas as características, a responsabilidade dos sócios, dentre outros, a saber:

Art. 1.093. A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial.

Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa:

I - Variabilidade, ou dispensa do capital social;

II - Concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;

III - limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;

IV - Intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;

V - *Quórum*, para a assembleia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;

VI - Direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;

VII - Distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado;

VIII - Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

Art. 1.095. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.

§ 1º É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações.

§ 2º É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Art. 1.096. No que a lei for omissa, aplicam-se as disposições referentes à sociedade simples, resguardadas as características estabelecidas no Art. 1.094 (Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

No Brasil, assim como nas primeiras experiências cooperativas da Alemanha e da França, verifica-se o embate de ideias em relação ao significado dessas organizações coletivas: o teórico referiu-se à dupla face do movimento cooperativo (popular e institucional), interrogando-se sobre o que em tese norteia uma experiência cooperativa – a ideia-guia de contestação ou controle social (SCOPINHO 2006 *apud* FAGOTTI, 2017). A via institucional caracterizou-se pela prestação de serviços, assistência técnica, acesso a créditos, comercialização, etc. (SCHNEIDER, 1981 *apud* FAGOTTI, 2017); a via popular tem como

expressão fundamental o exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que apresenta como pressuposto e prática a cooperação como estratégia coletiva das relações de trabalho.

Fagotti (2017) traz que o cenário de crise econômica e política de 1980 fez com que as primeiras cooperativas agrícolas brasileiras, como é o caso das cooperativas Agrícola Cotia e Sul Brasil, reduzissem paulatinamente o número de cooperados até serem extintas. Esse cenário configurou condições propícias para que o modelo associativo emergisse como uma forma de organização social mais adequada às demandas dos produtores. Em relação ao contexto social e político, a combinação entre processo de abertura democrática do país e a crise econômica causou uma explosão de demandas – não raramente, provocadas pela crise estrutural da economia com a retomada da expressão da sociedade civil pelo alargamento da pluralização dos espaços associativos e dos espaços da política.

No entanto, para fins desta análise, será considerado um recorte temporal a partir da década de 1990, período em que os debates a respeito da mencionada temática ganharam consistência, considerando a emergência da ideia de desenvolvimento local e social a partir de novas concepções, como a de sustentabilidade.

Coronel et al. (2007) traz que a constituição de associações de agricultores passou a ser bastante defendida e estimulada como alternativa na busca da solução de problemas comuns, nas quais cooperam uns com os outros. Elas conseguem atuar de forma localizada, possuindo estrutura simples e enxuta, permitindo maior facilidade de gestão associativa.

Para tanto, se faz necessário partimos da busca pelo entendimento sobre o conceito de associativismo, o qual foi apresentado por Scherer-Warren (2001, p.42) que nos auxilia a compreendê-lo como:

[...] formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias (SCHERER-WARREN, 2001, p. 42).

Na pluralidade das organizações de natureza coletiva, as quais são fundamentadas no princípio de cooperação, destacam-se as cooperativas e as associações que conforme o quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Definição técnica de cooperativa e associação

COOPERATIVAS	ASSOCIAÇÕES
Associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender as necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, mediante uma empresa coletiva e democraticamente controlada.	Sociedade civil sem fins lucrativos cuja finalidade é representar e defender os interesses dos associados, buscando estimular a melhoria técnica profissional e social dessas pessoas.

Fonte: Cattani (2003 *apud* CORONEL et al., 2007).

Além da conceituação exposta no quadro 2, faz-se necessário, também, trazer ao conhecimento as principais diferenças e semelhanças. Para tanto, segue quadro explicativo:

Quadro 3: Comparativo entre Associação e Cooperativa

Critério/Organização	Associação	Cooperativa
Definição	Sociedade civil sem fins lucrativos	Sociedade civil sem fins lucrativos
Objetivos	Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político de seus associados.	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados, viabilizando e desenvolvendo sua atividade produtiva.
Amparo legal	Constituição Federal (Artigo 5º) – Código Civil.	Constituição Federal (Artigo 5º) – Código Civil. Lei 5.764/71.
Mínimo de pessoas para Constituição	Mínimo de 2 pessoas físicas e/ou jurídicas	Mínimo de 20 pessoas físicas (exclusivamente)
Geração de receitas	Taxas, doações, fundos e Reservas	Atividade específica
Formas de gestão	Cada pessoa tem direito a um voto	Cada pessoa tem direito a um voto
Comercialização	Não realiza operações comerciais, mas auxilia no processo.	Realiza plena atividade comercial, buscando eliminar os intermediários
Área de ação	Limitada a seus objetivos.	Limitada a seus objetivos e à disponibilidade de participação dos sócios.
Retorno dos resultados	Não há. As possíveis sobras são incorporadas ao patrimônio.	Conforme decisão da Assembleia Geral e proporcional às operações realizadas pelos cooperantes.
Responsabilidade	Diretoria	Proporcional ao capital Subscrito
Remuneração dos Dirigentes	Não há; apenas ressarcimentos de despesas	Podem receber pró-labore, conforme decisão da Assembleia.
Destino do patrimônio em caso de fim de entidade	Os bens remanescentes em caso de dissolução ou liquidação deverão ser destinados para entidades afins.	Os bens remanescentes, depois de cobertas as dívidas trabalhistas com o Estado, depois com os fornecedores, deverão ser destinados a entidades afins. Em caso de liquidação, os associados são responsáveis, limitada ou ilimitadamente, pelas dívidas

Fonte: Adaptado do Sebrae (2014 *apud* FAGOTTI, 2017).

As associações, em suas diversas tipologias, são consideradas organizações autogestionárias, uma vez que esse modelo de gestão objetiva possibilitar aos participantes a posse coletiva do empreendimento, sendo todos igualmente responsáveis pela gestão da organização, conforme os princípios do associativismo e as diretrizes da Lei Federal Lei Federal nº 10.406 de 10 /01/2002 – Novo Código Civil (AZAMBUJA, 2009).

Entendem-se por associações de pequenos agricultores as entidades que agrupam um certo número de agricultores com interesses comuns, tendo como finalidade resolver seus problemas coletivos mediante práticas solidárias. Esses problemas podem ser de ordem econômica, política e social (SILVEIRA 1992 *apud* CORONEL et al., 2007).

Diversos objetivos vão da cooperação na produção coletiva, comercialização dos produtos agrícolas, compra conjunta de insumos, máquinas e implementos e seu uso, até as mais embrionárias formas de construção de espaços democráticos de ajuda mútua e de procura de alternativas. Heterogêneas do ponto de vista de sua constituição, formais e informais, de caráter local ou microrregional, revelam a complexidade da constituição do universo dos pequenos agricultores do Brasil (LANOY, 1992 *apud* CORONEL et al., 2007).

O associativismo é um conjunto de práticas sociais desempenhadas pelos agricultores organizados, almejando benefícios comuns, que isolados não conseguiriam. Esses benefícios são de conhecimento de todos os agricultores, mas existem barreiras que impedem o desenvolvimento de formas associativas, as quais devem ser transpostas baseando-se na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo para atingir um estágio de cooperação na produção agrícola (PELEGRINI 2003 *apud* CORONEL et al., 2007).

Coronel (2007) traz que o ato de se organizar surge da incapacidade de resolver problemas de maneira individual que parecem ser superiores às habilidades ou aptidões dos indivíduos. A reunião de esforços daqueles que apresentam as mesmas deficiências, ou vivem situações semelhantes, torna-se uma forma eficaz com vistas a criar alternativas para o enfrentamento e a busca de soluções para as diversas distorções vigentes.

Dessa forma, muitas vantagens já são atribuídas ao associativismo. Nos casos de compra coletiva de insumos e venda da produção, têm-se ganhos médios em torno de 20% a 30% (SILVEIRA 1992 *apud* CORONEL et al., 2007). Já Martínez (2001 *apud* CORONEL et al., 2007) enumera as seguintes vantagens do trabalho associativo: maior intercâmbio de ideias e experiências; maior objetivação na identificação de problemas e possíveis soluções; melhor organização do trabalho; incorporação de tecnologias que são inacessíveis individualmente; melhor qualidade e oportunidade nas tarefas; aumento das entradas; melhor poder de negociação; melhor qualidade das condições de vida e melhor atividade social.

Para Barros (1994 *apud* CORONEL et al., 2007), a organização associativa supõe as seguintes funções: tornar mais eficiente o esforço do grupo; aumentar o seu rendimento; diminuir o esforço de cada participante; dividir o trabalho ou as suas operações a serem realizadas; tornar um grupo mais integrado e estimular a interdependência dos indivíduos dentro da organização.

Devendo ser considerado que ele promove, também, a troca de experiências e de convivência entre as pessoas, promovendo, assim um ambiente fecundo para o crescimento e desenvolvimento das pessoas de forma holística¹⁷.

Nessa perspectiva, Frantz (2002, p. 1) destaca que:

[...] associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Por isso, a participação em associações e organizações civis, como o associativismo, é salutar para gerar solidariedade social, diminuir os custos da produção e do escoamento dos produtos, no caso, dos apicultores o mel, bem como proporcionar uma unidade e força política para galgar um espaço no mercado e para lutar por políticas públicas.

Souza (1993) concebe que é fundamental colocar o desenvolvimento humano no centro de qualquer tipo de desenvolvimento e particularmente do chamado desenvolvimento econômico. Não existe o econômico sem o social, o social é fundante, determinante, o econômico é derivado, resultado, subordinado. Portanto, o enfrentamento da pobreza, como insuficiência de desenvolvimento, exige nova concepção encontrada nas propostas de desenvolvimento local, visto que nos dias de hoje, a estratégia que tem se firmado no combate à pobreza é aquela que procura induzir, de forma integrada, o desenvolvimento local sustentável.

Conforme Canterle (2004), as organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas

¹⁷Holístico ou holista é um adjetivo que classifica alguma coisa relacionada com o holismo, ou seja, que procura compreender os fenômenos na sua totalidade e globalidade. O holismo é um conceito criado por Jan Christiaan Smuts em 1926, que o descreveu como a "tendência da natureza de usar a evolução criativa para formar um *"todo" que é maior do que a soma das suas partes*".

relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder. Como exterioriza Canterle (2004):

[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais (CANTERLE, 2004, p. 8)

A promoção do desenvolvimento econômico local no Brasil precisa do fortalecimento institucional para a cooperação pública-privada e comunitária, como condição necessária para a criação de ambientes inovadores territoriais. Como se sabe, a privatização, a abertura de mercados e a desregulação das economias conduzem a crescente concentração de capital na esfera privada, diante do qual é preciso reforçar a capacidade dos diferentes sistemas e arranjos produtivos locais. Isto, para equalizar as condições de competitividade empresarial e regional, para atender aos objetivos de coesão social tão importante no Brasil assolado pela fratura do tecido social e pela violência que afeta a todas as camadas sociais (ZAPATA, 2001, p. 3-5).

O trabalho associado constitui uma das principais referências que determina não apenas direitos e deveres, diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas engloba padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida. A esse respeito, Guimarães (2006, p. 8) sublinha que “uma das consequências dessa construção teórica consiste em destacar e sobrevalorizar os efeitos do associativismo sobre os indivíduos associados”.

As associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes. A própria estrutura associativa, formal, institucionalizada, com regras e estruturas de poder, contribuiria para essa finalidade.

Segundo Coronel (2007) mediante a associação, o grupo percebe a força coletiva que possui e, dessa forma, passa a dirigir os passos do próprio desenvolvimento, guiar o próprio destino e o destino da comunidade. No entanto, todos esses benefícios e oportunidades possibilitados pelo trabalho coletivo por meio do associativismo, muitas vezes, não têm se refletido na prática.

Com uma história de mais de 100 anos, o cooperativismo brasileiro tem se superado em números, ações e realizações. Em 2015, de acordo com informações do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o país fechou o ano com 6.655 cooperativas e mais de

13.230 milhões de associados em todo o país, empregando aproximadamente 376 mil pessoas. São Paulo é o Estado com o maior número de cooperativas, 1.116, ou 16,8% do total, seguido por Minas Gerais, com 774, ou 11,6% (SISTEMA OCEMG, 2016).

Entre os 13 (treze) ramos de atuação das cooperativas, os que mais se destacam são agropecuário, transporte, crédito, trabalho e saúde, representando 81,8% do total de associações. Em quantidade de cooperados, os ramos de destaque no ano analisado foram crédito, consumo, agropecuário, infraestrutura e saúde, somando 95,7% do total de associados (SISTEMA OCEMG, 2016).

Estudos comprovam que as cidades que possuem cooperativas ou associações apresentam um maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁸. Isso se traduz em qualidade de vida para o cooperado/associado e sua família. Associar/cooperar é agir de forma coletiva para o mesmo fim ou trabalhar juntos para o êxito de um mesmo objetivo ou propósito (BRASIL, 2009).

Contudo, o que interessa frisar é que na construção dessas perspectivas está embutida a ideia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, emancipados, verdadeiros donos de seus destinos.

Destaca-se a compreensão que participação em cooperativas, associações e organizações civis é importante para gerar solidariedade social, diminuir os custos da produção e do escoamento dos produtos no caso dos apicultores, o mel, bem como proporcionar uma unidade e força política para galgar um espaço no mercado e para lutar por políticas públicas que resultam em conquistas de direitos sociais. Porém, é fundamental ressaltar que na construção dessas perspectivas está imbricada a ideia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, autônomos, emancipados, verdadeiros donos de seus destinos (BRASIL, 2009).

No contexto atual de produção, faz-se necessário garantir mais do que o direito à iniciativa de produzir riquezas, é preciso pensar no desenvolvimento de atividades econômicas, mas sempre associadas ao bem-estar social, ao enfrentamento das desigualdades sociais e de

¹⁸O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 06 ago. 2019.

gênero, na conquista de direitos para o exercício efetivo da cidadania pelas mulheres e à proteção ao meio ambiente, de modo a contribuir com o bem de toda a sociedade.

A partir desse recorte têm-se o surgimento da presente discussão que apresenta uma convergência através da percepção de que o trabalho associado é uma importante força estratégica que pode potencializar melhorias direcionadas, especialmente, as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões, buscando enfatizar as contribuições no enfrentamento da desigualdade de gênero e da conquista de direitos para o exercício de cidadania de todos os associados, em especial, para as mulheres.

Ressalta-se que da década de noventa em diante, o cooperativismo mundial vem trabalhando as questões de gênero com propostas de mudanças nas atitudes e comportamentos, visando gerar relações de equidade entre homens e mulheres (BRASIL, 2009).

Pode-se, em suma, compreender o associativismo como um canal de participação na esfera pública, que envolve as dimensões políticas e socioeconômicas para alcance da melhoria da qualidade de vida e da defesa da cidadania.

Tendo potencial fértil para se constituir como espaço de emancipação humana, cidadania e desmitificação de preconceitos, sendo um espaço propício para o enfrentamento das desigualdades de gênero e na conquista de direitos para o exercício de cidadania para as mulheres. Temática abordada a seguir.

2.3 MULHERES: INVISIBILIDADE, TRABALHO E EMPODERAMENTO

Muitas são as interpretações a respeito do que é ser mulher e também acerca do feminismo. Sobre essa temática se debruçaram várias autoras como Clara Zetkin da Alemanha, Alexandra Kollontai da Rússia, Emma Goldman da Lituânia e Simone de Beauvoir da França. Deve-se esclarecer que as três primeiras autoras são feministas marxistas, ou seja, buscavam em Marx não só as características específicas da opressão sobre as mulheres, como também os meios de situar a luta das mulheres na história à luz de relações sociais gerais.

Através do marxismo, as mulheres poderiam compreender suas práticas e, com isso, desenvolver objetivos e estratégias libertadoras. Enfim, estas autoras acreditavam que através do socialismo poderiam ser solucionados problemas específicos das mulheres, tais como: o cuidado infantil, a maternidade e as tarefas domésticas. Lembrando que a primeira instância do socialismo é que toda pessoa é um trabalhador, compreendemos, portanto, que ao trabalharem, as mulheres vivenciarão conflitos nos papéis de esposa e mãe e suas responsabilidades profissionais (NYE, 1995, p.61).

Incentivada por Sartre¹⁹, Simone de Beauvoir buscou construir uma explicação sobre o que é ser mulher no livro “O Segundo Sexo” (1949). Promovendo uma análise da situação das mulheres, observou que as feministas cometiam o erro de concentrar-se no voto e em lutar contra inimigos externos quando os verdadeiros inimigos estavam introjetados em suas próprias mentes: os bloqueios preconceituosos, os temores que as impedem de viver plenamente. Beauvoir expôs as ilusões que Marx e sua teoria propunha a respeito da sociedade sem classes, ou da possibilidade e existência de uma sociedade universal, Nye afirmava que “essa sociedade é utópica e que ocorre totalitarismos quando tratamos de absolutos, ou seja, o Marxismo seria falho” (NYE, 1995, p. 98).

Ressalta-se que a discursão, que busca dar resposta ao machismo²⁰ opressor relacionada a lutas operárias, promovida pelas mencionadas autoras clássicas da literatura feminista não atendem a necessidade que se apresenta nesta pesquisa que é a de emoldurar a mulher rural, camponesa²¹, apiculadora da Paraíba que estão construindo a sua história, buscando: reconhecimento e distribuição equitativa das oportunidades laborais, superarem as disparidades sociais de gênero demonstrando que são capazes de participar da vida social associativa em iguais condições com os homens.

Para traçar a moldura da mulher sertaneja, rural, camponesa e apiculadora se recorreu as ideias Saffioti, Scott, Sousa, Nye, Anita Brumer, Maria José Carneiro, Sorj dentre outras/os.

Porém, para percebermos a mulher rural faz-se necessário primeiro que tenhamos um olhar pela história da percepção do feminino. As concepções divulgadas no século XVII reforçaram a imagem da mulher como um ser sem vontade própria. A esse respeito Rousseau (GASPARI, 2003, p. 29) detinha um discurso de que a educação feminina deveria ser restrita ao doméstico, pois, segundo ele, elas não deveriam ir em busca do saber, considerado contrário à sua natureza. Essa sociedade que lutava tanto por liberdade, passou a exigir que as mulheres fizessem parte dela, mas como mães, guardiãs dos costumes, e como seres dispostos a servir o homem.

Já Kant (GASPARI, 2003, p. 31) usa “um discurso sexista ao descrever sobre a mulher e seu viver para o homem, não a reconhecendo enquanto sujeito atuante da história”. Foi

¹⁹ Jean Paul Sartre (1905-1980) filósofo, escritor e crítico francês, conhecido como representante do existencialismo. Acreditava que os intelectuais têm de desempenhar um papel ativo na sociedade. Era militante, apoiou causas políticas de esquerda e foi companheiro de Simone Beauvoir. (EBIOGRAFIA). Disponível em: https://www.ebiografia.com/jean_paul_sartre. Acesso em: 08 ago. 2019.

²⁰ O machismo, por ser um conceito filosófico e social que crê na inferioridade da mulher, é a ideia de que o homem, em uma relação, é o líder superior, na qual protege e é a autoridade em uma família.

²¹ O Campesinato, em que o indivíduo se chama Camponês, é o conjunto de grupos sociais de base familiar que se dedica a atividades agrícolas, com graus diversos de autonomia.

influenciado por Rousseau ao utilizar a ideia de inferioridade feminina com relação à sua incapacidade de raciocinar como o homem, reforçando, assim, aquela ideia.

Ao esquadrinhar os pensamentos dos mencionados filósofos descortina-se que no “período das luzes”, uma característica marcante foi a de pensar a diferença feminina, acentuada pela inferioridade, baseada no direito natural. No imaginário dos filósofos, não havia necessidade alguma de conferir à mulher um estatuto político, pois para a ideologia do século XVIII, o homem era a causa final da mulher.

No século XIX, foi identificado que a mulher vivia presa no mundo dos homens e era vista como um ser incapaz e invisível, que servia só para procriar e cuidar dos afazeres domésticos, a mulher era desprezada, humilhada tanto pela sociedade como pelos filhos e marido. Porém nesse mesmo período surge um novo discurso filosófico sobre a mulher. Com as manifestações contra a discriminação feminina e a luta pelo direito ao voto, acontecimentos que preveem uma melhoria na perspectiva da forma de viver das mulheres.

A pesar dessas representações terem se tornado mais evidentes no século XIX, em virtude da expansão da sociedade burguesa, com o avanço do sistema capitalista, que acarretou mudanças diante do trabalho feminino. Porém essas representações foram criadas por discursos anteriores. De acordo com Perrot (2008, p. 11):

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas faculdades. No século XX descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente que a história das mulheres podia ser escrita. Hoje já é uma área acadêmica consolidada.

De uma forma geral, no século XIX, as representações do feminino estão amparadas pelos discursos da antropologia jurídica, da ciência positivista e da religião, os quais dão suporte aos discursos do senso comum. Os refrões do senso comum funcionam como uma espécie de catalizador entre as regras legais e as regras estabelecidas pela moral social, isto é, pelo discurso do comportamento adequado, conforme esclarece Corrêa (1981, p. 68):

Toda a argumentação, e os contra-argumentos, desenvolvidos por advogados e promotores nos casos que debatem, não deveriam obscurecer o fato de que, para além das versões que apresentam perante o júri, estes agentes da lei compartilham um terreno comum que lhes permite o encontro da discussão.

Este terreno comum não se define, apenas, pelas regras legais às quais eles devem se submeter, mas inclui a aceitação de certas normas sociais que eles antes reforçam do que combatem. Há toda uma série de refrãos do senso comum, frequentemente incorporados na retórica forense, e que vão delimitando o que é considerado um comportamento adequado para a mulher e para o homem em nossa sociedade.

No século XX, a história da mulher teve uma grande mudança tanto nas conquistas como nas rupturas. Mudanças que ganharam um novo olhar, uma nova visibilidade da sociedade. De acordo com Farias (2009, p. 1), “a história das mulheres emerge como um campo de estudo, influenciado pelos novos interesses da disciplina histórica e pelas campanhas feministas”.

Nota-se que desde o final do século XIX até os dias atuais, a mulher vem ganhando direitos na sociedade e conseguindo concretizá-los. Foram muitos séculos de submissão e medo, o processo foi demorado, mas a mulher foi ganhando espaço na sociedade, e mostrando que aquela imagem de um ser frágil e invisível, que só era vista para os afazeres domésticos, procriação e domesticar os animais, como era vista no século passado, não passava de um dogma religioso, e de olhar patriarcal. No entanto, atualmente, essa situação tendeu a mudar, conforme assegura Santo e Sacramento (2011, p. 7):

A mulher atual passou a conduzir suas ações e se tornou multifuncional, bem resolvida, tendo em primeiro lugar sua liberdade e uma melhor condição de vida, sem deixar de lado sua feminilidade. Mais que isso, assegurou seu direito à cidadania seu papel enquanto agente transformador. Sua participação nas últimas seis décadas tem sido um fato mais marcante ocorrido na sociedade brasileira: Entre os brasileiros que trabalham, as mulheres são quase a metade, e são responsáveis pelo sustento de aproximadamente 33% das famílias do Brasil. Tudo isso conseguimos inicialmente quando nos fins dos anos 60 foi franqueado o ensino popular. A chefia da família feita por mulheres também foi uma conquista. Ela se deu desde muito cedo, normalmente quando elas passavam por dificuldade econômica por serem abandonadas quebrando então com a ideia da medicina social que dizia que as características femininas eram a fragilidade, o recato, o domínio do afeto sobre o intelectual, a subordinação da sexualidade e a vocação maternal. Já o homem era caracterizado por força física, autoridade empreendedorismo, racionalidade e sexualidade sem freio. Muito século se passou e na sociedade burguesa-capitalista, elas encontram uma possibilidade de resgatar a sua condição como de sujeito. O pós-guerra legitimou a ocupação do espaço apropriado e respeitoso, ou seja, com ingresso de trabalho em meados do XX. Ela passou a gerar renda e tomar frente a sua decisão. Neste mesmo século elas conquistarão também o “Dia Internacional da Mulher”, considerado como marco da luta feminina pelos direitos humanos, fazendo pensar sobre determinados conceitos e papéis na sociedade, provando que podem ser tão bem-sucedidas quanto os homens ganhando cada vez espaço na política, na sociedade e no trabalho.

Na década de 1970, grande parte dos estudos sobre o ambiente social rural era voltada para o trabalho na família camponesa não havendo um enfoque sobre gênero, embora já fosse presente a participação. Carneiro (1995), nesse contexto, observou a agricultura familiar e indicou que o mundo rural e as sociedades agrárias precisam ser repensados.

Têm-se que no final da década mencionada o conceito de relações de gênero ganha força. A esse respeito Siliprandi (2004, p. 3 *apud* MUNIZ, 2018), argumenta que foi “como uma tentativa de desmistificar o determinismo biologicista que explicaria as diferenças entre homens e mulheres, afirmando o caráter histórico e social dessas relações”. Joan Scott é uma das teóricas pioneiras na discussão de gênero, para a autora “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p. 21 *apud* MUNIZ, 2018).

Relações de gênero criam um sistema de hierarquias, em que o masculino passa a ter o poder sobre o feminino, como expressado na análise abaixo feita por Siliprandi (2004, p. 5 *apud* MUNIZ, 2018):

As relações de gênero expressam, portanto, uma hierarquia que estrutura todo o sistema social, em que o masculino sobrevalorizado em relação ao feminino. Uma das formas como essa relação se expressa, em termos de comportamentos e valores, na divisão sexual do trabalho, a qual estabelece claramente o que será socialmente aceito como tarefas femininas e masculinas. Assim, caberão às mulheres fundamentalmente as tarefas do âmbito doméstico, da família e da reprodução, enquanto aos homens será reservado o mundo público, do trabalho “produtivo” e da organização política da sociedade. Uma das consequências dessa divisão a desvalorização (ou invisibilidade do trabalho efetuado pelas mulheres, muitas vezes considerado “ajuda” ou “complemento” ao trabalho masculino. Outras vezes, considerado “não-trabalho”, não sendo sequer computado nas contas nacionais, como o caso do trabalho doméstico e de cuidados, e do trabalho não remunerado exercido pelas mulheres na agricultura.

Compreende-se, ainda, o conceito de gênero enquanto construção social e a partir desse enfoque Nadu et al. (2013, p. 5 *apud* BRANDÃO, 2016) entende que: “[...] como, organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995) [...]”, e que também pode ser entendido como relação de poder entre os sexos, contrapondo à essência biológica.

Contudo, afirmam Cornwall et al. (2013, p. 2 *apud* BRANDÃO, 2016) que o conceito de gênero “tem servido tanto como princípio organizado quanto como uma, palavra de ordem”. [...] No entanto, lições aprendidas em contextos específicos tem se transformado em slogans

generalizantes”, em que as mulheres aparecem como vítimas abjetas, sujeitos passivos ou como grandes heroínas.

Todavia, quanto mais se generaliza gênero, menos se encontram políticas efetivas de equidade de gênero nos espaços e nos documentos principais de formulação de políticas. Neste contexto, Sardenberg (2010, p. 45 *apud* BRANDÃO, 2016) observa que: “[...] o conceito de gênero não substitui a categoria social mulher, tampouco torna irrelevante pesquisas, [...]. Ao contrário, permite que se pense tal categoria como uma construção social [...] legitima a situação, real” de discriminação, exploração, subordinação das mulheres [...]”.

Assim, a conceituação de gênero emerge como ferramenta de “desnaturalização” das desigualdades entre os sexos, da divisão social do trabalho e das assimetrias sociais com base no sexo, possibilitando a sua transformação, devido a sua historicidade, dando ao conceito de gênero uma conotação prático-política, legitimando as lutas femininas (SARDENBERG, 1998 *apud* SCHEFLER, 2013; BRANDÃO, 2016).

Diante de todas essas concepções, aqui emolduradas, sobre o termo gênero, leva-nos a compreendê-lo como uma forma de se estabelecer contato com nossas próprias construções sociais e, como reconhecemos dentro de uma perspectiva social que exige uma conduta característica do “ser homem e do ser mulher”.

Segundo a ONU (1995), nos anos de 1990, a IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijin, propôs a incorporação do enfoque de gênero em todos os níveis com o propósito de alcançar a equidade de gênero e promover o empoderamento das mulheres.

Ressalta-se a importância de esclarecer o termo empoderamento para tanto Scheffler (2013, p. 10 *apud* BRANDÃO, 2016) percebe o empoderamento como sendo uma:

[...] Ferramenta estratégica nas políticas de combate à pobreza, o conceito vem sendo orientado para a construção de sujeitos sociais e a conquista da cidadania, pressupondo-se que os indivíduos, através de suas organizações, devem atuar no espaço público em defesa de seus direitos sociais, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos públicos. [...]. Assim, a questão essencial da abordagem de empoderamento – as relações de poder – é relegada a um segundo plano e deslocada do seu papel central nas práticas sociais e políticas para dar lugar a abordagens técnicas, instrumentais [...] e conflituosas de poder, omitindo o sentido de emancipação política dos sujeitos.

Contribuindo com reflexões sobre empoderamento e seguindo a perspectiva explanada, Cornwall (2013, p. 2 *apud* BRANDÃO, 2016) expõe que julgar o empoderamento da mulher depende:

[...] Muito de como o termo empoderamento é interpretado. Em algumas partes do mundo, o termo se tornou sinônimo de projetos que oferecem às mulheres pequenos empréstimos e as engajam em atividades de geração de renda, tais como a produção de artesanato para venda. Mas, o argumento de que, empoderar as mulheres se dá apenas por intermédio do seu engajamento no mercado faz confluir poder com dinheiro, emprestando à geração de renda poderes mágicos [...]. No meio disto tudo, as estratégias das próprias mulheres para lidar com as pressões e constrangimentos na sua vida cotidiana se tornam virtualmente invisíveis.

É válido mencionar a percepção do feminismo sobre o empoderamento e, a esse respeito têm-se que “alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações” (SCHEFLER, 2013, p. 11 *apud* BRANDÃO, 2016).

É essencial compreender que existe uma nuance destoante entre as percepções das políticas públicas e das políticas direcionadas a promoção da agricultura familiar. Scheffler (2013 *apud* BRANDÃO, 2016) expõe que: “[...] nas políticas públicas, a noção de empoderamento é geralmente significanda como, autonomia econômica da mulher”. Nas políticas dirigidas à agricultura familiar, o empoderamento rural se limita a criar condições de produção e renda para que esta contribua com a receita familiar [...]”.

Vislumbrando essa perspectiva de políticas públicas deve-se considerar que o seu processo de implementação numa perspectiva de gênero é sempre marcado por tensões, considerando que os padrões da cultura patriarcal²² que limitou a participação feminina e que ainda hoje, elabora políticas sem considerar as desigualdades existentes com relação as desigualdades de gênero. Segundo Oliveira (2017, p. 44 *apud* MUNIZ, 2018), “a perspectiva de gênero nas políticas públicas é muito recente, sobretudo no que se refere à presença feminina na política ou na tomada de decisões que diga respeito em cada uma das etapas do ciclo das políticas públicas.

Conceituando gênero e empoderamento, faz-se necessário voltar a atenção para a função que a mulher desempenha no meio rural, a qual é retratada por Carneiro (1995) como diferenciada, acreditando que há uma nova identidade rural na vida dessas mulheres, onde a mobilização é uma forma de visibilizar a sua participação na produção. A legitimidade das

²² Segundo Delphy (2009b *apud* CISNE; SANTOS 2018), a palavra “Patriarcado” vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arke (origem e comando). [...]. “Portanto, patriarcado é literalmente a autoridade de pai. Assim, designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres. Assim a cultura patriarcal ocorre por que está presente nas relações sociais e, também, é reproduzida tanto por homens como pelas próprias mulheres (CISNE; SANTOS, 2018).

reivindicações da mulher camponesa é observada quando encontramos o papel econômico que as mulheres desenvolvem nas unidades de produção.

Entende-se que elas estão organizacionalmente inseridas tanto no âmbito familiar como no trabalho externo numa perspectiva de dupla subordinação, pois conjugam funções reprodutivas e produtivas prolongando assim as atividades domésticas. Segundo Carneiro (1995) a posição de subordinada seria algo estabelecido muito antes do trabalho, ou seja, na própria família, na própria relação com seus companheiros (CARNEIRO, 1995, p.48).

Ao longo de várias discussões sobre o que é ou o que seria as mulheres camponesas concluiu-se em nível nacional:

Neste sentido, mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres (DOCUMENTO TESE DO MMC, 2004).

Na literatura sobre o tema gênero, até os anos de 1970, não existiam registros sobre o reconhecimento e a posição da mulher no desenvolvimento econômico (SARDENBERG, 2010; SCHEFLER, 2013 *apud* BRANDÃO, 2016), até porque as mulheres eram desconsideradas dentro de sua própria unidade familiar (SARDENBERG, 2010).

Na década de 1980, a discussão sobre gênero a autora SEGALLEN (1980) destacou a importância do trabalho do homem e da mulher e assegurou que, a qualquer nível econômico, é possível atestar que o futuro das unidades de produção dependerá em grande proporção, do trabalho da mulher.

Compreende-se que a relação marido-mulher na sociedade camponesa foi fundada não sobre uma autoridade absoluta de um sob o outro, contudo sob complementaridade entre os dois.

Nas décadas mais recentes, as mulheres passaram a reivindicar, com maior ênfase, o reconhecimento institucional do seu papel “[...] nas atividades produtivas, com reivindicações específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada [...]” (BUTTO, 2011, p.15, *apud* BRANDÃO, 2016).

Segundo Muniz (2018), mesmo com o desenvolvimento de ações das organizações da sociedade civil, e a implementação de políticas públicas para a agricultura familiar, no meio

rural as mulheres ainda vivenciam fortemente as desigualdades de gênero, de forma geral, há uma situação de invisibilidade com relação ao trabalho realizado por elas, tanto na esfera produtiva, como na esfera reprodutiva.

Medeiros (2010) afirma que quando um trabalho é considerado de homem é mais valorizado, quando é considerado de mulher é desvalorizado. A este valor desigual, chamamos divisão sexual do trabalho que se define pelo que é considerado produtivo e pelo que é reprodutivo, reforçando a ideia do homem como o provedor da família e, portanto, o responsável pela negociação com o mundo público. Nesta sociedade desigual, é considerado produtivo tudo aquilo que gera riqueza, e que, geralmente, aparece como sendo exercido pelos homens. Já o trabalho reprodutivo é aquele realizado pelas mulheres no cuidado da casa, comida, marido, filhas e filhos.

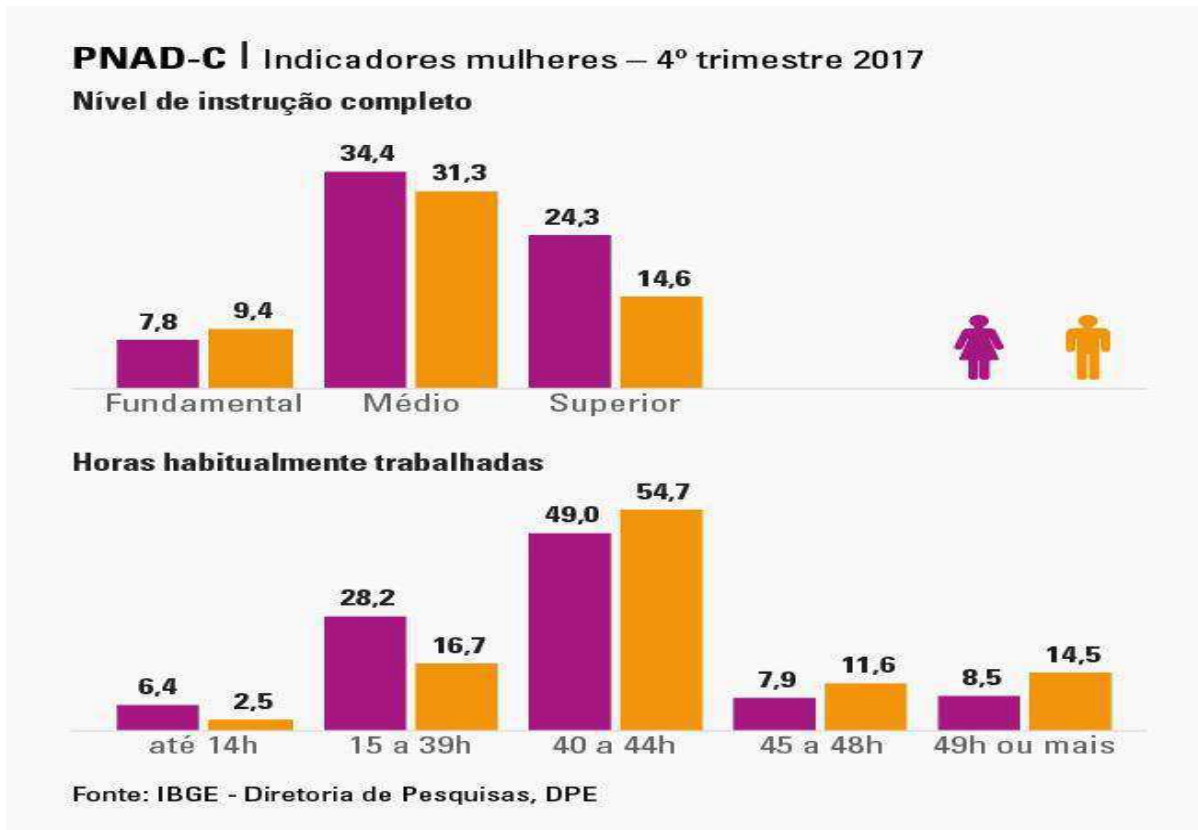
Conforme reflete Faria (2007 *apud* MEDEIROS, 2010) trabalho esse que nunca acaba, pois são as mulheres as primeiras a acordarem e as últimas a descansarem. É uma verdade comprovada pelos dados de 2001 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, quando revela que as mulheres rurais gastam em média 28,2 horas semanais para realização das tarefas domésticas, enquanto que os homens dedicam apenas 10,1 horas.

Outra informação relevante, e que causou grande surpresa, surgiu em uma capacitação sobre trabalho doméstico realizada pelo Centro Feminista, em novembro de 2009, quando as trabalhadoras contabilizaram um número de horas ainda maior destinado a esse trabalho realizado.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), no estudo que realizaram sobre Estatísticas de Gênero, atualizam os dados mencionados anteriormente, e demonstram que as mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens.

Segundo o IBGE (2016), vários fatores contribuem para as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Por exemplo, em 2016, as mulheres dedicavam, em média, 18 horas semanais a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, 73% a mais do que os homens (10,5 horas). Essa diferença chegava a 80% no Nordeste (19 contra 10,5). Isso explica, em parte, a proporção de mulheres ocupadas em trabalhos por tempo parcial, de até 30 horas semanais, ser o dobro de homens (28,2% das mulheres ocupadas, contra 14,1% dos homens).

Gráfico 1: Indicadores Mulheres – 4º trimestre de 2017



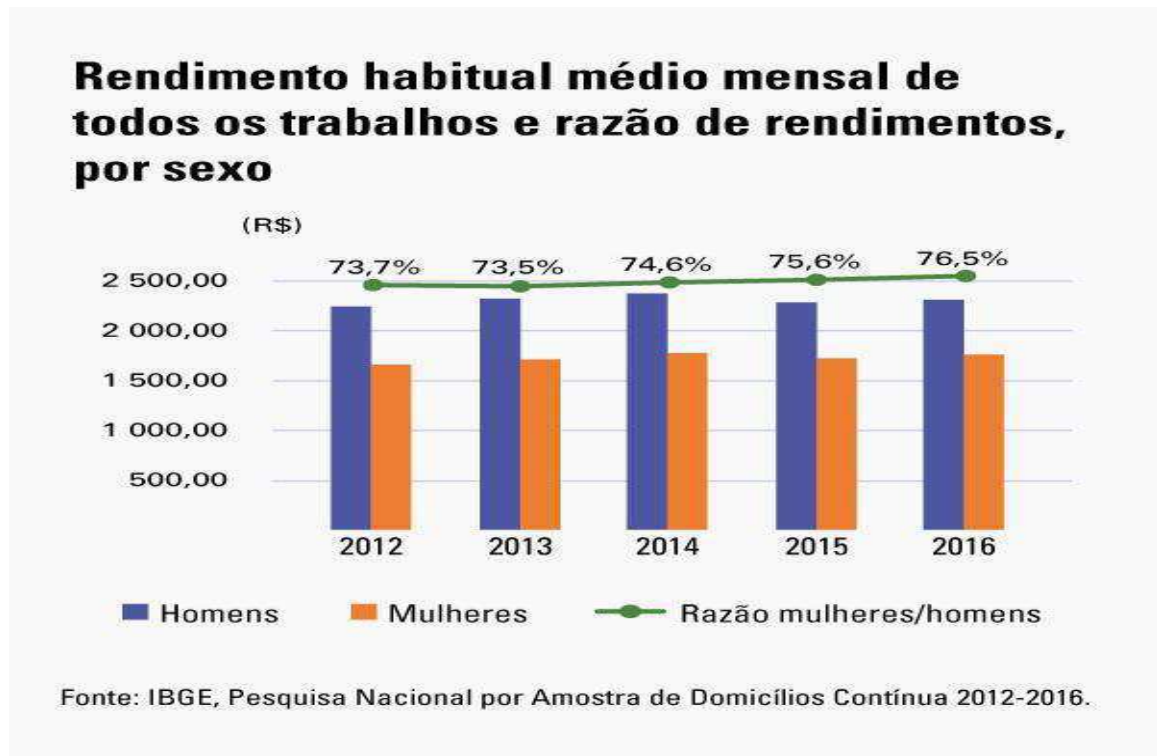
Fonte: IBGE (2016).

O IBGE (2016) apresenta ainda uma explicação da coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE, Barbara Cobo: “Em função da carga de afazeres e cuidados, muitas mulheres se sentem compelidas a buscar ocupações que precisam de uma jornada de trabalho mais flexível”, complementando que: “mesmo com trabalhos em tempo parcial, a mulher ainda trabalha mais. Combinando-se as horas de trabalhos remunerados com as de cuidados e afazeres, a mulher trabalha, em média, 54,4 horas semanais, contra 51,4 dos homens”.

O que se observa é que na estrutura do sistema capitalista é estratégico que o trabalho na esfera do cuidado e da reprodução realizado pelas mulheres não seja valorizado. Assim, o mesmo não é reconhecido e entra na lógica da invisibilidade.

Bourdieu (2002) chama a atenção para o fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição efetiva em dinheiro, contribuiu realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância.

Gráfico 2: Rendimento habitual mensal e de todos os trabalhos e razão de rendimentos por sexo



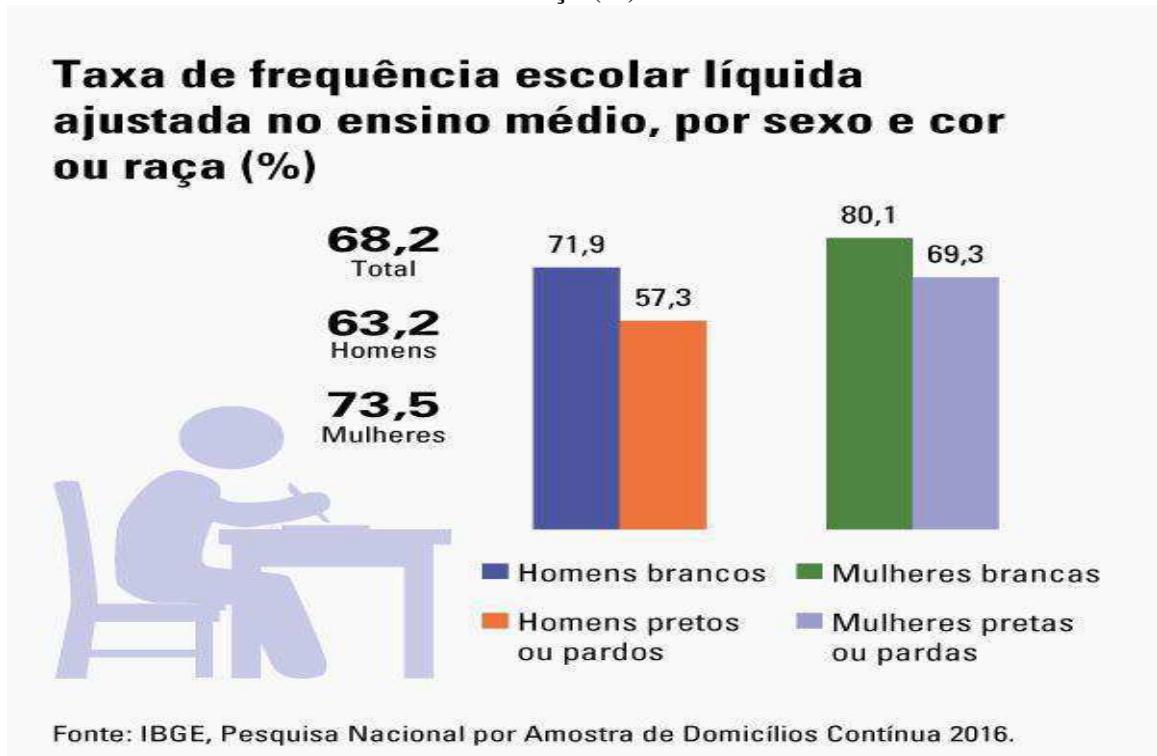
Fonte: IBGE (2016).

Analisando o gráfico do IBGE (2016), observa-se que mesmo trabalhando mais horas, a mulher segue ganhando menos. Apesar da diferença entre os rendimentos de homens e mulheres ter diminuído nos últimos anos, em 2016 vislumbra-se ainda que recebiam o equivalente a 76,5% dos rendimentos dos homens.

Apesar dessa disparidade percebida entre as remunerações de mulheres e homens o IBGE (2016), a respeito da escolarização, apurou que em 2016, as mulheres de 15 a 17 anos de idade tinham frequência escolar líquida (proporção de pessoas que frequentam escola no nível de ensino adequado a sua faixa etária) de 73,5% para o Ensino Médio, contra 63,2% dos homens. Esse contexto significa que 36,8% dos homens se encontravam em situação de atraso escolar.

Na desagregação por cor ou raça, 30,7% das pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade, apresentaram atraso escolar em relação ao Ensino Médio, face a 19,9% das mulheres brancas. Comparando-se gênero e cor ou raça, o atraso escolar das mulheres brancas estava mais distante do registrado entre os homens pretos ou pardos (42,7%).

Gráfico 3: Taxa de frequência escolar líquida ajustada no Ensino Médio, por sexo e cor ou raça (%)



Fonte: IBGE (2016).

Observando o gráfico 3, conclui-se que essa trajetória escolar desigual, relacionada a papéis de gênero e à entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, faz com que as mulheres tenham um maior nível de instrução. Na faixa dos 25 a 44 anos, 21,5% das mulheres tinham completado a graduação, contra 15,6% dos homens. Desagregando-se a população de 25 anos ou mais de idade, com Ensino Superior completo por cor ou raça, as mulheres brancas estão à frente, com 23,5%, seguidas pelos homens brancos, com 20,7%; abaixo estão as mulheres pretas ou pardas, com 10,4% e, por fim, os homens pretos ou pardos, com 7,0%.

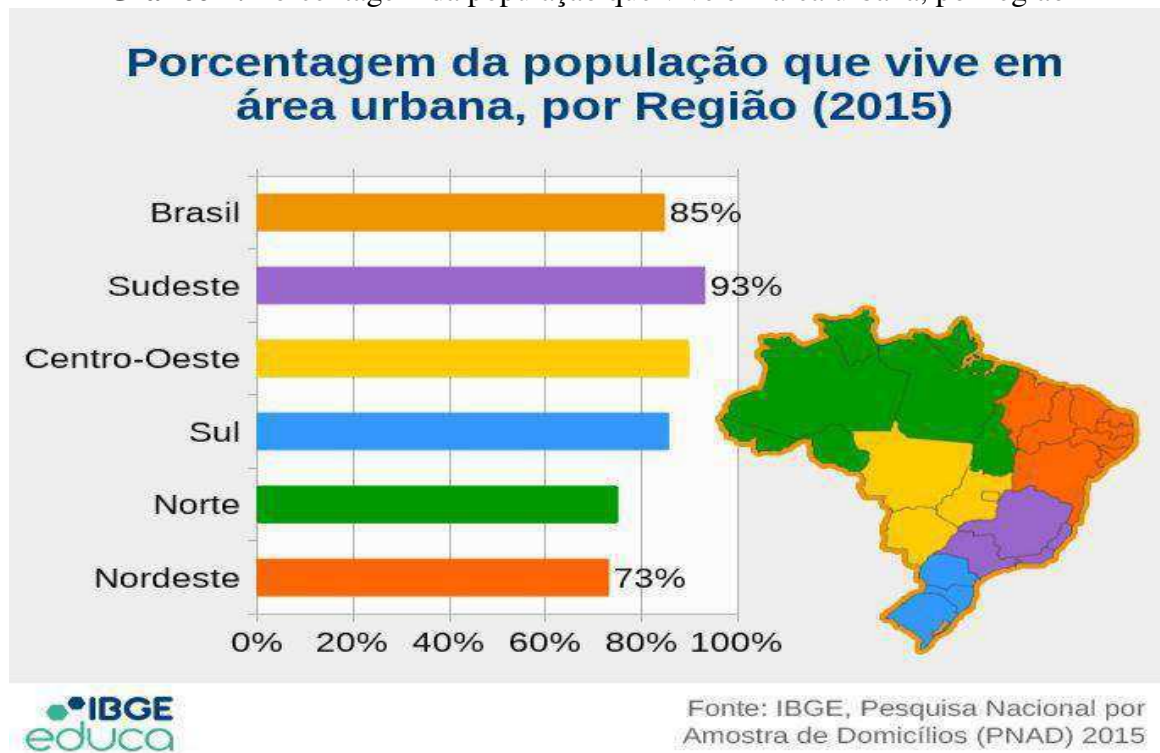
Porém, como destaca Muniz (2018), as mulheres nem sempre se conformaram com essa situação e, ainda conseguiam pensar além de sua problemática de gênero, trazendo insights inclusive ambiental, assim ressalta Siliprandi (2009, p. 140 *apud* MUNIZ, 2018):

Nas discussões propostas por elas, emergiam questões claramente vinculadas com o campo ambiental, ao mesmo tempo em que pautavam temas historicamente trazidos pelo o feminismo. Está na essência das mulheres, desde quando criaram os cultivos, semeando os primeiros grãos de trigo, serem as principais guardiãs da biodiversidade e da agrobiodiversidade numa perspectiva socioambiental, na qual não se separa pessoas de meio ambiente. (SILIPRANDI, 2009, p. 140).

Siliprandi (2013 *apud* BRANDÃO, 2016) aponta que, na primeira década dos anos 2000, foi o lapso temporal que no Brasil, “as agricultoras apareceram publicamente pela primeira vez como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado [...]”

É essencial que seja explicitado dados demográficos sobre a distribuição das populações rurais e urbanas no Brasil para que seja possível a compreensão sobre a relação entre os espaços urbanos e rurais bem como se deve, também, considerar as ligações, que podem ser representadas pelos fluxos de bens, pessoas, recursos naturais, capital, trabalho, serviços, informação e tecnologia, conectando zonas rurais, peri-urbanas e urbanas. Essas conexões são complementares e sinérgicas e impactam na configuração espacial brasileira.

Gráfico 4: Porcentagem da população que vive em área urbana, por região



Fonte: IBGE – PNAD, 2015.

Como se observa, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015 traz que a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. A Grande Região com maior percentual de população urbana é o Sudeste, com 93,14% das pessoas vivendo em áreas urbanas. A Região Nordeste é a que conta o maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais, 26,88%.

Após a delimitação da população rural e urbana, é relevante que se apresente dados estatísticos oficiais sobre o perfil da mulher rural, foco deste trabalho. Segundo dados do IBGE/PAND (2015, apud MAPA, 2019) cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo no Brasil.



Figura 1. Perfil da mulher rural
 Fonte: IBGE/PAND (2015 apud MAPA, 2019).

Analisando a Figura 1, observa-se que as mulheres representam quase metade da população rural e que são 50,3% da população economicamente ativa; considerando o rendimento médio, cerca de 30% ganhavam entre meio e um salário mínimo e que quase 30% não tinham rendimento.

Apesar da evidente participação significativa no desenvolvimento das comunidades locais, a identidade e o trabalho exercido pelas mulheres rurais ainda não possui um reconhecimento satisfatório pela sociedade e, na maioria das situações, nem tão pouco por elas mesmas.

Seguindo esse mote que traz informações relevantes sobre a mulher rural, o IBGE/PAND (2015 apud MAPA, 2019) expõe dados relevantes que nos auxiliam a compreender cor e raça das mulheres habitantes das áreas rurais do Brasil.



Figura 2. Cor e raça das mulheres rurais
 Fonte: IBGE/PAND (2015 *apud* MAPA, 2019).

Analisando a Figura 2, a qual apresenta a cor e raça das mulheres habitantes da área rural, é evidenciado que mais de 56% delas se declaram como pardas, 35% brancas e 7% pretas. As indígenas compõem 1,1% da população rural feminina, de acordo com o IBGE/PAND (2015 *apud* MAPA, 2019).

Para Abramo (2004 *apud* MUNIZ, 2018) “as desigualdades e as discriminações de gênero e raça são duas formas fundamentais de discriminação que cruzam a sociedade e o mundo do trabalho no Brasil”.

Dessa forma, estudos apontam que a discriminação de gênero e de raça se inter cruzam e são potencializadas, da mesma forma que tem uma forte relação com os aspectos determinantes da pobreza.

Prosseguindo com o levantamento de informações sobre o universo da mulher no âmbito rural, é apresentado dados coletados no último Censo Agropecuário do IBGE (2017, *apud* MAPA, 2019), no qual traz uma leitura do percentual de empreendimentos rurais que são dirigidos por mulheres, como é exposto na imagem a seguir, na qual é evidenciado que quase 20% dos empreendimentos rurais do país são dirigidos por mulheres.

Em 2006, o percentual de mulheres rurais empreendedoras era marcado por um total de 12%.



Figura 3. Empreendimentos rurais que são dirigidos por mulheres
Fonte: IBGE/PAND (2017 *apud* MAPA, 2019).

Refletindo sobre os dados da Figura 3, retrata-se que ocorreu um salto significativo, mas ainda é muito pouco, pois 70% a 80% dos alimentos são produzidos pelas mulheres rurais, principalmente os alimentos para autoconsumo (MAPA, 2019)

É necessário se resgatar que estudos da FAO (*apud* MAPA, 2019) mostram que a pobreza atinge o que representa quase metade ou 59 milhões das pessoas que vivem nas áreas rurais dos países da América Latina. A extrema pobreza chega a 22,5% da população rural da região. E a maioria dos pobres na área rural do continente é formada por mulheres.

A FAO (2012) reconhece que a igualdade de gênero é fundamental para o desenvolvimento agrícola e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODM²³. Nessa perspectiva afirma que a questão de gênero deve ser trabalhada numa abordagem de desenvolvimento.

✓ Primeiro porque a dimensão de gênero é crucial por razões econômicas e do ponto de vista da eficiência;

23 Em setembro de 2000, refletindo e baseando-se na década das grandes conferências e encontros das Nações Unidas, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU. Com a Declaração, as Nações se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos – com um prazo para o seu alcance em 2015 – que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/odm/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

✓ Em segundo lugar, as questões de equidade ou de distribuição estão relacionadas às diferenças de gênero nos resultados, às diferenças que surgem das relações socialmente construídas entre homens e mulheres, afetando a distribuição de recursos entre eles e causam muita disparidade nos resultados do desenvolvimento;

✓ Em terceiro lugar, os papéis e as relações de gênero afetam a segurança alimentar e o bem-estar das famílias;

✓ Por último, a igualdade de gênero é um direito humano fundamental que tem valor em si e por si (FAO, 2012).

Deve-se considerar, ainda que, como salienta Stolke (1975), o trabalho exercido pelas mulheres, se comparado com o do marido ou até mesmo dos filhos, tem uma remuneração menor. A autora assinala a necessidade de desconsiderarmos a ideia de subjugação pura e simples e de ponderar a separação que normalmente é feita por teóricos das sociedades camponesas entre o domínio feminino relacionado à casa e o masculino à produção.

É necessário que compreendamos que a divisão sexual do trabalho se apresenta como principal fator para essa construção histórica de desigualdade sobre as mulheres e, segundo Cisne (2012 *apud* REZENDE et al., 2015), é reflexo do sistema capitalista patriarcal que se apropria das distâncias produzidas entre mulheres e homens para lucrar e se globalizar. Ela divide o mundo entre a esfera reprodutiva e privada, associada aos cuidados com a casa e a família, conferida comumente às mulheres, e a esfera produtiva e pública, associada à produção de bens e serviços, conferida aos homens. Além disso, hierarquiza essas esferas, considerando os trabalhos ditos femininos sempre inferiores aos trabalhos ditos masculinos.

Brumer (2004) discorre a respeito da divisão sexual do trabalho, na agricultura, por exemplo, estudos do campesinato indicam que as mulheres têm ocupado uma posição de subordinação à autoridade centralizada do marido, razão pela qual seu trabalho é percebido como “ajuda” mesmo quando as mulheres realizam as mesmas atividades e na mesma proporção que os homens.

Na agricultura, como exposto, também existe a separação entre esfera reprodutiva e produtiva, o privado e o público. A relação entre casa e roça mostra, de forma muito explícita, a segregação entre o papel da mulher e o do homem no mundo rural. Heredia (1979 *apud* REZENDE et al., 2015) afirma que essa oposição delimita o espaço do trabalho e do não trabalho, em que a mulher é a organizadora das atividades relacionadas à casa, que, estando ligada ao consumo, não se considera espaço de trabalho, enquanto o homem possui papel de provedor, sendo responsável pelo trabalho ligado à terra, que envolve produção, comercialização dos produtos e compra de bens necessários para o consumo da família.

Ainda como reforça Heredia (2006), no meio rural, quando uma mulher se encontra na condição de ser ativa na economia familiar, mesmo assim, seu trabalho é, na maioria das vezes percebido extensão da vida doméstica, e assim, quando elas vão com o marido realizar trabalho remunerado em que o pagamento é feito por produção, o mesmo é feito diretamente ao chefe da família contribuindo para a invisibilidade do trabalho feminino.

Carneiro (2015) apresenta ponderações sobre a mobilização para se alcançar os interesses coletivos através da organização política como uma das etapas de construção da identidade feminina. Ressalta, no entanto, que enquanto o papel da mulher no grupo familiar era múltiplo, a nova identidade ou “categoria social”²⁴ emerge relacionada a sua condição de trabalhadora/produtora rural/camponesa.

Jalil (2009) apresenta uma afirmação sobre o modelo de agricultura camponesa no qual a luta pela preservação da terra e da vida, tem na centralidade a presença das mulheres que se auto organizam entre articulações que ocorrem com figuras políticas de sindicatos, de religiões, grupos de mulheres, alguns políticos etc.

Carneiro (2015) fez uma abordagem sobre a inserção de mulheres em movimentos políticos operários e urbanos, expondo que, de forma geral, uma crítica a situação da mulher relacionando a sua redução ao espaço doméstico e a demanda por uma equiparação ao exigir o reconhecimento do status social público de trabalhadora, se opondo assim aos valores que sustentam as relações sociais entre gêneros na sociedade capitalista, de forma geral.

Scott (2009) acentua que “mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único”. Considerando que as relações estabelecidas sobre divergências relacionam os seguintes elementos entre si: relações econômicas, a organização do trabalho, as relações de poder, os sistemas de poder, as instituições normativas, os símbolos culturais e a identidade subjetiva.

No contexto atual de produção, faz-se necessário garantir mais do que o direito à iniciativa de produzir riquezas, é preciso pensar no desenvolvimento de atividades econômicas, mas sempre associadas ao bem-estar social, ao enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero, na conquista de direitos para o exercício efetivo da cidadania pelas mulheres e à proteção ao meio ambiente, de modo a contribuir com o bem de toda a sociedade.

24 Categoria social é um conjunto de agentes, que, embora tenham diferentes origens de classe, são capazes de atuar politicamente como uma unidade e de maneira relativamente autônoma com respeito aos interesses das classes de que se originam (POULANTZAS, 1973). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000200004. Acesso em: 16 ago. 2019.

A perspectiva de gênero, no estudo das relações sociais e produtivas no mundo rural, é necessária e indispensável, dada a emergência de se analisarem profundamente os papéis sociais de mulheres e de homens. Desvelar as desigualdades existentes é o primeiro passo para construir a estrutura necessária para superá-las e avançar na mudança da história de injustiças e contradições que pesa sobre as mulheres, especialmente as camponesas.

O importante papel exercido pelas mulheres, especificamente a mulher rural, na produção de alimentos e preservação dos recursos naturais deve ser reconhecido, tendo em vista que elas atuam como principais protagonistas na segurança alimentar e são responsáveis pela produção agroecológica nos quintais e roças próximos da casa. Também preservam e transmitem, de geração a geração, sua experiência no manejo da água, produção de alimentos, recursos florestais, solos, sementes, recursos energéticos e técnicas de conservação correspondentes (CORREIA *apud* GOMES; ASSIS 2013; BRASIL, 2013).

O olhar técnico sobre o envolvimento das mulheres nos sistemas de produção e comercialização de alimentos, em especial, na atividade apícola, provoca a vislumbrarmos a história aqui exposta que, de modo geral, atrelou a condição da mulher na sociedade a reprodução/maternagem, ao matrimônio e ao lar, considerada uma esfera sob a responsabilidade das mulheres, através da realização cotidiana do trabalho doméstico e de cuidados. Trata-se de uma visão naturalizada do feminino, vinculada à maternidade, e que define o que é ser mulher no mundo (FARIA, 2014). Essa percepção do ser mulher oculta a sua condição de sujeito no processo de construção dos direitos e, conseqüentemente, da cidadania.

A seguir, seção destinada a expor os resultados do presente estudo, obtidos a partir da aproximação com o campo empírico de investigação, buscando se entender a condição desigual da mulher no contexto das relações entre os sexos, será apresentado a importância do associativismo apícola frente aos desafios da sustentabilidade no desenvolvimento dos espaços coletivos, com o enfoque para a inserção da mulher, desvelando seu impacto na redução das desigualdades de gênero e na conquista de direito para o exercício da cidadania das mulheres apicultoras na Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM.

3 METÓDO E MATERIAL

A pesquisa consistiu no levantamento de informações bibliográficas e documentais sobre a atividade apícola, trabalho associado e a inserção da mulher na mencionada atividade, a partir de dados documentais disponibilizados pelo ex-presidente da Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM, Caetano José de Lima que presidiu dos anos de 2006 a 2014 a mencionada entidade, vislumbrando compreender a importância do associativismo apícola frente aos desafios da sustentabilidade no desenvolvimento dos espaços coletivos observando a inserção da mulher e seu impacto na redução das desigualdades de gênero e na conquista de direito para o exercício da cidadania das mulheres apicultoras.

3.1 LÓCUS DE ESTUDO

A busca por uma compreensão sobre o associativismo e as relações de gênero na atividade apícola foi desenvolvida contígua a Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM.

3.1.1 Características históricas, socioeconômicas e demográficas do Estado da Paraíba

Como no nome da entidade já evidencia, ela está localizada no Estado da Paraíba, o qual, segundo dados do IPEA (2013), ocupa 0,7% do território brasileiro; a 20ª posição em extensão territorial entre os 27 estados e o Distrito Federal, e 3,6% do território nordestino ou a 6ª colocação em extensão territorial entre os 9 estados da região Nordeste. Cerca de 90% do seu território está localizado na região Semiárida nordestina ou na área denominada Polígono das Secas (IDEME, 2008 *apud* IPEA, 2013). As condições geográficas e ambientais do estado favorecem algumas culturas e atividades econômicas, ao mesmo tempo em que limitam outras, sem uma adequada intervenção tecnológica e inovativa.

A Paraíba tem uma longa história, a qual, segundo os registros do governo da Paraíba (2019), foi habitada, antes da colonização portuguesa, por várias tribos indígenas: os Potiguaras, os Cariris e Ariús. Em 1534, foi subordinada à Capitania de Itamaracá, adquirindo autonomia política em 1574, com a criação da Capitania da Paraíba, anexada a Pernambuco em 1756, e recuperando sua autonomia em 1799, existindo como unidade política separada desde então.

Inicialmente, essa capitania foi doada à Pedro Lopes de Souza, que não pôde assumir, vindo em seu lugar o administrador Francisco Braga. Este deixou a capitania em falência, dando lugar a João Gonçalves, que realizou algumas benfeitorias como a fundação da Vila da

Conceição. Após sua morte, deu-se início ao declínio da capitania, até seu desmembramento pelo rei de Portugal, formando então a Capitania Rio Paraíba. O rei também dera ordem para fundar a cidade que hoje é a Paraíba. Começaram as cinco expedições para a conquista do local.

A conquista se deu através da união do português Martim Leitão e um chefe indígena chamado Piragibe, palavra que significa Braço de Peixe. Martim Leitão deu início à edificação da então cidade de Nossa Senhora das Neves. Leitão nomeou João Tavares para ser o capitão do Forte. Paraíba foi a terceira cidade a ser fundada no Brasil e a última do século XVI. E que, posteriormente, virou uma das 27 unidades federativas do Brasil.

O Estado da Paraíba está situado a leste da Região Nordeste e tem como limites, ao norte o estado do Rio Grande do Norte, a leste o Oceano Atlântico, ao sul Pernambuco e a oeste o Ceará.



Figura 4. Mapa de localização do Estado da Paraíba
Fonte: IBGE (2015).

Apresenta relevo modesto, porém, não muito baixo com 66% do seu território entre 300 e 900 m de altitude. Os rios do Estado, na maioria, são temporários, secam nos períodos de estiagem ou diminuem o volume, principalmente no sertão, que influi na agricultura da região.

O mencionado Estado possui 223 municípios e uma área de 56.468,435 km². E é válido esclarecer que consoante com o IPEA (2013), o processo histórico paraibano envolveu a consolidação de alguns núcleos urbanos principais, como referido inicialmente, no litoral e na Zona da Mata: João Pessoa, capital do estado e capital regional nível A (IBGE, 2010^a, apud IPEA, 2013); Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, compreendidas na mesorregião da Zona da Mata;

no Agreste ou mesorregião do Agreste, Campina Grande, capital regional nível B (IBGE, 2010^a, apud IPEA, 2013); e no Sertão ou mesorregião do Sertão: Patos, Sousa e Cajazeiras, centros sub-regionais (IBGE, 2010^a, apud IPEA, 2013).

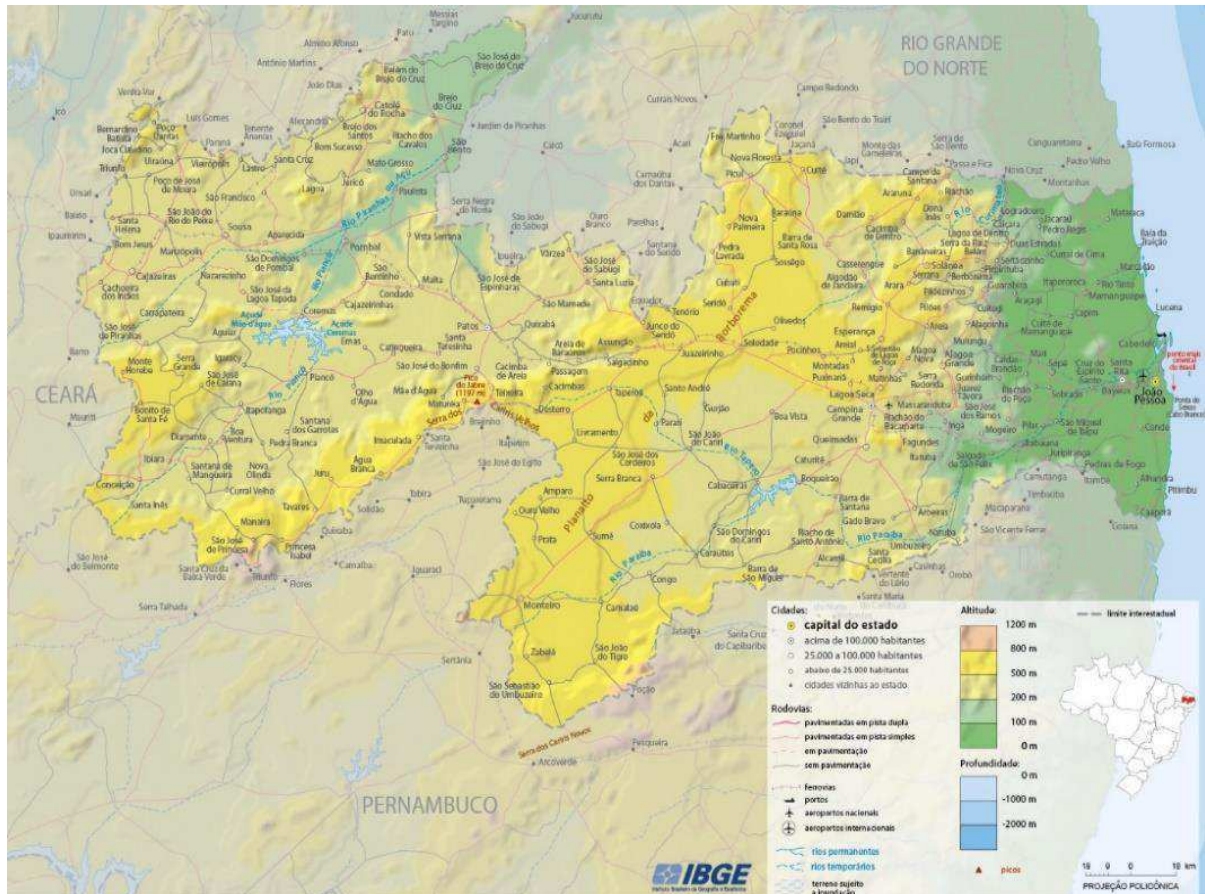


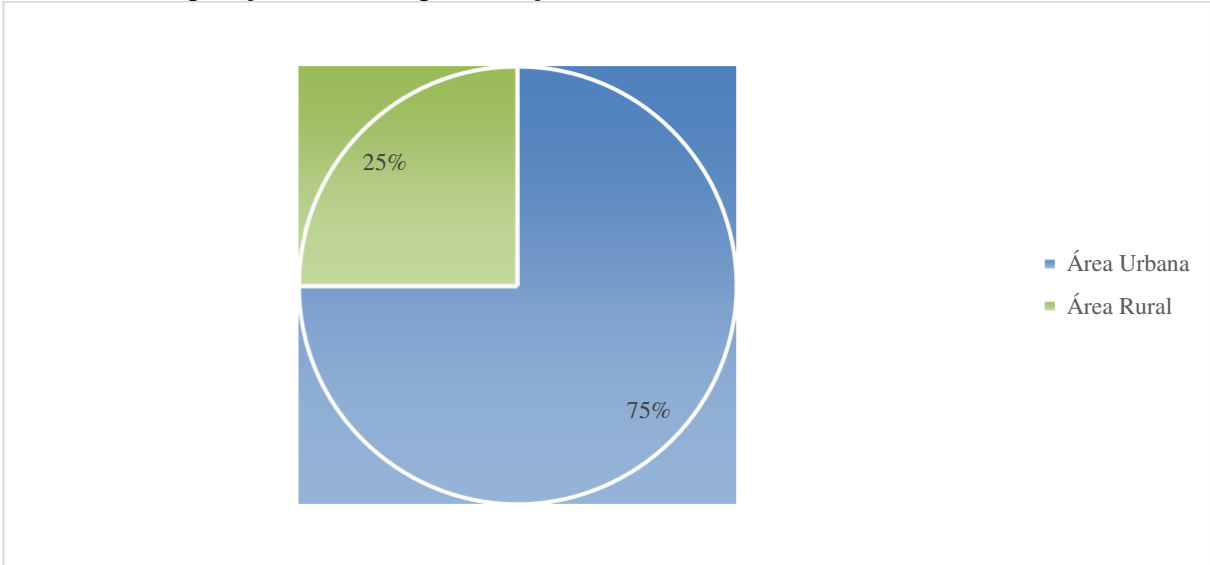
Figura 5. Mapa Físico do Estado da Paraíba
Fonte: IBGE (2015).

Segundo a estimativa de 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2019), o Estado da Paraíba possui uma população de 3.776.528, segundo o último censo que foi realizado em 2010 pelo IBGE. Porém, este mesmo órgão apresentou uma população estimada em 2018 de 3.996.496 habitantes, distribuída em uma área de 56.469 km², totalizando uma densidade demográfica de 69,84 habitantes/km².

Dados do último censo do IBGE (2010) apontam que o Estado da Paraíba apresenta uma maior concentração populacional na área urbana de 2.838.676 habitantes, o que equivale a 75% da população total.

A área rural, em contrapartida, é menos populosa que a área urbana, pois, segundo o censo mencionada, o mencionado estado tem uma população rural de 927.850, equivalendo a 25%. O Gráfico abaixo evidencia com mais clareza distribuição mencionada.

Gráfico 5: População residente por situação domiciliar, Urbana x Rural no Estado da Paraíba

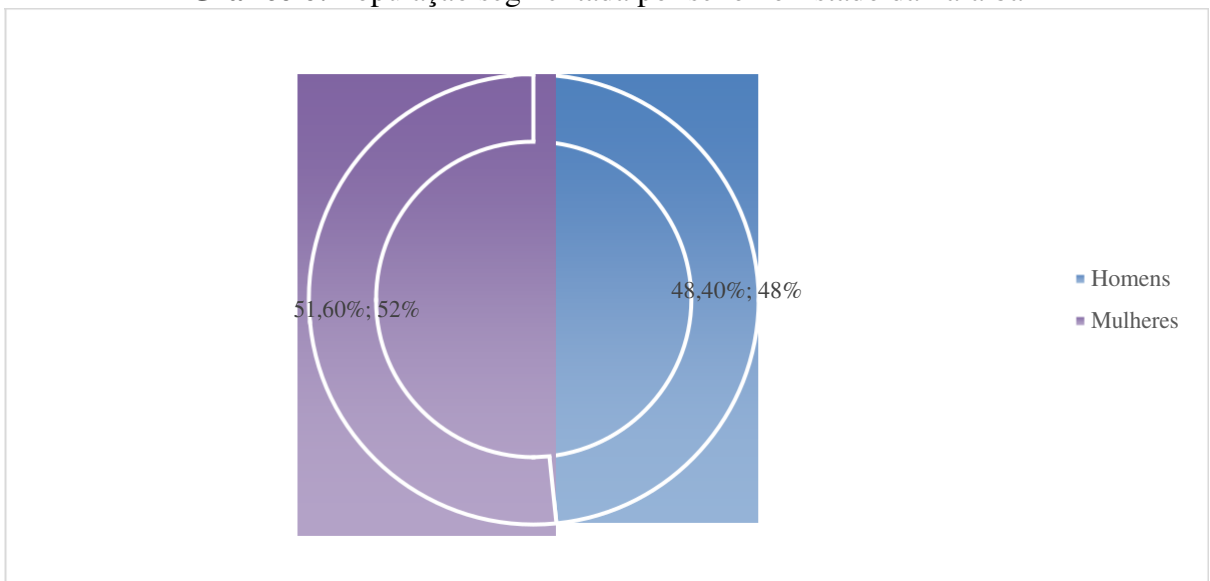


Fonte: Inspirado nos dados do Panorama IBGE, 2019.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da população rural, em 2010, é de 0,541, o que situa essa parcela da população da Paraíba na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). Já O IDHM da população urbana é de 0,690, que a situa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Em números absolutos, a diferença entre ambos compreende 0,149 (ATLAS BRASIL, 2013).

Com relação ao sexo, dados do panorama do IBGE (2019), os quais resgatam informações do último censo de 2010, apontam que 48,4% (1.824.379) da população paraibana é composta de homens e 51,6% (1.942.149) por mulheres, cujos dados estão no gráfico 6 a.

Gráfico 6: População segmentada por sexo no Estado da Paraíba



Fonte: Inspirado nos dados do Panorama IBGE, 2019.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da população feminina, em 2010, foi de 0,674, o que situa essa parcela da população de Paraíba na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). O IDHM da população masculina é de 0,628, que a situa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Em números absolutos, a diferença entre ambos é de 0,046. (ATLAS BRASIL, 2013).

Os dados do Censo/IBGE (2010), possibilitam identificar a distribuição da população considerando cor, etnia e grupos sociais no Estado. Com relação à cor/raça a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2007a) demonstra que na Paraíba 58,9% dos seus habitantes são pardos; 37,5% brancos; 3,4% pretos e 0,2% amarelos ou indígenas. Não evidenciando a população negra.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, traz as seguintes informações: população negra, em 2010, é de 0,629, o que situa essa parcela da população de Paraíba na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). O IDHM da população branca é de 0,701, que a situa na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Em números absolutos, a diferença entre ambos é de 0,072. (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo dados do Atlas Brasil (2013) a renda per capita média dos Paraibanos e Paraibanas cresceu 141,59% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 196,59, em 1991, para R\$ 299,09, em 2000, e para R\$ 474,94, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,75%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,77%, entre 1991 e 2000, e 4,73%, entre 2000 e 2010.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 68,29%, em 1991, para 49,61%, em 2000, e para 28,93%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini²⁵, que passou de 0,64, em 1991, para 0,63, em 2000, e para 0,61, em 2010.

Conforme o IPEA (2012) a dinâmica setorial produtiva do Estado da Paraíba tem permanecido estável, favorecendo a prevalência dos serviços e da indústria, com a participação

25 É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. (ATLAS BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento humano no Brasil**, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/paraiba. Acesso em: 18 ago. 2019.

do emprego, reafirmando a queda da parcela na agricultura, a despeito de ainda o setor agrícola representar um quarto do emprego estadual.

Como a atividade apícola tem o enfoque deste trabalho e, também, por ser ela, uma das atividades consideradas agrícolas, é necessário considerar que, de acordo com o SENARPB (2015), a apicultura tem se tornado cada vez mais atrativa no estado devido a sua menor vulnerabilidade à seca, quando comparada ao cultivo agrícola. A vegetação do semiárido paraibano, pode não parecer muito viável a este cultivo, mas proporciona uma floração rica para a polinização das abelhas.

Diante do cenário exposto sobre a apicultura no estado da Paraíba, têm-se que este apresenta uma gama de possibilidades apícolas, tendo em vista a grande diversidade de espécies vegetais nativas presentes. Comercialmente, os produtos das abelhas têm ganhado cada vez mais espaço nas indústrias: alimentícia, cosmética, farmacêutica, e outras, onde há procura de produtos de origem natural (EVANGELISTA RODRIGUES et al., 2005). Assim é necessário que seja resgatado a história da mencionada atividade no Estado estudado para que a caracterização do lócus da pesquisa seja íntegra ao objetivo pretendido.

3.1.2 Caracterização e histórico do desenvolvimento da atividade apícola na Paraíba e surgimento da FEPAM

Borges (2015) assevera que a história do associativismo apícola no Estado da Paraíba foi descrita num artigo do Informativo Técnico do semiárido publicado por Sousa et. al. (2012, apud BORGES, 2015), no qual foi relatado que, a mencionada atividade, se iniciou em 1985 com a criação da Cooperativa dos Apicultores de Catolé do Rocha – COOPIL. Segundo mencionada pesquisadora, esta foi a primeira cooperativa de apicultores criada no Estado da Paraíba, cuja a sua constituição se fundamentou pela necessidade de organização de apicultores da região, considerando que a produção de mel se dava de forma extrativista individual e com mecanismo de extração rudimentar.

De acordo com Borges (2015) consta em registros pesquisados que a primeira reunião para discussão da fundação da Cooperativa, se deu no dia 06 de novembro de 1985, no núcleo regional da EMATER em Catolé do Rocha, com a presença do coordenador regional, o engenheiro agrônomo, o Sr. Severino César Gomes. De início, a Cooperativa recebeu a denominação de COOAPIL Ltda. Nesta reunião, além do coordenador regional, registrou-se a presença do engenheiro agrônomo Sr. Francisco Veras Diniz, funcionário da EMATER, os apicultores: Elídio Francisco Dias, José de Sá Cavalcante, Silvério de Oliveira Neto, Abis Sólton

de Sá Cavalcante, Otávio Galdino de Lima, Gabriel Soares da Silva, João Evangelista de Sousa, Sebastião Ângelo de Maria e Iracino Lins de Oliveira.

Seguindo esse panorama, o qual traça a organização da atividade apícola no Estado da Paraíba, Borges (2015) resgata que na cidade de Catolé do Rocha, em 07 de dezembro de 2001, com a presença do professor Silvio Lenger da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sendo na época presidente da Confederação Brasileira de Apicultura - CBA, assim como a de vários apicultores, a exemplo Sr. Elídio Francisco Dias, foi criada a Federação das Entidades Apícolas da Paraíba - FEAP, tendo como presidente José Filho, vice-presidente Joaquim Efigênio, Secretário Caetano José de Lima - retirado da ata de fundação (COAPIL, 2001 *apud* BORGES, 2015).

Através dessa preambulação pela história, chega-se ao ano de 2006, o qual, conforme Sousa et al. (2012 *apud* BORGES 2015), em uma reunião, na cidade de Campina Grande, foi criada a Federação Paraibana dos Apicultores e Meliponicultores – FEPAM, a qual foi registrada em agosto de 2007. Sendo uma entidade civil sem fins lucrativos, com o propósito de promover e representar o associativismo apícola e/ou melípona paraibano, apresentando as seguintes finalidades:

- ✓ Facilitar o intercâmbio entre associações e a Confederação Brasileira de Apicultura (CBA);
- ✓ Cadastrar e congregar as associações apícolas e melíponas, estimulando-as ao aprimoramento do espírito associativista;
- ✓ Divulgar a Apicultura e Meliponicultura Racional, estimulando o melhoramento técnico dos seus associados no manejo das abelhas;
- ✓ Procurar dinamizar o intercâmbio de sementes entre as demais, incentivando o cultivo de pasto apícola e melípona;
- ✓ Divulgar as filiadas às orientações da CBA, e os resultados de eventos apícolas e melíponas dos quais participe; manter, dentro das disponibilidades, fontes para informações e consultas de interesse apícola e/ou melípona;
- ✓ Promover a educação ambiental e cooperar com as medidas conservacionistas (SOUSA et al., 2012 *apud* BORGES, 2015).

Na retaguarda da fundação e a institucionalização da FEPAM, Sousa et al. (2012 *apud* BORGES, 2015) expõe que o setor apícola no Estado passa por um importante momento de crescimento, união e integração, com a adesão, ainda em 2006, de 19 (dezenove) Associações e 02 (duas) Cooperativas, chegando a, no ano de 2013, para 42 (quarenta e duas) associações e 04 (quatro) cooperativas. A expansão se evidencia, também, pela parceria com as outras

instituições, como: associações, cooperativas, órgãos do Governo do Estado e de setores privados, possibilitando a realização de três Encontro Paraibanos de Apicultores e Meliponicultores – EPAM, tendo sido realizado um, em 2007 na cidade de Campina Grande; outro, no ano de 2009 em João Pessoa e, em 2012 na cidade de Sousa. As pesquisas revelam ainda que foi realizado o III Congresso de Nordeste de Apicultura e Meliponicultura – CONAMEL em 2013, em parceria com a União Nordestina de Apicultura e Meliponicultura – UNAMEL.

Silva et al. (2008 *apud* BORGES, 2015), em sua pesquisa, levantaram que: há cerca de 600 apicultores distribuídos em todas as regiões geográficas, que ambos estão recebendo incentivos por ações governamentais, seja incentivo fiscal ou edificações de entreposto de mel e outros produtos apícolas. E expõe que a organização do Fórum Paraibano de Apicultura – FPA, permite a reunião mensal de representantes do governo, instituições de pesquisa e produtores para a discussão e busca de soluções para o fortalecimento da apicultura como atividade primária dos produtores rurais.

Segundo informações do Cooperar (2013 *apud* BORGES, 2015), o governo do Estado através do projeto Cooperar²⁶ e com recursos do Banco Mundial e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, construiu no ano de 2013, 23 unidades de extração de mel, um posto de coleta, três entrepostos e um mini entreposto para estruturar e desenvolver a cadeia produtiva do mel, beneficiando as associações e cooperativas do Estado.

A cadeia produtiva do mel gera inúmeros postos de trabalho, renda e lucro aos produtores, proporciona o desenvolvimento do homem no campo e contribui para o equilíbrio do ecossistema e manutenção da diversidade.

Borges (2015) ressalta que os benefícios diretos chegam para cerca de 2.350 pessoas das 582 famílias de apicultores que integram os subprojetos por meio de associações e cooperativas. A estimativa é de que a produção de mel na Paraíba seja acrescida de mais 100 toneladas quando tudo estiver funcionando e com boa florada nas diversas regiões, em função das questões climáticas, em especial a seca, que infelizmente não podemos prever no momento (SIG-GOV-PB, 2013 *apud* BORGES, 2015).

Borges (2015) descreve, ainda, que no Estado da Paraíba, cerca de 600 apicultores estão distribuídos em todas as regiões geográficas, estão recebendo incentivos por ações

²⁶Responsável direto pela execução de políticas e projetos de desenvolvimento rural sustentável, focados na redução dos níveis de pobreza rural atuando em toda Paraíba, objetivando melhorar o acesso a água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso aos mercados da população pobre da Paraíba (PARAIBA, Projeto Cooperar). Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/especiais/projeto-cooperar>. Acesso em: 19 ago. 2019.

governamentais, seja incentivo fiscal ou edificações de entreposto de mel e outros produtos apícolas.

Os impactos das políticas públicas, mencionadas, fortalecem as experiências de Convivência com o Semiárido e, poderiam ser usadas para dar existência política a mulher, evidenciando suas lutas para construir a sua própria história, no bojo da apicultura paraibana, mote central do presente estudo.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa teve como público alvo, a investigação da presença de mulheres apicultoras na Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM, a partir do levantamento de dados documentais sobre a Composição das Diretorias, através de Atas de Assembleias Gerais de Constituição, Eleição e Posse das diretorias de quinze (15) associações, representando um percentual de 79% das dezenove (19) que a integram inicialmente. Visando elucidar possíveis dúvidas, resgato que os dados aqui apresentados, foram levantados a partir de documentos disponibilizados pelo hoje Ex-presidente da FEPAM, Caetano José de Lima, que presidiu a entidade focal entre os anos de fundação - 2006 a 2013, período que, segundo dado já mencionado por Borges (2015), compreendeu com a adesão, ainda em 2006, de 19 (dezenove) Associações e 02 (duas) Cooperativas, chegando a, no ano de 2013, para 42 (quarenta e duas) associações e 04 (quatro) cooperativas.

Ressalto que não tive acesso à documentação referente as Cooperativas e que foram estudados documentos das seguintes Associações:

- Associação dos Criadores de Abelha de Poço José de Moura – ACAPOM;
 - Associação dos Apicultores do Sertão Paraibano – ASPA;
 - Associação Rural Apícola de Jatobá - ARAJ;
 - Associação dos Meliponicultores do Município de Matinhas – AMEM;
 - Associação de Apicultores e Meliponicultores do Curimatau Ocidental Paraibano – AARCOP;
 - Associação Meliponicultores de Alagoa Nova e Adjacências – AMAANA;
 - Associação dos Apicultores do Brejo e Curimatau Paraibano;
 - Associação dos Produtores de Mel e Apicultores do Município de Nazarezinho
- PB;
- Associação Mel Toda Flor;

- Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Cariri Oriental Paraibano – AAMCORP;
- Associação dos Apicultores do Alto Piranhas – AAPIS;
- Associação Pratense de Apicultura – APA;
- Associação Triunfense dos Apicultores Criadores de Abelhas Melíferas Europeias – ATACAMEL;
- Associação dos Apicultores Orgânicos de São Bentinho – EMANAMEL;
- Associação dos Apicultores do Vale do Rio do Peixe – PB – APIVALE;

Para desenvolver o presente estudo, foram aplicados métodos de coletas de dados que visaram elucidar aspectos relacionados a pesquisa em curso, como as coletas: bibliográfica e a documental. Sendo a primeira, indispensável a qualquer pesquisa científica, pois fornece os conhecimentos teórico-empíricos, os quais nortearam o trabalho desenvolvido, a qual ocorreu por meio de fontes distintas, tais como as publicações periódicas, revistas, livros, leis, documentos eletrônicos e impressos diversos. A coleta documental, por sua vez, foi realizada por meio de materiais que ainda não haviam recebido tratamento analítico, direcionados para os documentos disponibilizados pela FEPAM.

Para uma melhor aproximação e compreensão sobre o tema a ser pesquisado, o estudo tem como base as pesquisas: Pesquisa documental -crítica ou reflexiva- em decorrência de terem sido realizados levantamentos de dados armazenados pela Federação Apícolas do Estado da Paraíba que abrangem: documentos oficiais regulamentares tais como leis, portarias e resoluções, relativas à normatização de associações e sobre a inserção da mulher nesse âmbito. Sobre esse tipo de pesquisa adotado, Figueiredo (2008 *apud* CARDOSO, 2000, p. 31) traz que “documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para a elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisados”.

Outro tipo de pesquisa adotado foi de cunho bibliográfico que, com seus fundamentos, oportunizou o mapeamento de livros, teses, dissertações, monografias e artigos relacionados à apicultura, associativismo, feminismo/gênero e divisão do trabalho as relações sociais de gênero estabelecidas na Federação apícola do Estado da Paraíba, buscando auferir como a mulher desenvolve seu papel de mulher diante dos mais variados “afazeres”, seja na vida familiar, social, na agricultura, na apicultura e nos espaços coletivos da apicultura dos estados mencionados. Como evidencia Figueiredo (2008), este tipo de pesquisa configura uma sistematização cuidadosa de informações coletadas e identificadas em veículos de comunicação

de massa como: livros, revistas, jornais, assim como em documentos acadêmicos e em meios eletrônicos (FIGUEIREDO, 2008, p. 106).

Os dados levantados, por sua vez, foram previamente analisados, agrupados, condensados e processados de acordo com suas semelhanças e depois tabulados estatisticamente. Para facilitar sua compreensão, foram utilizados os métodos de análise de “conteúdo” que segundo Bardin (2006), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter através do uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens fatores que permitam a conclusão de conhecimentos relativos à produção destas mensagens. Esse tipo de análise nos permite ultrapassar as incertezas e obter uma compreensão crítica dos dados.

Ressalta-se que, também foi adotado o método histórico-dialético o qual requereu a um trabalho prévio de investigação (“escavação” e “garimpo”), de maturação do objeto, de sua captação com detalhes, de suas formas de evolução, de suas conexões íntimas, para depois expor adequadamente, sistemático e criticamente, a sua lógica interna. Segundo Figueiredo (2008 *apud* Triviños (1987)), o método materialismo histórico-dialético tem em seu bojo preocupações com a “força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou”, ressaltando a importância das organizações sociais, dos agrupamentos humanos, dentre outros, pois suas ações podem produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais.

Foi levantada a hipótese de as associações apícolas referenciadas na Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM são meios propícios para o desenvolvimento do esforço coletivo das mulheres apicultoras por reconhecimento político e de gênero que resultam na conquista de direitos sociais e, conseqüentemente, no fortalecimento da cidadania das mulheres apicultoras, de suas famílias e demais associados. Sendo necessário responder a seguir, as indagações sobre:

- Se há e como se dá a participação de mulheres na apicultura no Estado da Paraíba?
- Elas se identificam e se reconhecem/são identificadas e reconhecidas como apicultoras?
- Como essas mulheres são recebidas e percebidas pela Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM?

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho, tem no seu âmago, o objetivo de mostrar a trajetória histórica das mulheres rurais paraibanas que desenvolvem, dentre outras atividades, a apicultura. Para garantir dados relevantes fossem moldura para esse trabalho, depara-se com a escassez de estudos acadêmicos acerca dessa temática. Hiato justificado em decorrência de que, por muito tempo, permaneceram ocultas, mesmo presentes nas lutas realizadas pelas camponesas.

Siliprandi (2009) lembra que, no período mais recente, parte dessa história é resgatada, pois, a título exemplificativo, ao se contar o despertar coletivo das mulheres da Borborema, fala-se do campesinato na Paraíba, porém não se vislumbra as especificidades das apicultoras.

Santos (2012) enaltece e destaca as trabalhadoras do campo que sempre lutaram por seus direitos, mulheres reconhecidas nacionalmente, como Elisabeth Teixeira, que assumiu a direção das Ligas Camponesas paraibanas, e Margarida Maria Alves, que deu sua vida na luta por direitos trabalhistas, educação e dignidade para as canavieiras e canavieiros do Brejo Paraibano. Ambas romperam com o destino traçado para as mulheres, e a luta representada por elas mantém-se viva no imaginário das camponesas no Brasil, especialmente na Paraíba.

Foram esmerilhadas fontes diversas de trabalhos acadêmicos, com a intenção de levantar informações sobre a inserção da mulher em trabalhos associados apícolas e, deparando-se apenas com o trabalho de dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Piauí – UFP de Maton (2015), intitulado a “Inserção da Mulher Camponesa na Atividade Apícola da Comunidade de Moreira – PI”, que constata, após, detalhada pesquisa de campo à comunidade Moreira, município de Simplício Mendes – PI, a qual conclui que:

Ocorreu mudanças na distribuição e valorização das tarefas tidas como tipicamente femininas, o papel de chefe-de-família e sua autoridade sobre o grupo familiar ainda não é frontalmente desafiado e a carga de responsabilidade com o cuidado da família ainda não apresenta equidade entre homens e mulheres. A atividade apícola leva as mulheres a participarem de reuniões, viajarem para Simplício Mendes, aprenderem técnicas administrativas do associativismo, ultrapassando barreiras, mesmo que isso vem acontecendo de uma forma branda, sem fortes impactos na relação homem-mulher, marido-esposa (MATON, 2015, s/p).

O trabalho realizado por Maton (2015) possui um enfoque particular, mas relevante para auxiliar o processo de compreensão da atividade apícola, a partir da discussão de gênero e da divisão sexual do trabalho. Além disso, traz emoldurada uma realidade concreta acerca da

existência da atividade apícola e da inserção da mulher nesse espaço, expondo as percepções das mulheres inseridas nesse contexto, e as de representantes de entidades colaboradoras. Buscando dar luminescência as mulheres apicultoras paraibanas, detalhada pesquisa, também foi engendrada, vasculhando as publicações científicas, face a escassez de publicações que tenham como enfoque a temática que ora se propôs a discutir.

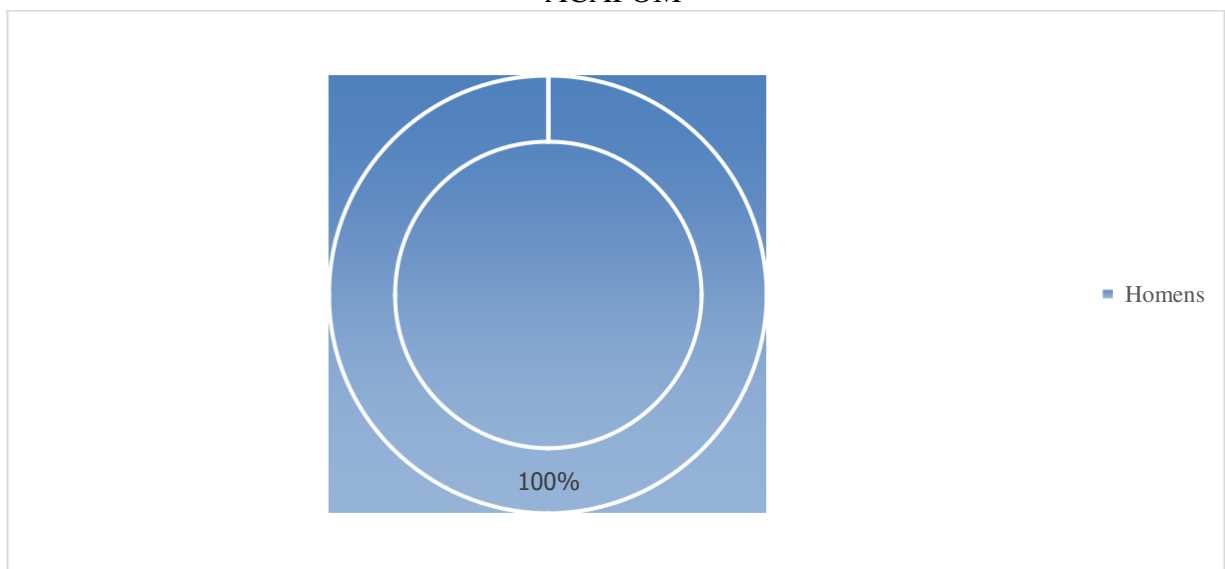
Como reflete Cruz (2013), as construções sociais que destacam mulheres e homens em seus papéis sociais, no mundo do trabalho, dão margens aos estudos contemporâneos, justificando as lacunas quanto as pesquisas sobre os temas relacionados ao gênero, como nova matriz analítica, que transitou da condição natural e biológica para a construção sociocultural.

Considerando o exposto, registra-se que, diante da pesquisa bibliográfica realizada, com direcionamento para a temática, trazendo o Estado da Paraíba como delimitação geográfica, identificou que apenas uma publicação Lima et al. (2013), dentre as diversas que tratam sobre a apicultura, contudo, de modo indireto, dados estes sobre a mulher apicultrora, retratando, em sua pesquisa, que a apicultura é uma atividade, também desenvolvida na Microrregião de Catolé do Rocha – PB, mas que é praticada exclusivamente por homens, sem a participação feminina.

Este resultado também foi comprovado por Arnaud et al. (2010 *apud* LIMA et al., 2013), quando fez um levantamento dos apicultores associados no município Catolé do Rocha – PB, e observando uma unanimidade, ou seja, 100% dos pesquisados são do sexo masculino.

Na sequência, a exposição dos resultados da presente pesquisa, com os dados coletados nos documentos das Associações que integram a FEPAM.

Gráfico 7: Dados referentes a Associação dos Criadores de Abelha de Poço José de Moura – ACAPOM

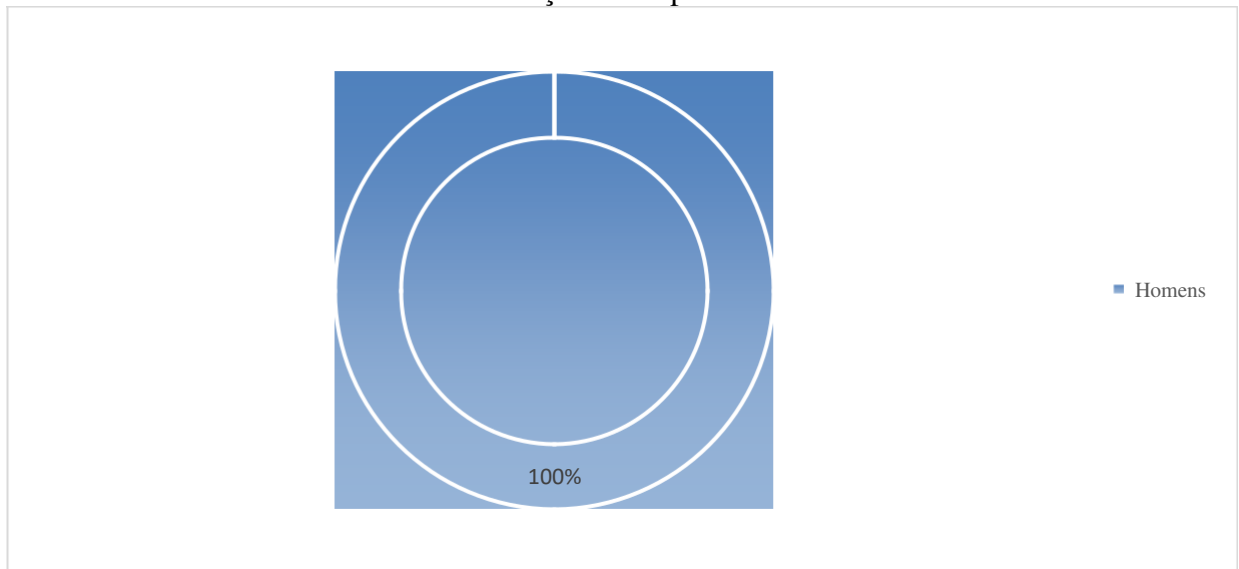


Fonte: Primária, 2019.

As associações consideradas como espaços importantes de organização, mobilização e fortalecimento, dotadas de direitos civis, políticos e sociais, sendo, assim, um lugar propício para dar visibilidade às demandas coletivas dos que as integram e minimizar os grandes desafios relativos as desigualdades, ainda presentes nos diversos espaços e contextos sociais.

A respeito da ACAPOM, associação localizada no Município de Poço José de Moura – PB, foi analisada a Ata de Fundação a qual data de 28 de agosto de 2005, na qual encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 13 (treze) integrantes, que como demonstrado no gráfico 7, são, em sua totalidade, homens, inexistindo, mulheres na composição. Também foi identificada, a inexistência da menção a intenção de incluir de mulheres nesse importante espaço de discursão, e que os documentos expressam a utilização gramatical do masculino genérico, sob o pretexto da adoção do “falso neutro”²⁷.

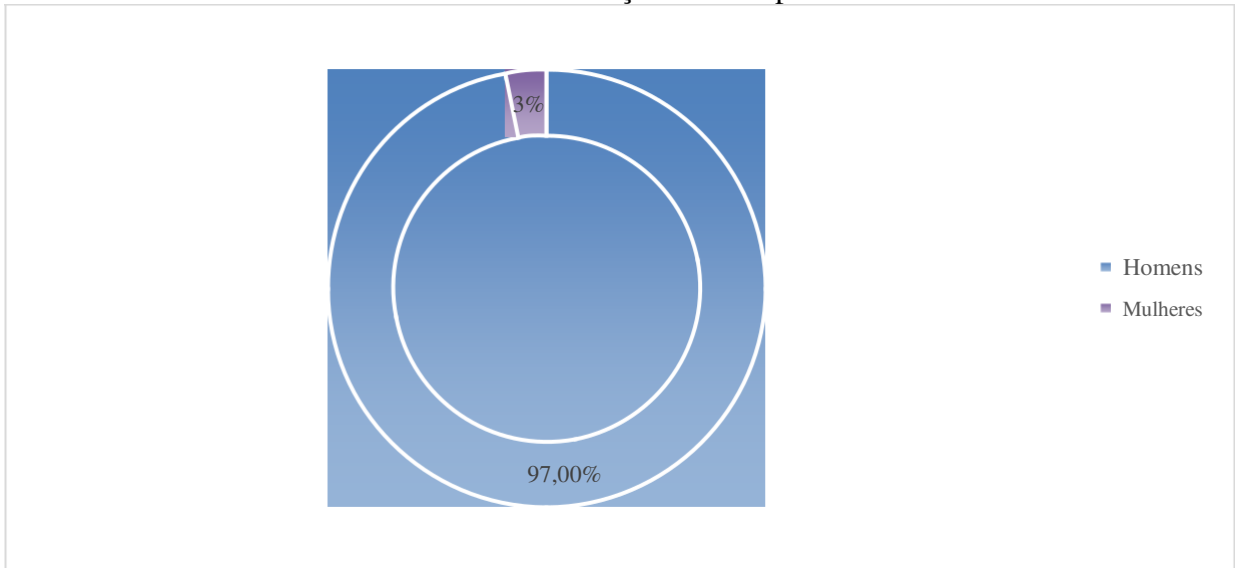
Gráfico 8: Dados referentes a Associação dos Apicultores do Sertão Paraibano – ASPA



Fonte: Primária, 2019.

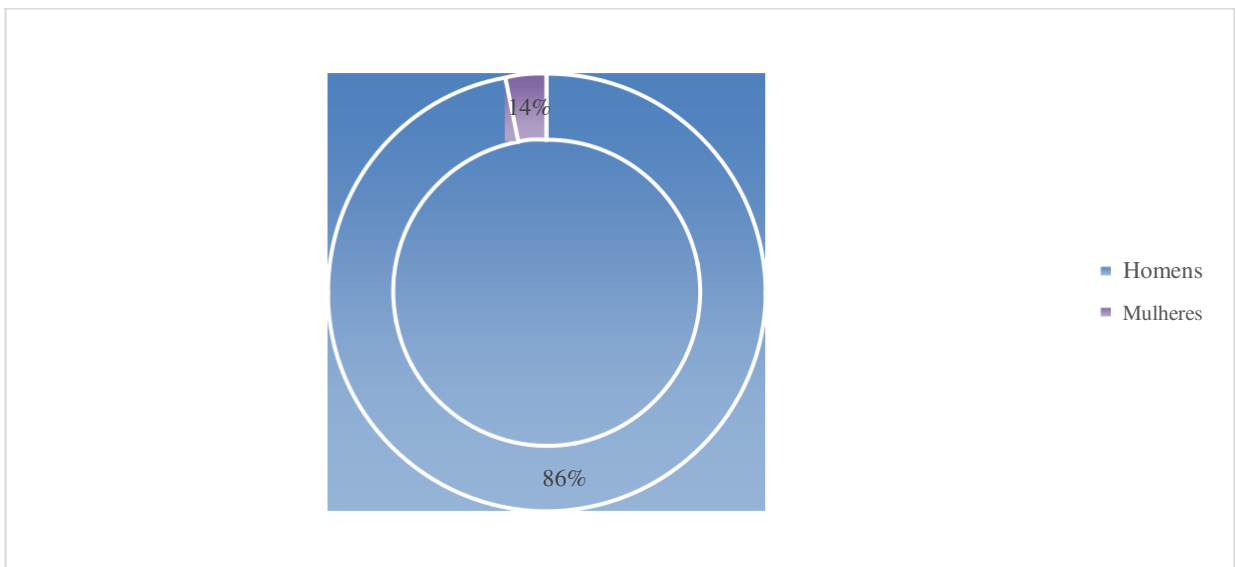
Na ASPA, foi analisada a Ata da Assembleia de Constituição, Eleição e Posse, a qual data de 23 de agosto de 200, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 11 (onze) integrantes, que como demonstrado no gráfico 8, em sua totalidade são homens, inexistindo, portanto, mulheres na composição. Identificou-se que, como na ACAPOM, não há menções a intenção de incluir mulheres nesse espaço de representação política, e que os documentos também expressam o uso gramatical do masculino genérico.

27 “O falso neutro denuncia a utilização do masculino genérico, isto é, o uso do género gramatical masculino para designar o conjunto de homens e mulheres. Um exemplo é a utilização frequente das expressões “o Homem” ou “os homens” como sinónimos da Humanidade” (BARRENO, 1985, p. 84). Disponível em: www.worldcat.org/.../falso-neutro-um-estudo...a...sexual-no-ensino/.../14378. Acesso em: 20 ago. 2019.

Gráfico 9: Dados referentes a Associação Rural Apícola de Jatobá – ARAJ

Fonte: Primária, 2019.

Com relação a ARAJ, associação sediada no município paraibano de Jacaraú, foi analisada a Ata da Assembleia Geral de Constituição desta associação, a qual data de 17 de julho de 2003, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 12 (doze) integrantes, como demonstrado no gráfico 9, são do sexo masculino, existindo um percentual mínimo de mulheres participantes das atividades que integram esse setor. Ainda foi verificado que a única mulher integrante da associação ocupava o cargo de Conselheira Fiscal, cuja natureza é fiscalizatória, mas sem muita relevância operacional e política.

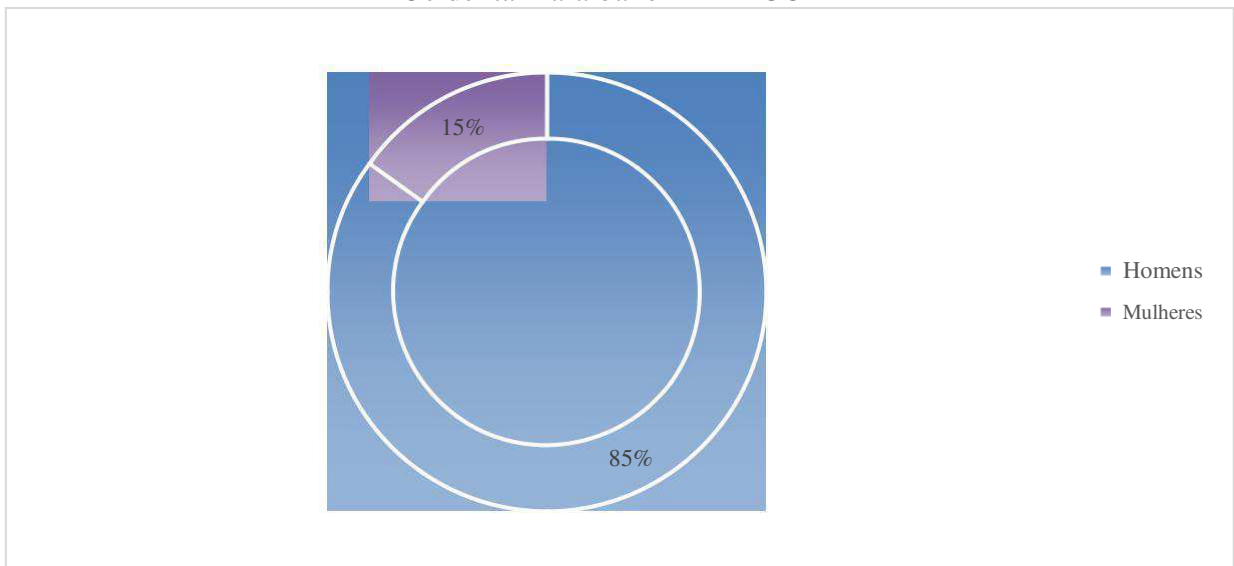
Gráfico 10: Dados referentes a Associação dos Meliponicultores do Município de Matinhas – AMEM

Fonte: Primária, 2019.

Dados conduzem a reflexão, conforme ressalta Leite (1994), de que, quando traz que as mulheres na cultura organizacional, dada a burocracia e o machismo, assumem posições sociais de menor importância, ocupando postos de trabalho em organizações, sem o acesso a posições gerenciais, e se o tivessem seriam em papéis subordinados.

Dados sobre a AMEM, associação situada no município paraibano de Matinhas, foi analisada a Ata de Fundação dos Meliponicultores, a qual data de 13 de dezembro de 2005, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 7 (sete) integrantes, como demonstrado no gráfico 10, com a maioria de homens, existindo um percentual mínimo de mulheres. Observou-se uma única integrante na associação, ocupando o cargo de Secretária, sem uma expressa relevância política, remetendo a análise exposta do gráfico anterior.

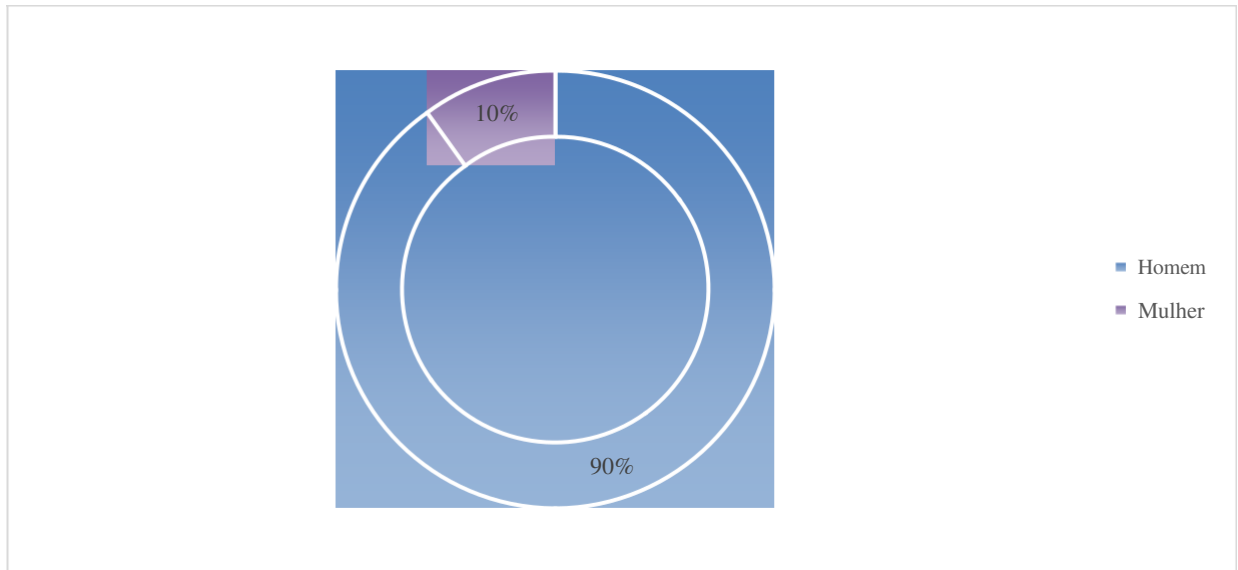
Gráfico 11: Dados referentes a Associação de Apicultores e Meliponicultores do Curimatau Ocidental Paraibano – AARCOP



Fonte: Primária, 2019.

Com relação a AARCOP, associação situada no município paraibano de Sumé, foi analisada a Ata de Reunião, a qual data de 06 de agosto de 2006 na qual não é relatada a constituição de sua diretoria, tendo sido levantado dados referentes aos presentes na reunião, que contabilizou um total de 20 (vinte) participantes, que como demonstrado no gráfico 11, possui predominância do sexo masculino, existindo um percentual mínimo de mulheres nesse âmbito. Não foi possível tecer considerações acerca dos cargos ocupados pelas mulheres. Contudo, assim como foi identificado na ACAPOM, não foi observada menções possíveis para incluir e proporcionar o empoderamento de mulheres nesse espaço de representação política, e que os documentos, também, expressam o uso gramatical prevalecente do masculino genérico.

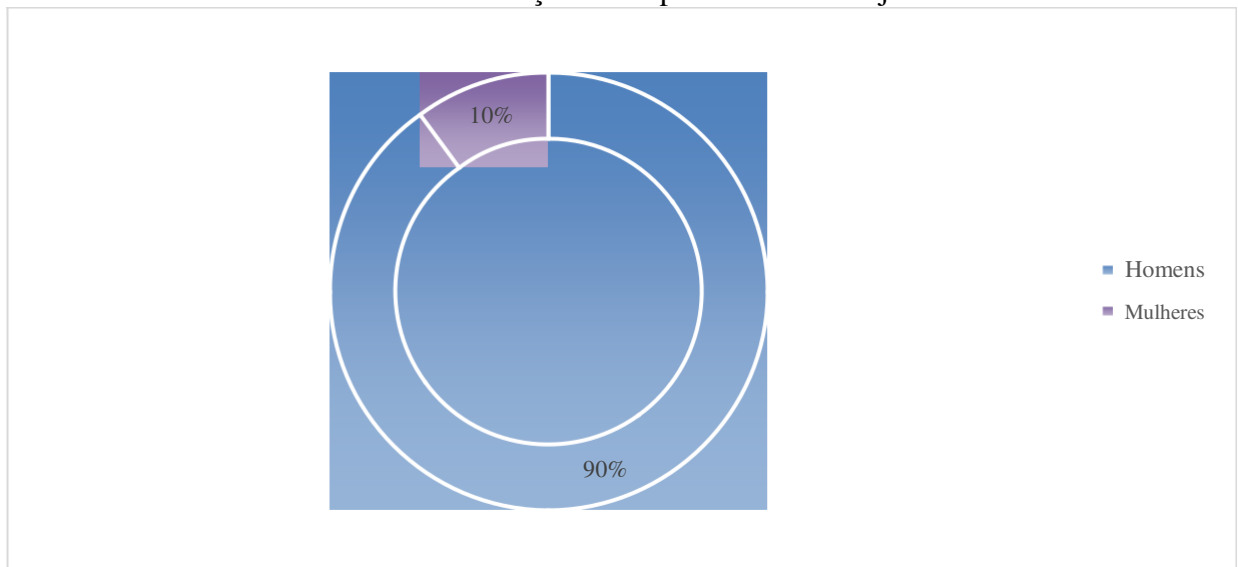
Gráfico 12: Dados referentes a Associação Meliponicultores de Alagoa Nova e Adjacências – AMAANA



Fonte: Primária, 2019.

Com alusão a AMAANA, associação situada no município paraibano de Alagoa Nova, foi analisada a Ata de Fundação da associação, a qual data de 19 de janeiro de 2006, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 9 (nove) integrantes, que como demonstrado no gráfico 12, são em sua maioria homens, existindo um percentual mínimo de mulheres. Observou-se que a única mulher integrante da associação, ocupava o cargo de Tesoureira, cuja natureza é apurar e controlar a movimentação financeira, portanto, cargo relevante na perspectiva gerencial, mas esvaziado de importância política, nos remetendo a análise já exposta nos gráficos anteriores.

Gráfico 13: Dados referentes a Associação dos Apicultores do Brejo e Curimatau Paraibano

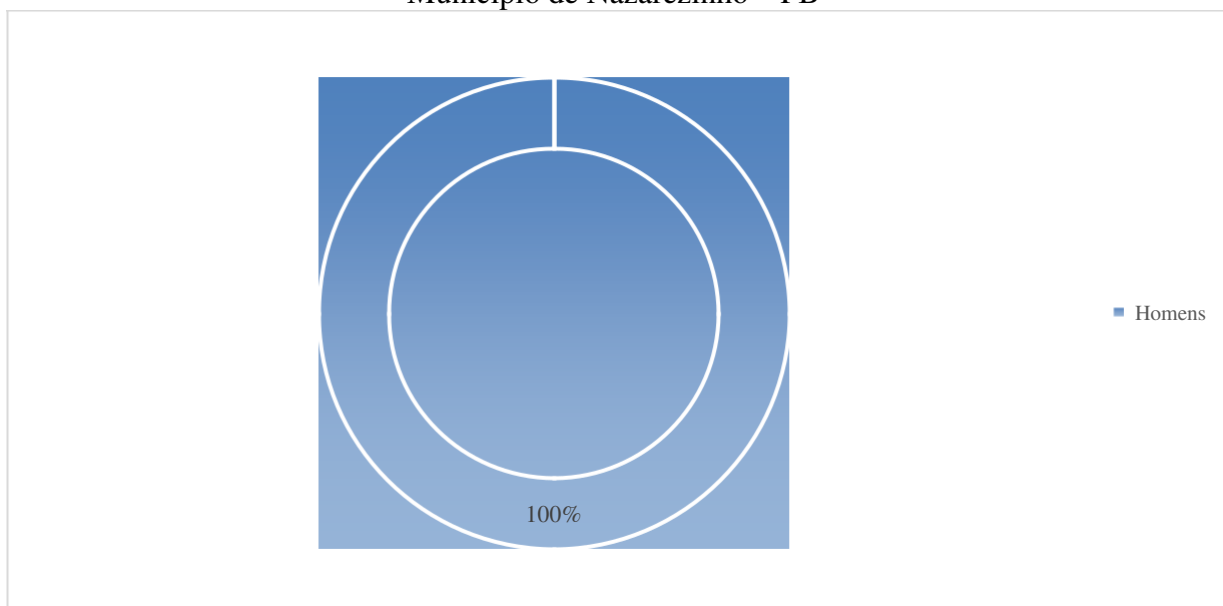


Fonte: Primária, 2019.

Com alusão a Associação dos Apicultores do Brejo e do Curimatau Paraibano, associação localizada no município paraibano de Arara, foi analisada a Ata de Fundação da associação, a qual data de 28 de janeiro de 2004, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 11 (onze) integrantes, demonstrado no gráfico 13, são em sua maioria homens, existindo um percentual mínimo de mulheres.

Na pesquisa, foi contatado que uma única mulher integrante da associação ocupava o cargo de Diretora Tesoureira, cuja natureza é apurar e controlar a movimentação financeira, cargo relevante na perspectiva gerencial, contudo esvaziado de importância política, nos remetendo a análise já exposta dos gráficos anteriores.

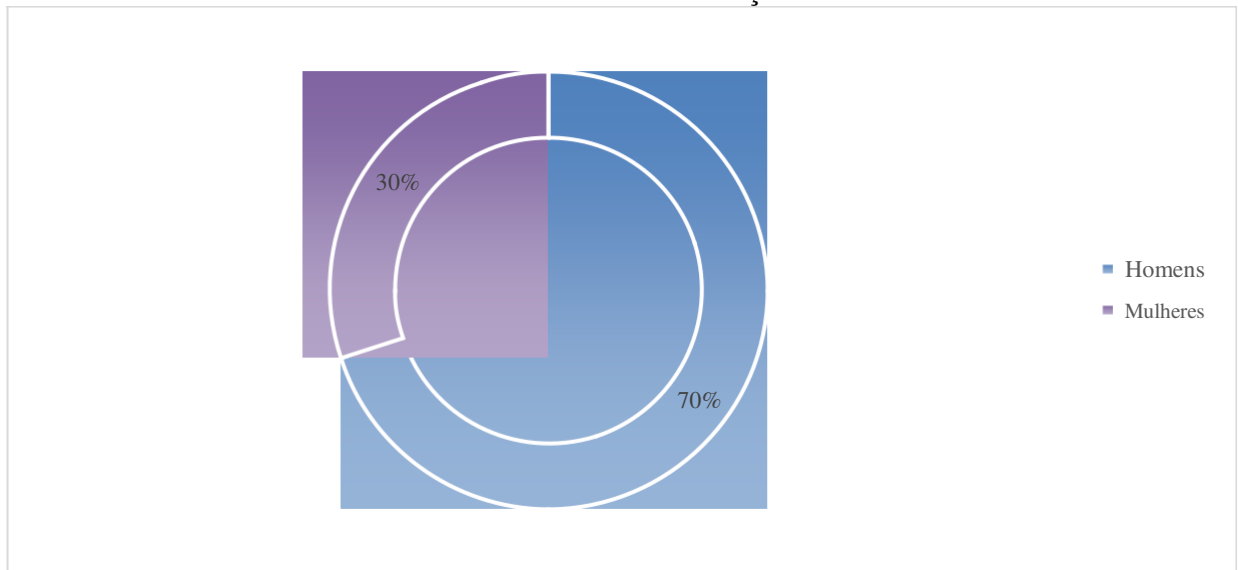
Gráfico 14: Dados referentes a Associação dos Produtores de Mel e Apicultores do Município de Nazarezinho – PB



Fonte: Primária, 2019.

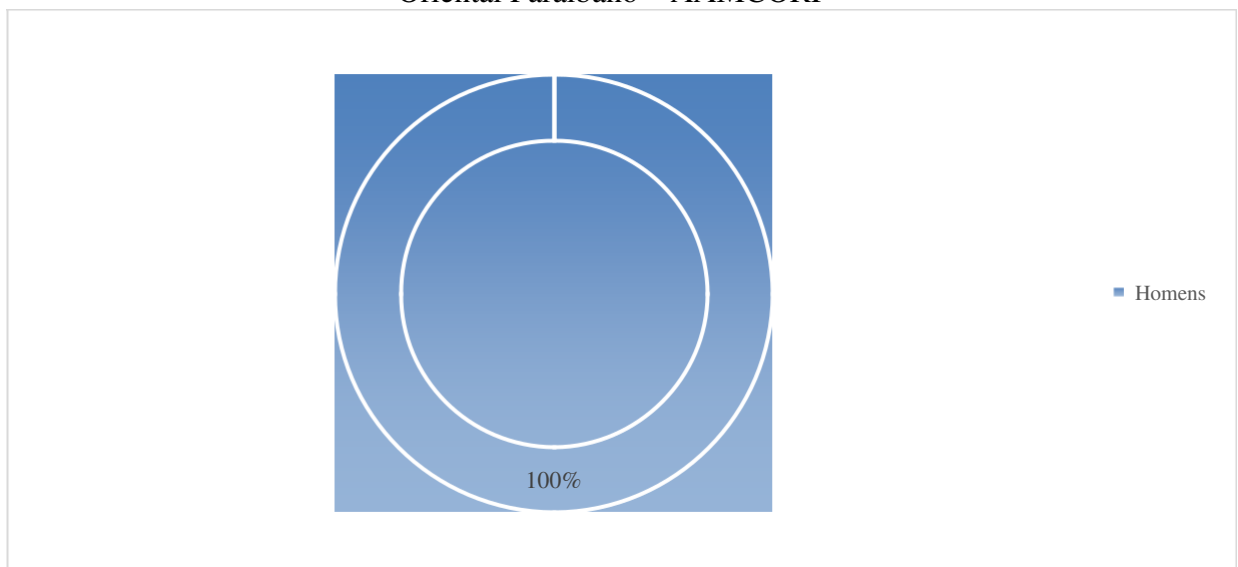
Relacionada a Associação dos Produtores de Mel e Apicultores do Município de Nazarezinho, foi analisada a Ata da Assembleia Geral de Constituição, Votação e Posse, a qual data de 12 de junho de 1999, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 13 (treze) integrantes, como demonstrado no gráfico 14, são em sua totalidade homens, inexistindo, portanto, mulheres na composição.

Ressalta-se que foi identificada a colaboração de uma única mulher para ocupar o cargo de Secretária da assembleia mencionada, no entanto, ela não foi incluída na diretoria da entidade.

Gráfico 15: Dados referentes a Associação Mel Toda Flor

Fonte: Primária, 2019.

Relacionada a Associação Mel de Toda Flor, foi disponibilizada apenas uma lista dos associados, em papel timbrado da mencionada entidade e não datado. Através dessa lista foi possível apurar que 20 (vinte) pessoas integram a associação, destas 70% são homens e 30% são mulheres, conforme o gráfico 15. Não foi possível analisar a divisão dos associados entre os cargos de diretoria, pois não foi encontrado registro a respeito, nem a data de fundação.

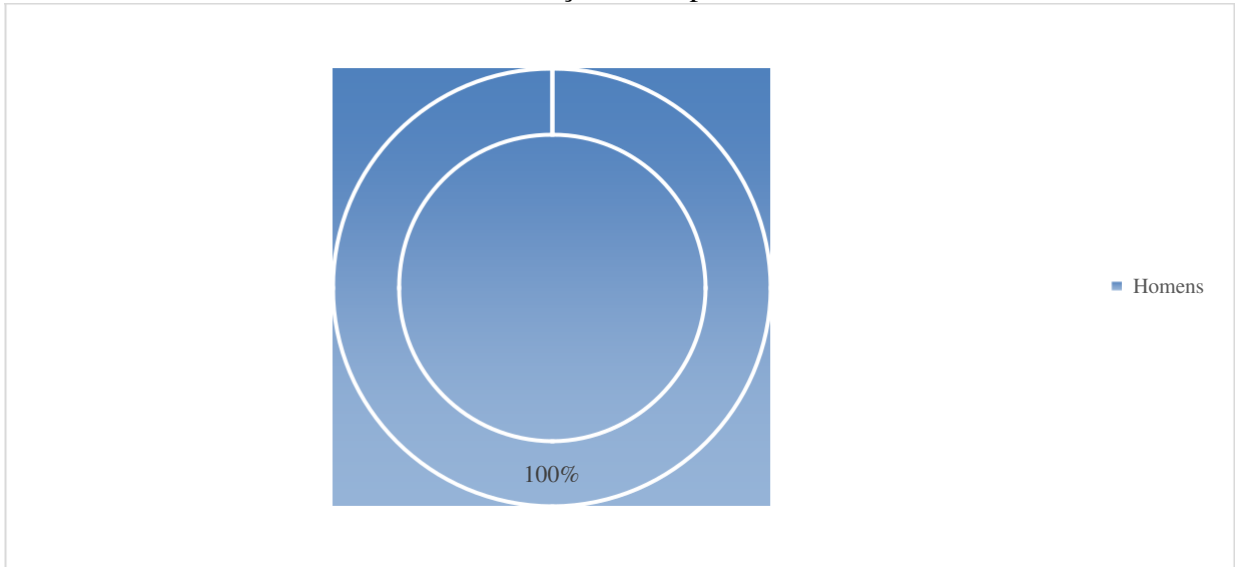
Gráfico 16: Dados referentes a Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Cariri Oriental Paraibano – AAMCORP

Fonte: Primária, 2019.

A respeito da AAMCORP, a qual é sediada no município paraibano de Caturité, foi analisada a Ata da Assembleia Geral da Assembleia de Fundação, a qual data de 18 de setembro

de 2005, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 9 (nove) integrantes, como demonstrado no gráfico 16, que são em sua totalidade homens.

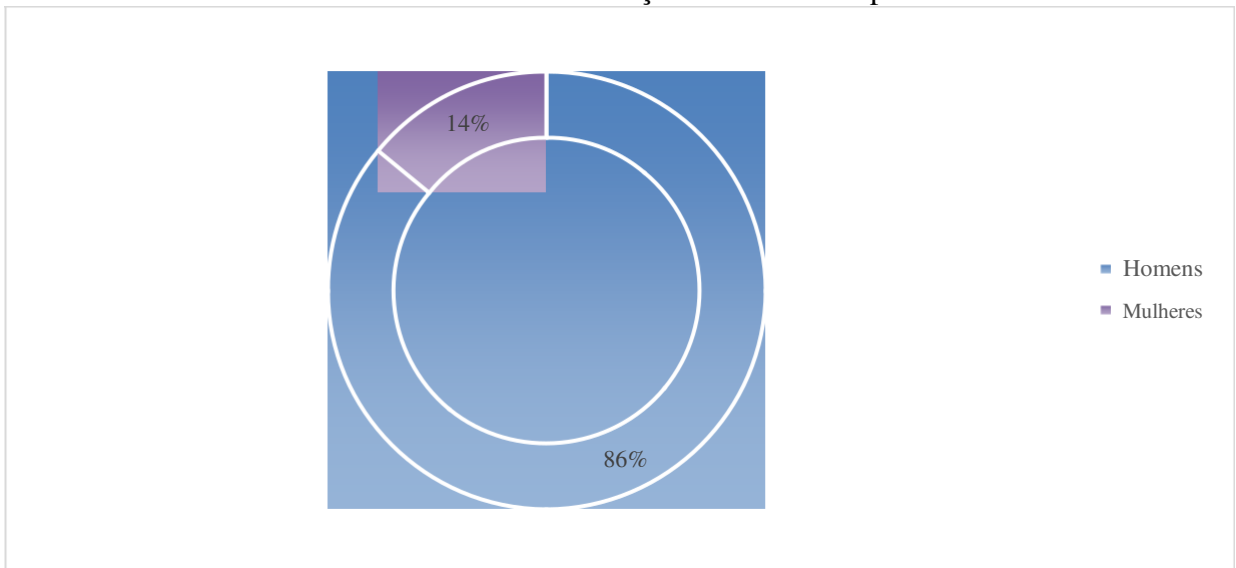
Gráfico 17: Dados referentes a Associação dos Apicultores do Alto Piranhas – AAPIS



Fonte: Primária, 2019.

Referente AAPIS, sediada no município de Cajazeiras, foi disponibilizada uma lista dos associados, em papel timbrado da entidade e não datado. Através dessa lista foi possível apurar que 17 (dezesete) pessoas integram a associação e que são, em sua totalidade, homens, conforme o gráfico 17. Não foi analisada a divisão dos associados entre os cargos de diretoria, pois não foi encontrado registro a respeito, como também, sobre datas de fundação.

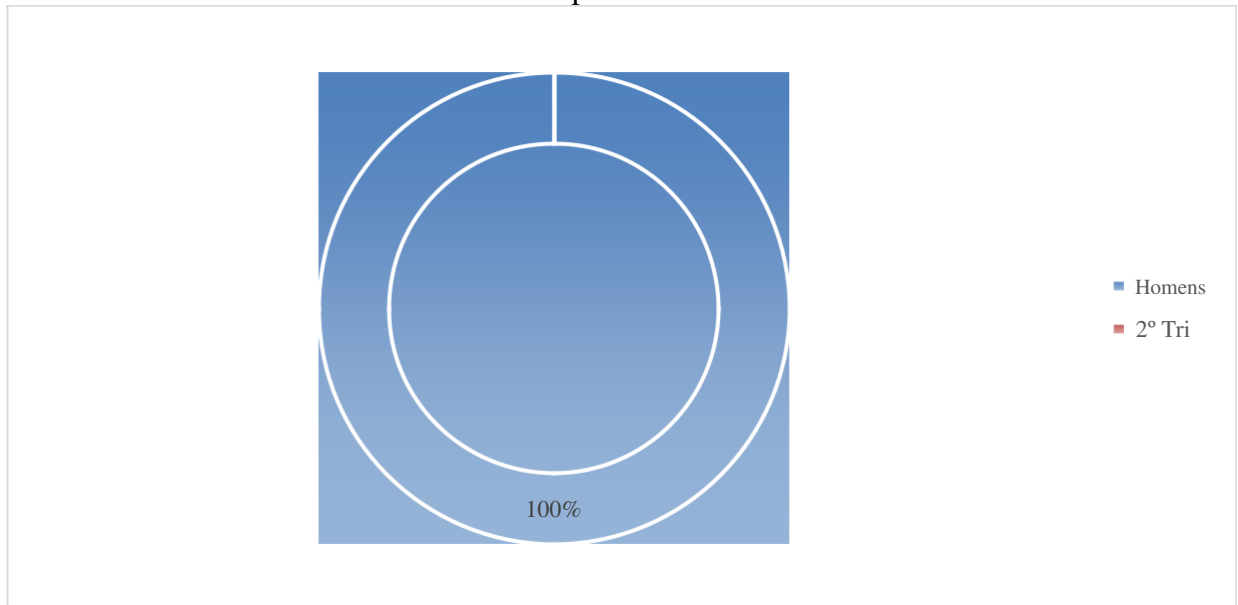
Gráfico 18: Dados referente a Associação Pratense de Apicultura – APA



Fonte: Primária, 2019.

Com alusão a APA, associação localizada no município paraibano de Prata, foi analisada a Ata da Assembleia de Criação e Instalação da associação, a qual data de 12 de agosto de 2002, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 7 (sete) integrantes, que como demonstrado no gráfico 18, são em sua maioria homens, existindo um percentual mínimo de mulheres. Observou-se que a única mulher integrante da associação, ocupava o cargo de Vice-Presidente, cuja natureza é auxiliar substituir o Presidente, portanto, cargo relevante na perspectiva gerencial, mas esvaziado de importância política, pois são tidas como figuras decorativas.

Gráfico 19: Dados referentes a Associação Triunfense dos Apicultores Criadores de Abelhas Melíferas Europeias – ATACAMEL

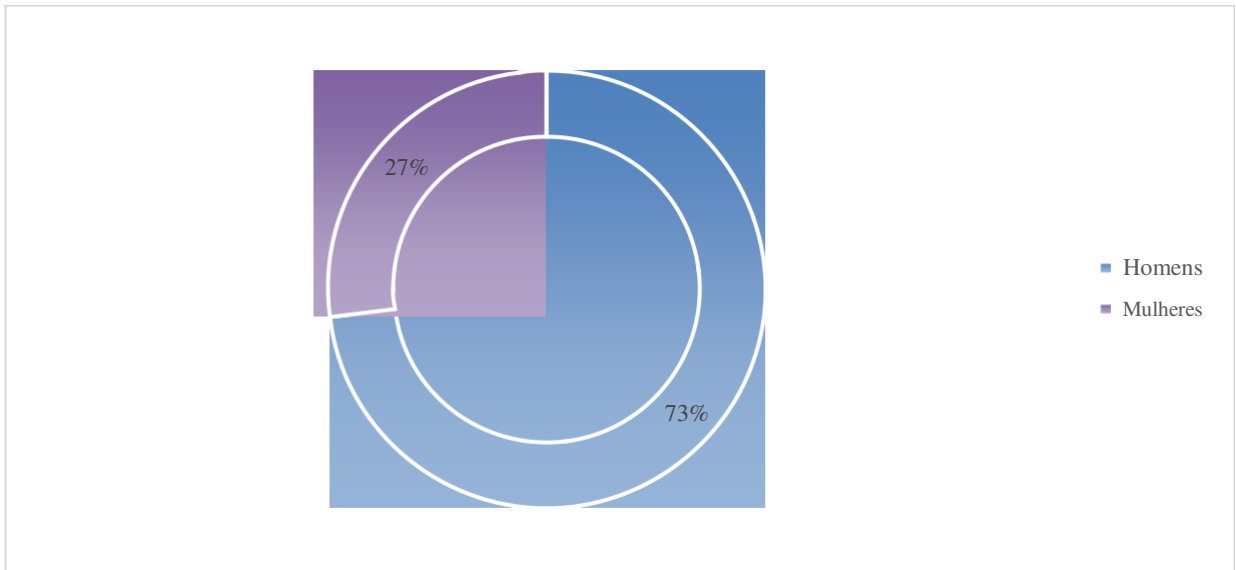


Fonte: Primária, 2019.

Atinente a ATACAMEL, a qual é sediada no município paraibano de Triunfo, foi analisada a Ata da Assembleia Geral da Instituição e de Fundação, a qual data de 27 de abril de 2005, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por três (3) integrantes, que como demonstrado no gráfico 19, são em sua totalidade homens, inexistindo, portanto, mulheres na composição.

Destaca-se que foi identificado a colaboração de uma mulher para ser a Secretária da assembleia mencionada, porém ela não foi incluída na diretoria da entidade.

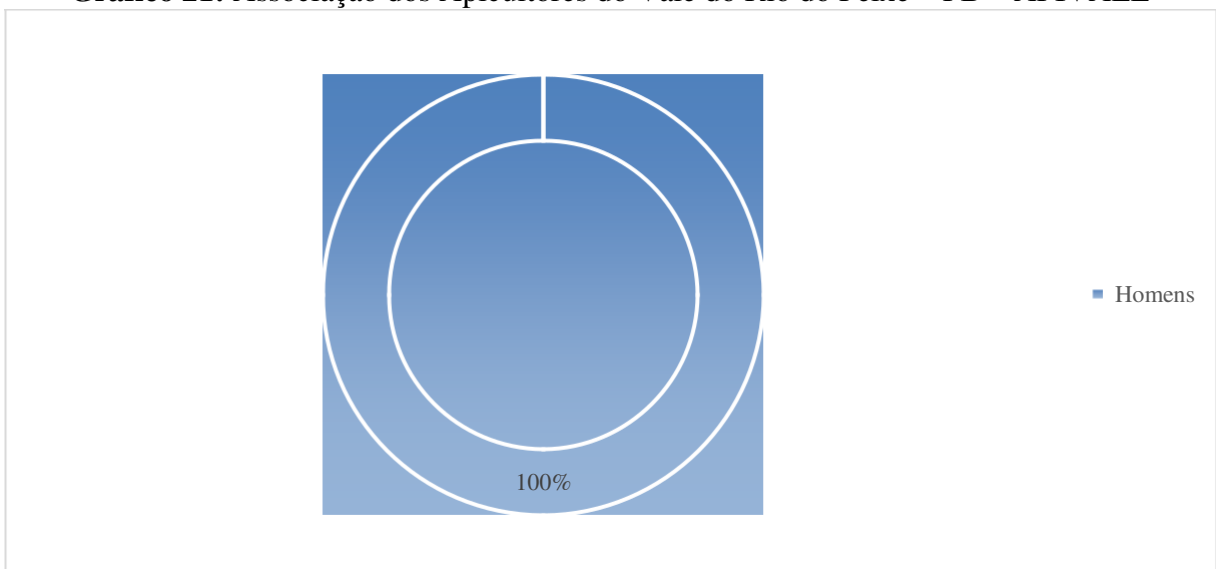
Gráfico 20: Dados referentes a Associação dos Apicultores Orgânicos de São Bentinho – EMANAMEL



Fonte: Primária, 2019.

Relacionado a EMANAMEL, associação localizada no município paraibano de São Bentinho, foi analisada a Ata de Fundação da associação, a qual data de 12 de setembro de 2013, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por onze (11) integrantes, que como demonstrado no gráfico 20, são em sua maioria homens, existindo um percentual mínimo de mulheres. Observou-se que as mulheres integrante da associação, ocupavam: uma o cargo de Tesoureira e as outras duas de Fiscal Efetivo, cargos relevantes na perspectiva gerencial, mas esvaziados de importância política, nos remetendo a análise já exposta de gráficos anteriores.

Gráfico 21: Associação dos Apicultores do Vale do Rio do Peixe – PB – APIVALE

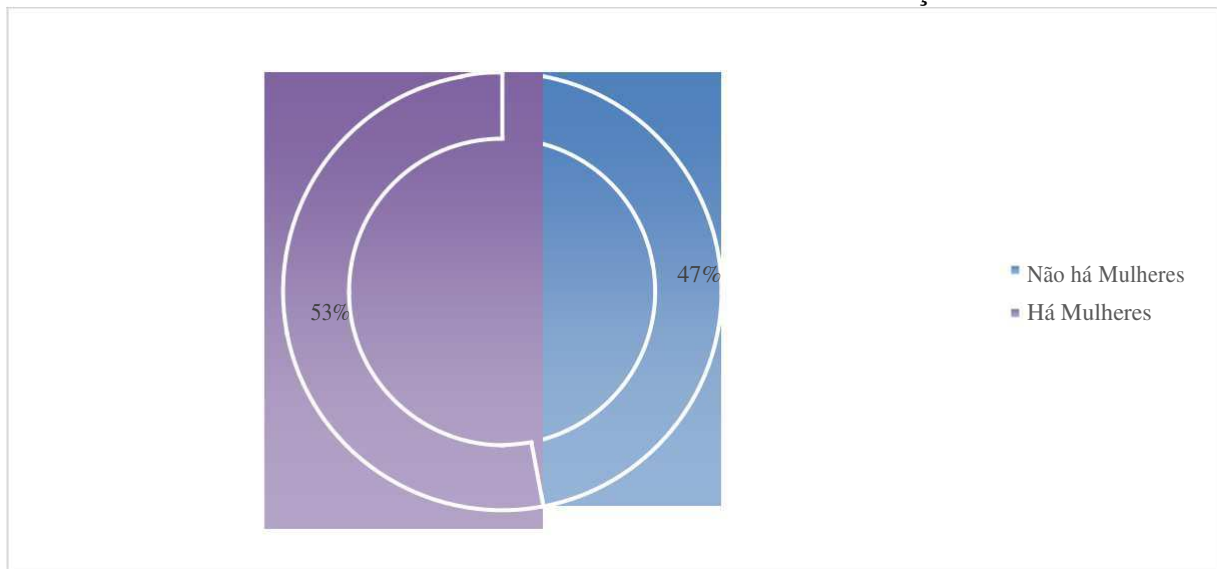


Fonte: Primária, 2019.

Referente a APIVALE, a qual é sediada no município paraibano de São João do Rio do Peixe, foi analisada a Ata de Reunião de Fundação, a qual data de 17 de maio de 2005, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por doze (12) integrantes, que como demonstrado no gráfico nº 21, são em sua totalidade homens, inexistindo, portanto, mulheres na composição. Destaco que foi identificado uma relação dos associados, em papel timbrado da associação mencionada, datada de 09 de agosto de 2006 e nela foi constatado um total de trinta e três (33) integrantes e que todos são homens, inexistindo mulheres.

Após o levantamento dos dados referentes a cada associação, de forma individualizada, torna-se necessário compilarmos os dados gerais, observando a totalidade, para dar visibilidade aos quantitativos de homens e mulheres nos espaços coletivos mencionados, com vistas a retratar a disposição de ambos e os papéis sociais desempenhados evidenciando as disparidades na representação política.

Gráfico 22: Dados referentes ao somatório de todas as associações analisadas



Fonte: Primária, 2019.

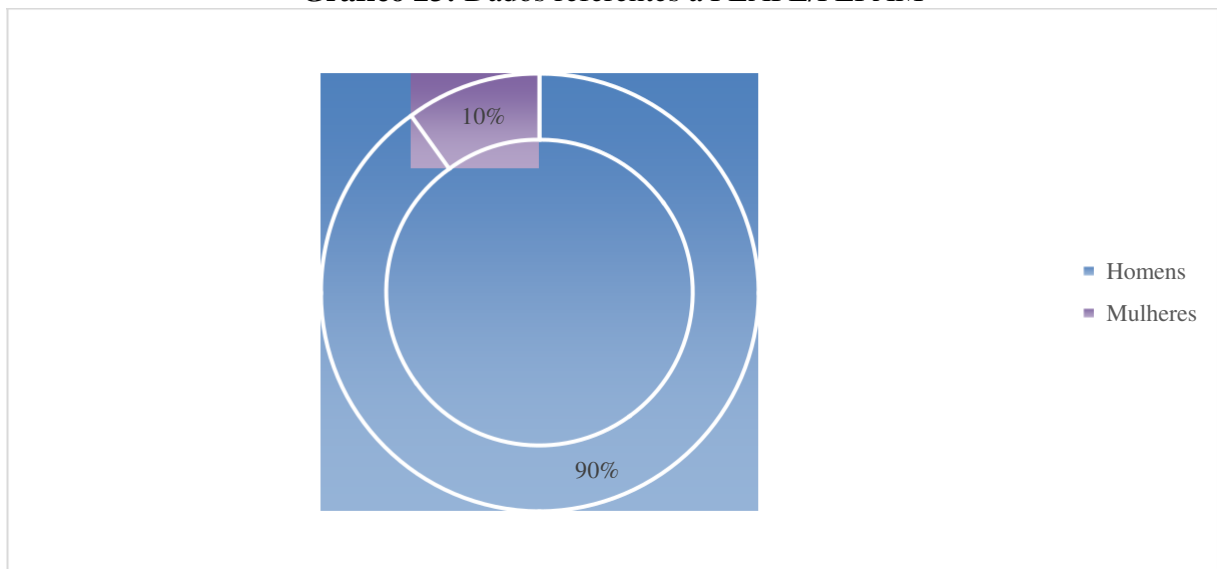
Após analisar cada associação isoladamente e observar a todas conjuntamente, contata-se que, conforme o gráfico 22 expõe, das quinze (15) associações estudadas, em 8 (oito) encontramos a presença de mulheres, como visto, em um número bem inferior aos homens, e nesses espaços, elas compõem as diretorias, ocupando cargos de secretarias, tesoureiras, conselho fiscal e até de vice-presidente, porém, segundo os arquivos estudados, nenhuma mulher ocupa o cargo de Presidente, nos fazendo refletir sobre essa relação histórica das mulheres com o poder, a qual, sempre foi marcada pela ideia da exclusão, dominação e opressão.

Em sete (7) das associações analisadas a figura da mulher é não aparece nos registros documentais levantados. Reforçando a certeza que se faz necessário debates que visam potencializar a conscientização sobre os direitos sociais e civis de homens e mulheres, para despertar a consciência e possibilitar a aquisição da emancipação individual e, também, consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política das Mulheres Apicultoras.

O esquadramento de cada associação e a observação delas conjuntamente, impele a esmiuçarmos, também nessa perspectiva, a FEPAM entidade congregadora, a qual se propôs a diminuir o isolamento político das associações, se tornando um espaço de referência e relevância para a luta por políticas públicas e parcerias privadas com vistas a potencializar, ampliar e consolidar a apicultura em todo o Estado da Paraíba.

Para tanto, faz-se necessário a análise da documentação relativa a mencionada entidade. Ao analisar os arquivos disponibilizados, foi encontrada além da ata de sua constituição uma ata de assembleia deliberativa, a qual teve como objeto a aprovação da logomarca FEPAM, que veio a substituir FEAPE – Federação das Entidades Apícolas da Paraíba, explicitando abaixo sua análise.

Gráfico 23: Dados referentes a FEAPE/FEPAM



Fonte: Primária, 2019.

No que concerne, FEAP que passou a ser FEPAM, foi analisada a Ata de Constituição, a qual data de 11 de julho de 2006, e encontra-se disposta a constituição de sua diretoria que é composta por 12 (doze) integrantes, como demonstrado no gráfico 23, são em sua maioria homens, existindo um percentual mínimo de mulheres. Observou-se que a única mulher

integrante da diretoria da federação, ocupava o cargo de Secretária, cuja natureza, mencionada anteriormente, é de organização básica, cotidiana, sem o exercício do espaço da fala ou da condução direta dos trabalhos, como caberia a quem Preside, portanto, sem muita relevância política.

Na FEPAM, assim como, nas associações congregadas por ela, quando há mulheres, a estas cabem, em sua maioria, cargos que reafirmam o “lugar da mulher” compreendido como sendo o da rotina, da cuidadora, da capacidade de organização, enfim, clamando a percepção de que ainda há muito o que fazer, no que se refere ao empoderamento efetivo da mulher no associativismo apícola paraibano.

Essa análise nos remete a importância de se resgatar a visão de (Costa 2006), para qual o empoderamento da mulher deve ultrapassar barreiras e modificar a subordinação por questões simplesmente de gênero. As transformações e os avanços pretendidos devem despertar um diligenciamento mais amplo, visando promover a igualdade e possibilitar o alcance maior de empoderamento, refletido em, ao menos, cinco níveis de igualdade entre Homens e Mulheres:

- ✓ Conscientização;
- ✓ Bem-estar;
- ✓ Acesso aos recursos;
- ✓ Participação;
- ✓ Controle;

Assim, empoderamento numa perspectiva social garante autonomia não só a mulher, mas a todos os envolvidos e até mesmo à associação, pois é desencadeado um processo que democratiza os serviços, garante aos associados à liberdade de expressão, dá voz e vez nas tomadas de decisões coletivas, favorecendo a igualdade entre todos os associados, oportunizando o rompimento do ciclo de opressão velada dos homens sobre as mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre as CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DA MULHER NA APICULTURA, nos leva a afirmar que não se pode dizer mais que as mulheres estão sem espaço ou que lhes é negada uma participação efetiva na sociedade, no entanto, os números e estatísticas que servem para mascarar muitas realidades, também descortinam questões como a forte presença do machismo no mercado de trabalho, no ambiente doméstico e não havendo como ausentar essa discussão dos espaços de participação organizativos, políticos, sociais e culturais, como as associações apícolas.

Acredita-se que o trabalho das mulheres no campo é real e imprescindível para a reprodução da agricultura familiar camponesa. Por isso, é de fundamental importância reconhecer seu papel e desenvolver mecanismos que possibilitem construir a igualdade perante os homens do campo e mulheres, assim como entre os homens e mulheres da cidade.

O olhar técnico sobre o envolvimento das mulheres nos sistemas de produção e comercialização de alimentos, em especial, na atividade apícola, provoca a vislumbrarmos a história que, de modo geral, atrelou a condição da mulher na sociedade a reprodução/a maternagem, ao matrimônio e ao lar, considerada uma esfera sob a responsabilidade das mulheres, através da realização cotidiana do trabalho doméstico e de cuidados. Trata-se de uma visão naturalizada do feminino, vinculada à maternidade, e que define o que é ser mulher no mundo (FARIA, 2014).

Essa percepção do ser mulher oculta a sua condição de sujeito no processo de construção dos direitos e, conseqüentemente, da cidadania, claramente refletidos nos dados obtidos com a presente pesquisa, os quais revelam dentre as 15 (quinze) associações apícolas estudadas:

- A inexistência destas em 7 (sete) associações;
- A invisibilidade e em alguns casos, a presença e participação irrelevante das mulheres em oito (08) associações.
- Assim, como foi auferido os cargos organizacionais que elas ocupam nas associações mencionadas, nas quais, em 8 (oito), foi auferido que dentre essas, elas compõem as diretorias e, em algumas, ocupando cargos de secretarias, tesoureiras, conselho fiscal e até de vice-presidente, porém, segundo os arquivos estudados, nenhuma mulher ocupa o cargo de presidente.
- Na FEPAM, principal objeto da presente análise, foi identificado que apenas uma mulher integra a sua Diretoria, ocupando o cargo de Secretária, cuja a natureza, mencionada anteriormente, é de organização básica, cotidiana, sem o exercício do espaço da fala ou da

condução direta dos trabalhos, como caberia a quem Preside, portanto, sem muita relevância política.

Os dados coletados demonstram a participação irrisória e frágil das mulheres nos espaços de organização política da Apicultura na Paraíba, levando a reflexão de que se faz necessário continuar a luta pela implementação de políticas públicas que tenham o enfoque em gênero, como forma de enfrentamento das desigualdades que as mulheres agricultoras enfrentam no meio rural. Pois, como reflete Ribeiro (2016, p. 109), “a resignificação dos espaços de poder é urgente para que seja possível a multiplicidade de vozes que compõem a sociedade, a fim de se possibilitar outros olhares e sujeitos que foram historicamente excluídos desses processos”.

É fundamental a articulação dos diversos setores do Estado na promoção da igualdade de gênero por meio de ações específicas e das implementações de ações de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento rural sustentável e, considerando que a viabilização do trabalho e inserção sociopolítica das mulheres tem sido apontada como um caminho para a construção de novos olhares sobre a Convivência com o Semiárido, sendo oportuno a FEPAM, entidade congregadora das diversas instâncias associadas da Apicultura na Paraíba e, diante de sua relevante importância social e política a nível de Estado, eleger a luta pela inserção e participação qualificada das mulheres nos espaços coletivos, contribuindo, assim, efetivamente para oportunizar as existentes, mas invisíveis mulheres apicultoras, a visibilidade e o empoderamento político, social, cultural e econômico fundamentais para garantir a estas uma profunda e efetiva transformação social.

A luta para romper preconceitos e quebrar paradigmas, dentro do processo histórico da Apicultura deve ser constante. O presente trabalho é uma gota d'água, no oceano, diante da necessidade de se introduzir novas práxis, para contribuir diretamente com a resignificação do sujeito e colaborar na compreensão da pluralidade da história política das mulheres no contexto da Apicultura Paraibana.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. **Perspectiva de Gênero e Raça nas políticas públicas**. IPEA, 2004.

Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt25e.pdf>>.

Acesso em: 20 jun. 2019.

AMARAL, A. M. **Arranjo produtivo local e apicultura como estratégias para o desenvolvimento do Sudoeste do Mato Grosso**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos - Ufscar – São Carlos, SP f. 147, 2010. Disponível em:

<<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1688/3157.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

ATLAS BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento humano no Brasil**, 2013. Disponível em:

<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfiluf/paraiba>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

AZAMBUJA, L. R. **Os Valores da Economia Solidária**. *Sociologias*, n. 21, p. 282-317, 2009.

BACELAR, J. **Os jesuítas**: companhia de Jesus. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/colonia/jesuitas.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977). Disponível em:

<<https://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>. Acesso em: 22 out. 2018.

BARRENO, M. I. (1985). **O Falso Neutro**: Um estudo sobre a discriminação sexual no ensino. Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. pp.84. Disponível em:

<www.worldcat.org/.../falso-neutro-um-estudo...a...sexual-no-ensino/.../14378>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BÖHLKE, P. B.; PALMEIRA, E. M. Inserção competitiva do pequeno produtor de mel no mercado internacional (Observatório de la Economía Latino-americana - **Revista académica de economia** con el Número Internacional Normalizado de Publicaciones Seriadas ISSN 1696-8352 N. 71, diciembre 2006 ECONOMIA DO BRASIL. Disponível em:

<<http://www.eumed.net>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BORGES, M. G. B. **Estudo sobre a sustentabilidade: aspectos socioeconômicos e ambientais em cinco associações de apicultores no sertão da Paraíba**. Trabalho Final de Mestrado da UFGC/CCTA. Disponível em:

<[dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/855/1/MARIA%20DA%20GLÓRIA%20BORBA%20BORGES%20%20DISSERTAÇÃO%20PPGSA%20PROFISSIONAL%202015.pdf](https://space.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/855/1/MARIA%20DA%20GLÓRIA%20BORBA%20BORGES%20%20DISSERTAÇÃO%20PPGSA%20PROFISSIONAL%202015.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2019.

BRANDÃO, T. F. B. **Mulheres empoderadas** – uma experiência de gestão no alto sertão nordestino. Disponível em:

<<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7896/DissTFBB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilada.htm>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 59, de 21 de novembro de 1966. Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional de Cooperativismo e dá outras Providências.

Brasília, 21 de novembro de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa n.º11, de 20 de outubro de 2000. Diário Oficial, 23 de outubro de 2000. Seção 1, p.16-17. Regulamento técnico de identidade e qualidade do mel.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BRASIL. LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 16 de dezembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BRASIL. LEI 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, que institui o Código Civil

Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>.

Acesso em: 06 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cooperativismo de

gênero/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de

Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2009. Disponível

em: <[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/arquivos-](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/arquivos-publicacoes-cooperativismo/genero-cooperativismo-e-associativismo-2013-ed-2012.pdf)

[publicacoes-cooperativismo/genero-cooperativismo-e-associativismo-2013-ed-2012.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/arquivos-publicacoes-cooperativismo/genero-cooperativismo-e-associativismo-2013-ed-2012.pdf)>.

Acesso em: 06 ago. 2019.

BRUMER, A. Estudos Feministas. Gênero e agricultura: a situação da mulher /na

agricultura do Rio Grande do Sul. Florianópolis, 2004. Acesso em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

Disponível em: 24 jul. 2019.

CANTERLE, N. M.G. O associativismo e sua relação com o desenvolvimento. Francisco

Beltrão-PR, Unioeste, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br>>.

Acesso em: 24 jan. 2019.

CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CARNEIRO, M. J. Mulher rural no discurso dos mediadores. Estudos Sociedade e

Agricultura, n. 5, 1995. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/zeze5.htm>>.

Acesso em: 21 jul. 2019.

CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento. **Revista Feminismos**, 2013 jan./abril.; v.01, n.01, p. 1-22. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n52/1809-4449-cpa-18094449201800520000.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

CORREIA, I. M. G. et al. **A importância da mulher na produção agrícola: um estudo de caso da empresa hortaliças sempre verdes**, Alagoa Nova – PB. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO_EV074_MD1_SA13_ID711_02102017221010.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

CORRÊA, M. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CORONEL, D. A. et al. A organização associativa no setor apícola: contribuições potencialidades, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277877029_A_ORGANIZACAO_ASSOCIATIVA_NO_SETOR_APICOLA_CONTRIBUICOES_E_POTENCIALIDADES>. Acesso em: 01 ago. 2019.

COSTA, A. A. **Gênero poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <http://www.agenda.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20Ana%20Alice.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

CISNE, M.; SANTOS, S M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. Biblioteca básica do Serviço Social, V. 8. São Paulo: Cortez, 2018.

CRUZ, L. A. **Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

EBIOGRAFIA. **Jean Paul Sartre**: filósofo e escritor francês. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/jeanpaulsartre>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.cpamn.embrapa.br/pesquisa/apicultura/mel/index.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

EVANGELISTA-RODRIGUES, A.; SILVA, E.M.S.; BESERRA, E.M.F.; RODRIGUES, M. L. Análise Físico-Química dos Méis das Abelhas *Apis mellifera* e *Melipona scutellaris* Produzidos em Duas Regiões no Estado da Paraíba. **Ciência Rural**, 2005; v.35, n.5, 2005.

FAGOTTI, L. N. **O “fazer-se” associativo: associativismo e agricultura familiar no interior paulista**. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150693>>. Acesso em 05 ago. 2019.

FARIA, N. **As mulheres e a produção de alimentos**. Disponível em: <<http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2014/03/As-mulheres-e-a-producao-de-alimentos-Nalu-Faria.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

FARIAS, M. N. **A história das mulheres e a representação do feminino na história**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300021>. Acesso em: ago. 2019.

FAO, BANCO MUNDIAL Y FIDA. **Agricultura y Desarrollo Rural**. Manual sobre género en Agricultura. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-aj288s.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. (org). **Método e metodologia na pesquisa científica**. 3º Ed. – São Caetano do Sul – SP: Yendis Editora, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2015.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo, Global, 1983.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em 12 dez. 2018.

FREITAS, B. M. Apicultura como agronegócio relevante. In: congresso Brasileiro de apicultura, 16, congresso brasileiro de Meliponicultura, 2., 2006, Aracajú-SE. **Anais [...]** Confederação Brasileira de Apicultura, 2006.

GASPARI, L. T. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.08.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, N. A. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.50, p. 103-122, out., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n50/a07v1750.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

HEREDIA, B. M. A. CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 9. Nº 8, jun, 2006. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

IBGE. **Estudo de estatística de gênero - 2016**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

IBGE. **Conheça o Brasil: populações – população rural e urbana**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

IBGE. **Estimativa populacional para 2018**». Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

IPEA. **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno**. Publicação em 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

JALIL, L.; BORDALO, C. A. Reconfiguração das lutas das mulheres no meio rural brasileiro: ação política, articulação e democratização. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27, 2009, **Anais** [...] Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/2175-7984.../33804>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

LEITE, CHRISTINA LAURROUDÉ DE PAULA. **Mulheres**: muito além do teto de vidro. São Paulo: Atlas, 1994.

LIMA, A. M. et al. Diagnóstico econômico da atividade apícola em Municípios da microrregião de Catolô do Rocha – PB. **Anais** [...] III Congresso Nordestino de Apicultura, 2013. Disponível em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/2928>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LIMA, S. A. M. **A apicultura como alternativa social, econômica e ambiental para a XI mesorregião do noroeste do Paraná**. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/34577>>. Acesso em 28 jul.2019.

MAPA. **Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos – 2019**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/mulheres-rurais-se-destacam-em-diferentes-atividades-e-buscam-visibility-para-seus-direitos>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política (livro III). São Paulo: Difel, 1983.

MATON, C. M. **A inserção da mulher camponesa na atividade apícola da comunidade de Moreira – PI**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Piauí/MDMA. 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1QJaEBQ6VgzqBKFE08b2uR6is68vA_V7l/view>. Acesso: 20 ago. 2019.

MEDEIROS, R. **O combate à violência a partir da auto-organização das mulheres e da agroecologia**. In: Mulheres e agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/.../mulheres-e-agroecologia-sistematizacoes-de-experiencia>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MENEZES, A. J. et al. **Uso da mão-de-obra familiar nos sistemas de produção do projeto de assentamento agro-extrativista Praia Alta e Piranha, município de Nova Ipixuna – Pará, 2005**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/576190/uso-da-mao-de-obra-familiar-nos-sistemas-de-producao-do-projeto-de-assentamento-agro-extrativista-praialta-e-piranha-municipio-de-nova-ipixuna-para>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

MUNIZ, M. M. P. **Igualdade de gênero e políticas públicas para as mulheres: a experiência da rede de mulheres de remanso** – BA. Dissertação, 2018. Disponível em: <www.pgextensaorural.univasf.edu.br/wp-content/.../Dissertação-Márcia-Muniz.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

NADU, A. C. A.; SIMÃO, A. B.; FONSECA, M. C. **Empoderamento feminino em relações de gênero no contexto do programa bolsa família em Contagem: breves reflexões**. Anais [...] III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte, 2013. DIGITAL. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7896/DissTFBB.pdf?...1...y>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: Estatísticas rurais e a economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres / Di Sabato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. Brasília: MDA, 2009.

NYE, A. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

NOGUEIRA-NETO, P. **Vida e Criação de Abelhas indígenas sem ferrão**. – São Paulo: Editora Nogueirapis, 1997. 445 p.

NOGUEIRA NETO, P. **Notas sobre a história da apicultura brasileira**. In: CAMARGO, J.M.F. (Ed). Manual de apicultura. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1972.

OLIVEIRA, Guilherme. **30 anos da Constituição Cidadã**. Disponível em; <http://www.Senado..leg.br>. Acesso em: 05 ago. 2019.

OLIVEIRA, L. J.; RAUSCHKOLB, A. S.; FIGUEIREDO, A. M. R. Transações e governança na apicultura de Mato Grosso: o caso da APISNORTE. **Revista de Política Agrícola**, 2012; v. 21, n. 4. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/263>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

ONU. **Conferências mundiais da mulher**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

ONU. **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PARAÍBA. **Governo**. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/Historia_da_Paraiba.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

PARAIBA. **Projeto Cooperar**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/especiais/projeto-cooperar>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PEREIRA, F. M.; VILELA, S. L. O. **Estudo da cadeia produtiva do mel no estado de Alagoas**. Teresina: SEBRAE, 2003. 65 p. Disponível em: <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22PEREIRA,%20F.%20de%20M.%22>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/248/233>>. Acesso em 12 ago. 2019.

PESSIS, A. M. **Registros Rupestres: perfil gráfico e grupo social**. In: Clio - Série Arqueológica, 1993. Disponível em: <<https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/480>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

POULANTZAS, N. As classes sociais. **Estudos CEBRAP, São Paulo, 3: 5-39, jan. 1973**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000200004>. Acesso em: 16 ago. 2019.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REZENDE, M. (Orgs). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015**. Disponível em: <www.mda.gov.br/.../Coletanea%20sobre%20Estudos%20Rurais%20e%20Gênero%20W>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RIBEIRO, D. Avalanche de retrocessos: uma perspectiva feminista negra sobre o impeachment. In: SINGER, André, et al. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <<http://www.sinte-sc.org.br/files/1081/Texto%201%20Porque%20Gritamos%20Golpe.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2019.

RODRIGUES, V. L. **O associativismo em questão: os empresários dos complexos sucro-alcooleiro e citrícola**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/arquivoLista>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SARDENBERG, C. M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, I; SCHEFLER, M. L.; VASQUEZ, P; AQUINO, de S. **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-74.

SANTOS, B. S. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social** (trad. Mouza Benedito). São Paulo: Boitempo, 2007. 128 p.

SANTOS, M. K. C. A. **Rompendo a Cerca do Isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero**. Dissertação de mestrado em Serviço Social. UFPE. Recife, mai. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9651>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SANTOS, R. C.; SACRAMENTO, S. M. O. Antes, o Depois e as Principais Conquistas Femininas. **Revista Anagrama: Revista Científica**, editada por Ítalo Tenório e Érica Chianca em 25/04/2011, Alto Sertão da PB terá unidade beneficiadora de mel. 2011. www.pb.agenciasebrae.com.br acesso do Site <<http://www.noticias.sebrae.com.br/asn/2011/04/25/11740113>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SEGAL, L. **O desenvolvimento econômico da sociedade**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/02.htm>>. Acesso em: ago. 2019.

SEGALEN, M. **Mari et femme dans la société paysanne**. Paris, Flamarion, 1980. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1982_num_37_3_17377>. Acesso em: 03 ago. 2019.

SENAR-PB. **Apicultura paraibana é alternativa de renda**, 2015. Disponível em: <<http://www.senarpb.com.br/noticia/apicultura-paraibana-e-alternativa-de-renda>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

KINDERSLEY, D. **History** (título original), 2007, ISBN 978-989-550-607-1. Disponível em: <<https://www.coursehero.com/file/33265369/11pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável. UNB. Brasília, 2009a. Disponível em: <transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TESE_DOUTORADO_SILIPRANDI-Mulheres-e-Agroecologia-a-construcao-de-novos-sujeitos-politicos-na-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, E. A. **Apicultura sustentável: produção e comercialização de mel no sertão sergipano**. Universidade Federal de Sergipe - UFS, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), 2010. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5586/1/EDIMILSON_GOMES_SILVA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SILVA, R. A. et al. Diagnóstico Socioeconômico da atividade apícola em municípios da Microrregião de Catolé do Rocha – PB. Disponível em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/CVADS/article/download/2361/1834>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SILVEIRA, D. C. **Avaliação da agressividade de abelhas Apis mellifera L. africanizadas No Sertão da Paraíba**. 2002. 67f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ccta.ufcg.edu.br/index.php/PPSA/article/view/32>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SISTEMA OCEMG. **Cooperativismo Brasileiro cresce 3,6 % em números de associados**. Disponível em: <<http://www.minasgerais.coop.br/pagina/8861/cooperativismo-brasileiro-cresce-3-6--em-ne-250-mero-de-associados.aspx>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Outubro de 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento, o real ao aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista**

Feminismos, Salvador, v. 1, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/29498/31358>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

SILIPRANDI, E. **Curso Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional Módulo: 2 – O conceito de gênero. Construindo capacidades em Segurança Alimentar no Brasil**. Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CPDA/UFRRJ. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300020>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SOMMER, P. 40 anos de apicultura com abelhas africanizadas no Brasil. **Anais [...]** CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, Confederação Brasileira de Apicultura, Teresina, 11, 1996. p. 33-36.

SOUZA, H. **Acervo IBASE Memória**. Rio de Janeiro, nov. 1993.

SOUZA, D. C. (org.). **Apicultura: manual do agente de desenvolvimento rural**. Brasília: SEBRAE, 100 p., 2004. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1FB6C578922890F8325739200634514/\\$File/NT000372DA.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1FB6C578922890F8325739200634514/$File/NT000372DA.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2019.

VIDAL, M. F. Efeitos da seca de 2012 sobre apicultura nordestina. **Informe Rural Etene**, ano VII, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire_ano7_n2.pdf/7a9e8843-0f57-4ed8-b737-0a6096c915cd>. Acesso em: 08 de jul de 2019.

VIDAL, M. F. Evolução na Produção de Mel na área de atuação do BNB. **Caderno Setorial ETENE**. Ano 4, nº 62, jan. 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4570889/62_mel.pdf/ec4632d6-dc5e-6aaa-6b89-52b179594ee1>. Acesso em: 29 jul. 2019.

VILELA, S. L. O. **A importância das novas atividades agrícolas ante a globalização: a apicultura no Estado do Piauí**. Teresina: EMBRAPA, 2000. Disponível em: <<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&id=59525&biblioteca=vazio&buisca=autoria:%22VILELA,%20S.L.%20de%20O.%22&qFacets=autoria:%22VILELA,%20S.L.%20de%20O.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

ZAPATA, T. et al. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIENCIA E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR - CCTA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS - PPGSA

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada **CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DA MULHER NA APICULTURA**, pela **aluna** de pós-graduação **Fernanda Fernandes Barbosa**, sob orientação **prof. D. Sc. Patrício Borges Maracajá**, com o seguinte objetivo: “Analisar a importância do associativismo apícola da Federação Paraibana de Apicultores, observando a inserção da mulher e buscando identificar as potencialidades da apicultura na construção da identidade coletiva da mulher e seu impacto na redução das desigualdades de gênero e na conquista de direito para o exercício da cidadania das mulheres”, necessitando portanto, ter acesso aos dados da instituição. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição conste no relatório final, bem como futuras publicações em eventos e periódicos científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo e salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas futuras.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Pombal - PB, 19 de agosto de 2019

Fernanda Fernandes Barbosa

Pesquisadora Fernanda Fernandes Barbosa

Mat.: 9182P023

*Nome da entidade a ser pesquisada: Federação Paraibana dos Apicultores - FEPAM

() concordamos com a solicitação

() não concordamos com a solicitação

*Nome completo por extenso, cargo do representante e assinatura (carimbo):

Caetano José de Lima

Ex-Presidente da Federação Paraibana dos Apicultores – FEPAM
Presidiu a entidade entre os anos de 2006 a 2014
Caetano José de Lima